

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

SHEYLA MONTEIRO DE OLIVEIRA

**MAPEAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE SÃO
FÉLIX - BAHIA**

Porto Alegre

2023

SHEYLA MONTEIRO DE OLIVEIRA

**MAPEAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE SÃO
FÉLIX - BAHIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração de Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto
Monteiro

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Sheyla Monteiro de
Mapeamento de manifestações artísticas e culturais
de São Félix - Bahia / Sheyla Monteiro de Oliveira.
-- 2023.
166 f.
Orientador: Sérgio Marley Modesto Monteiro.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências
Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Cultura. 2. Desenvolvimento. 3. Políticas
culturais. 4. Economia da cultura. I. Monteiro, Sérgio
Marley Modesto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SHEYLA MONTEIRO DE OLIVEIRA

**MAPEAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE SÃO
FÉLIX - BAHIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração de Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas.

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro – Orientador
UFRGS

Me. Alanna Santos Oliveira
Produtora Cultural

Profª. Dra. Andrea Alice Rodrigues Silva
UFRB

Prof. Dr. Stefano Florissi
UFRGS

Aos que estiveram ao meu lado, fazendo desta uma
jornada mais leve.

Aos trabalhadores da cultura de São Félix, a teia que
dá cor e vida a esta cidade.

AGRADECIMENTOS

Ao entrar no mestrado, sentir que teria uma longa caminhada pela frente. E como houve, em termos de desafios, superações e aprendizados. Como o tempo passou tão rápido.

Lembro, como hoje, da minha insegurança no momento da inscrição para participar do edital. Pensei várias vezes em desistir, acreditando não ter chances, em meio a tantas pessoas inscritas. O sentimento para expressar esse momento é gratidão. Primeiro, a Deus, que vem sendo minha fortaleza diante dos desafios.

Aos meus pais, principalmente a minha mãe, exemplo de coragem e força, um incentivo para seguir na busca dos meus objetivos e por sempre me parabenizar pelas conquistas. Aos meus irmãos Dedeu, Minho, Shi e ao meu sobrinho Vitinho pelo carinho e compreensão da minha ausência.

Ao meu marido Roberaldo Galiza, com quem tanto aprendi e aprendo, agradeço imensamente pelo companheirismo, por ter você ao meu lado todos os dias, nos bons momentos e também naqueles que eu estava bem estressada e ansiosa, e você, com sua praticidade e paciência, me ajudava a enxergar tudo com clareza e sempre dizia “calma filha, vai dar tudo certo... pare um pouco, descanse” – e realmente dava certo. Pelas diversas vezes em que leu e contribuiu na escrita deste trabalho, pelas renúncias feitas para que fosse possível a minha completa dedicação a esta pesquisa. A sua torcida constante, seu carinho e amor, com certeza, fizeram a minha caminhada ser mais esperançosa, essa conquista é sua também. Te amo...

Aos trabalhadores da cultura do município de São Félix/BA, pela atenção, disponibilidade e apoio. Não foi fácil esta construção. Sempre serei grata pela generosidade.

Ao Departamento de Turismo do município de São Félix/BA, pela disponibilidade nas diversas vezes que busquei informações.

A todos os professores, obrigada por compartilhar conosco seus conhecimentos, vocês deixaram marcas que utilizaremos de referências para aprofundar ainda mais todo o conhecimento adquirido. Em especial, ao meu orientador Sérgio Monteiro, pela leitura sempre atenta e criteriosa, pela paciência, dedicação, sabedoria, atenção, competência e carinho com que me conduziu nesta realização; por acreditar e partilhar seus conhecimentos, e, sobretudo, por trazer leveza a todos os momentos que, por vezes, foram turbulentos, angustiantes e dolorosos, tornando essa experiência viável e bem sucedida.

A todos, o meu muito obrigada!

“É a identidade cultural que nos serve de bússola para que possamos navegar por tantas outras culturas, sem nunca esquecermos de quem somos, nesse processo constante de autodescoberta e auto invenção.” (REIS, 2006, p. 97).

RESUMO

O Brasil é conhecido pela sua riqueza cultural. Entretanto, para os pesquisadores da área da cultura local, existe um capítulo a ser produzido com referência ao desenvolvimento das políticas culturais, principalmente quando se analisam as políticas públicas nos interiores baianos. Estudos ligados à formulação de políticas culturais apontam para a necessidade de execuções alinhadas às peculiaridades de onde serão desenvolvidas. Faz-se necessário estabelecer critérios para a formulação de políticas a partir de uma visão da cultura para além das compreensões já existentes. Essa dissertação tem como principal objetivo, a partir do conceito de cultura e sua aplicabilidade, realizar o mapeamento de manifestações culturais do município de São Félix - BA. Para tanto, o ponto de partida desta pesquisa passou pelo levantamento bibliográfico sobre a definição de cultura e pelo estudo de sua aplicabilidade na análise de políticas culturais. A metodologia envolveu a realização de entrevistas estruturadas para mensurar as organizações culturais locais e o entendimento do contexto em que atuam, de forma a compor o arcabouço cultural da cidade. Este trabalho, portanto, adota uma abordagem qualitativa, na qual foram utilizados instrumentos de documentação para coleta de dados e sistematização na forma de mapeamento, privilegiando aspectos tangíveis da cultura, em especial as manifestações e instituições culturais do município, e também aspectos intangíveis, como as diferentes compreensões do fazer cultural. O trabalho constatou a riqueza e a diversidade das manifestações culturais São Félix – BA, identificando suas limitações e dificuldades. Os resultados desta pesquisa sugerem que as federações, estados e municípios se integrem para a produção de dados que visa auxiliar na construção e avaliação das políticas culturais, bem como a importância de pesquisas que auxiliem atores e poder público na implementação de estratégias para o desenvolvimento local e na formulação de projetos e políticas públicas inclusivas e transformadoras.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. Economia da cultura. Políticas culturais. Mapeamento.

ABSTRACT

Brazil is known for its cultural richness. However, for researchers in the area of local culture, there is a chapter to be written regarding the development of cultural policies, especially when analyzing public policies in inner Bahia. Studies on the formulation of cultural policies point to the need for executions aligned to the peculiarities of the space they belong. Establishing criteria for formulating policies based on a vision of culture beyond the existing understandings is necessary. This dissertation has as its primary objective, based on the concept of culture and its applicability, to map the cultural manifestations of the São Félix - BA municipality. The starting point was a bibliographic survey on the definition of culture and the study of its applicability in the analysis of cultural policies. The methodology involved structured interviews to measure the local cultural organizations and understand the context in which they operate to compose the cultural framework of the city. This work adopts a qualitative approach, in which documentation tools were used for data collection in the form of mapping, focusing on tangible aspects of culture, especially the cultural manifestations and institutions of the municipality, and intangible aspects, such as the different understandings of cultural making. The work documented the richness and diversity of São Félix - BA cultural manifestations, identifying its limitations and difficulties. This research suggests the need for integration between Union, states, and municipalities to produce data to formulate and evaluate cultural policies. It also highlights the importance of research to assist actors and public authorities in implementing local development strategies and framing inclusive and transformative projects and public policies.

Keywords: Culture. Development. Economy of culture. Cultural policies. Mapping.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação do grupo de Dança Ouro Negro no porto de São Félix em 2022.....	57
Figura 2 – Primeira apresentação do Grupo Raízes.....	58
Figura 3 – Quadrilha Fogo Junino.....	58
Figura 4 – Apresentação Teatro de rua.....	59
Figura 5 – Grupo de Baianas.....	60
Figura 6 – Grupo de Trança Fita se apresentando na feira Literária de Cachoeira.....	61
Figura 7 – Rainha da Primavera do Grupo Transforma.....	61
Figura 8 – Apresentação do Samba de Roda Unidos do Salva Vidas.....	62
Figura 9 – Samba de roda Filhos de Nagô.....	63
Figura 10 – Samba de Roda Filhos do Varre Estrada.....	64
Figura 11 – FANFACERG.....	64
Figura 12 – Dedinho do Pandeiro.....	65
Figura 13 – Seu Valmir do Grupo Raça.....	66
Figura 14 – Capoeira Angoleiros do Sertão.....	67
Figura 15 – Artesã Adelina Ferreira.....	68
Figura 16 – Artesã Vânia Moura.....	69
Figura 17 – Dona Edna na exposição do artesanato.....	69
Figura 18 – Dona Terezinha expondo seu artesanato.....	70
Figura 19 – Artista visual e rezadeira Ana Fraga.....	72
Figura 20 – Dona Madalena.....	73
Figura 21 – Dona Iraildes Francisca.....	74
Figura 22 – Apresentação do Grupo Cultural Afrodescendentes em São Paulo – SP.....	75
Figura 23 – Apresentação do Grupo no desfile cívico 2 de julho em São Félix.....	76
Figura 24 – Festa de Santa Bárbara.....	77
Figura 25– Festa de Nossa Senhora Santana.....	78
Figura 26 – O tradicional São João na praça.....	78
Figura 27 – Apresentação da Puxada de Rede.....	79
Figura 28 – A Lavagem.....	80
Figura 29 – Comunidade Quilombola Santo Antônio e Vidal.....	81
Figura 30 – Apresentação São Félix Rock Festival.....	82
Figura 31 – Sociedade Filarmônica União Sanfelixta.....	83
Figura 32 – As cabeçorras.....	84

Figura 33 – Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes.....	84
Figura 34 – Fazenda Santa Barbara.....	85
Figura 35 – Dannemann.....	86
Figura 36 – Alunos do Centro Cultural.....	87
Figura 37 – Terreiro Ilê Axé Ogunjá.....	88
Figura 38– Mãe Mariá Kecy.....	89
Figura 39 – Raspa da Mandioca.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fonte de Financiamento dos que possuem sede própria.....	92
Gráfico 2 – Fonte de Renda em relação a Cultura.....	93
Gráfico 3 – Como você considera o desempenho da Secult - Ba em relação aos municípios do interior?.....	94
Gráfico 4 – Lei Municipal de Cultura e atuação do Departamento de Cultura.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCINE	Agência Nacional de Cinema
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFC	Conselho Federal de Cultura
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes S.A.
FAZCULTURA	Programa Estadual de Apoio à Cultura, denominado
FCB	Fundação do Cinema Brasileiro
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FICARTE	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDACEN	Fundação Nacional de Artes Cênicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MONDIACULT	Conferência Mundial sobre Políticas Culturais
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
PRONAC	Programa Nacional de Financiamento da Cultura
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores em Cultura da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CULTURA, ECONOMIA DA CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS.....	18
2.1	CULTURA E CULTURA POPULAR.....	18
2.2	ECONOMIA DA CULTURA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	21
2.3	CULTURA E DESENVOLVIMENTO.....	25
2.4	POLÍTICAS CULTURAIS: CONTEXTO HISTÓRICO E ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS.....	28
2.4.1	Políticas culturais no Brasil.....	31
2.4.2	Políticas culturais na Bahia.....	40
2.4.3	Políticas culturais em São Félix – BA.....	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE LEVANTAMENTO E DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS CULTURAIS.....	44
3.1	INVESTIGAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO E DE MARCOS LEGAIS.....	44
3.2	MAPEAMENTO: DIFERENTES OLHARES SOBRE A CULTURA.....	46
3.3	ABORDAGEM E MODELOS APLICADOS NO MAPEAMENTO DE GRUPOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE SÃO FÉLIX.....	50
3.4	CRITÉRIOS PARTICIPATIVOS E METODOLÓGICOS.....	51
3.5	ABORDAGEM EM CAMPO.....	53
3.6	MAPEAMENTO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO FÉLIX.....	54
3.7	PRINCIPAIS TRABALHADORES DA CULTURA DE SÃO FÉLIX-BA.....	56
3.7.1	Grupo de Dança Ouro Negro.....	56
3.7.2	Grupo Raízes Afro.....	57
3.7.3	Quadrilha Fogo Junino.....	58
3.7.4	Núcleo Teatral Expressão.....	59
3.7.5	Grupo de Baianas Sanfelixtas.....	59
3.7.6	Trança Fitas.....	60
3.7.7	Grupo Transforma.....	61
3.7.8	Samba de Roda Unidos do Salva Vidal.....	62
3.7.9	Samba de roda Filhos de Nagô.....	62
3.7.10	Associação Cultural Filhos do Varre Estrada.....	63
3.7.11	Fanfarras do Colégio Estadual Rômulo Galvão – FANFACERG.....	64

3.7.12	Dedinho do Pandeiro.....	65
3.7.13	Grupo de Capoeira Raça.....	65
3.7.14	Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão.....	66
3.7.15	Adelina Ferreira.....	67
3.7.16	Vânia Moura.....	68
3.7.17	Edna Cerqueira Macêdo.....	69
3.7.18	Terezinha de Jesus Oliveira.....	70
3.7.19	Ana Fraga.....	71
3.7.20	Madalena Conceição.....	72
3.7.21	Iraildes Francisca Soares.....	73
3.7.22	Grupo Afrodescendentes.....	74
3.7.23	Grupo cultural Afoxé Omin Ladê.....	75
3.8	FESTEJOS E MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS.....	76
3.8.1	Festa de Santa Bárbara.....	76
3.8.2	Festa de Nossa Senhora de Santana.....	77
3.8.3	São João na Praça.....	78
3.8.4	Puxada de Rede.....	79
3.8.5	Lavagem do Beco do Fuxico.....	79
3.8.6	Festa da Consciência Negra do Quilombo de Santo Antônio e Vidal.....	80
3.8.7	São Félix Rock Festival.....	81
3.9	EQUIPAMENTOS CULTURAIS CONVENCIONAIS.....	82
3.9.1	Sociedade Filarmônica União Sanfelixta.....	82
3.9.2	Casa da Cultura Américo Simas.....	83
3.9.3	Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes.....	84
3.9.4	Fundação Hansen Bahia.....	85
3.9.5	Instituto Cultural Danneman.....	86
3.9.6	Centro Cultural e Social Santa Bárbara.....	86
3.10	ESPAÇOS CULTURAIS.....	87
3.10.1	Terreiro Ilê Axé Ogunjá.....	88
3.10.2	Terreiro Raiz de Ayrá.....	88
3.10.3	Casa de Farinha.....	90
3.11	ANÁLISE DOS PERFIS MAPEADOS.....	90
3.11.1	Dados econômicos e políticas públicas para a cultura.....	92
4	CONCLUSÃO	98

REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.....	106
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA.....	112
ANEXO A – LEI MUNICIPAL DE Nº 341 DE 03 DE MARÇO DE 2017 – DISPÕE DA CRIAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA.....	113
ANEXO B – CATÁLOGO MAPEAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE SÃO FÉLIX -BA.....	118

1 INTRODUÇÃO

A cultura brasileira, cuja diversidade tem reconhecimento internacional, é o grande patrimônio do país, bem como nossos ecossistemas, que guardam em si a maior biodiversidade do mundo. (Gilberto Gil, 2022)

O Brasil é conhecido pela sua multiculturalidade (WEISSMANN, 2018) e, também devido a essa característica, a instabilidade de políticas culturais que tem sido característica nos últimos anos vem exigindo maior atenção da comunidade ligada aos setores culturais. Considerando-se a dinâmica da ação do Estado na política cultural em seu papel de provedor maior (REIS, 2007) e que o Plano Nacional de Cultura (PNC) orienta o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais no país, entende-se que, por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC), pode ser estabelecido um mecanismo de gestão compartilhada entre as esferas municipais e estaduais, federal e a sociedade civil para a construção das políticas públicas voltadas para a cultura. As ideias de fomento adotadas nessas esferas podem ser implantadas de diferentes formas nos municípios, o que expressa a necessidade do mapeamento das manifestações artísticas locais e uma análise sobre a forma com que tais políticas são executadas.

A reflexão sobre as políticas públicas culturais representa um grande desafio pela necessidade de lidar-se com diversas áreas de conhecimento, como História, Sociologia, Antropologia, entre outras. Essa interdisciplinaridade é percebida por Santos *et al.* (2021) como uma possibilidade de análise teórica-metodológica da realidade social brasileira para se encontrar alternativas contra-hegemônicas de resistência tendo em vista uma transformação da sociedade. Portanto, quanto maior o volume de informações sobre os diferentes aspectos ligados à cultura em todas essas dimensões, maior a chance das políticas culturais atingirem seus objetivos. Essa dissertação tem como principal objetivo, a partir do conceito de cultura e sua aplicabilidade, realizar o mapeamento de manifestações culturais do município de São Félix - BA. Desde as informações coletadas na pesquisa, espera-se contribuir para a compreensão de como a cultura local pode estar atrelada à perspectiva inclusiva de desenvolvimento, de maneira que seja possível tratar também as potencialidades e demandas dos agentes culturais locais.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da investigação do conceito teórico de cultura, da análise sobre diferentes percepções de cultura e do mapeamento de grupos e manifestações culturais em São Félix - BA a partir da coleta de dados primários por meio de entrevistas estruturadas. O desafio da tarefa se revela na tentativa de registro e organização de dados da

cultura mapeada tanto na sede do município quanto na sua zona rural. Nesta circunstância, esta pesquisa se desenvolve como uma costura de retalhos, com seus pedaços ligados à cultura, sua gestão, sua formalização, suas diversidades e suas peculiaridades.

O mapeamento de manifestações artísticas e culturais do município de São Félix – BA também tem por objetivo evidenciar as potencialidades para os trabalhadores da cultura, identificando-se características da identidade cultural, suas diversas manifestações e o reconhecimento da importância de cada instituição mapeada. A partir dessa identificação, é possível disseminar conhecimentos sobre a cultura do município, bem como reconhecer demandas específicas dos diferentes segmentos culturais, o que pode servir de subsídio para a criação de políticas culturais que deem conta de suas especificidades.

Além da introdução e da conclusão, essa dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma análise sobre o conceito de cultura e de política cultural, bem como a apresentação do contexto brasileiro e baiano das políticas nessa área. O capítulo também trata das discussões teóricas sobre a relação entre economia e desenvolvimento, de forma a construir o arcabouço teórico sobre o tema. Foi realizado um levantamento conceitual sobre a definição de cultura na antropologia e na sociologia, o qual aponta para a compreensão de que, contemporaneamente, devido à sociedade de classes, se tem instituída uma divisão na qual a cultura popular aparece construída pelas classes populares em opção à cultura dominante (CHAUÍ, 2021). Buscou-se também a compreensão das políticas culturais na história do Brasil, descrevendo-se de forma sumária como a cultura foi tratada desde a chamada Era Vargas até o governo Bolsonaro. Essa linha foi traçada para a demonstração de como as políticas em nível federal têm influência sobre as municipais.

O segundo capítulo tem como propósito apresentar as estratégias metodológicas adotadas nessa pesquisa, incluindo o levantamento bibliográfico, as decisões definidas *a priori* norteadoras do trabalho de campo e os desafios enfrentados durante o levantamento de informações. Para isso, foi descrito o conceito de mapeamento cultural e as técnicas metodológicas para a realização desse mapeamento. O referencial teórico foi utilizado com o intuito de reconhecer as ponderações sobre cultura, equipamentos, políticas, manifestações culturais e suas diversas formas, constituindo a base para analisar a organização da cultura local. Foi utilizado o método de entrevistas estruturadas, considerando-se a escassez documental sobre as instituições atuantes no município de São Félix - BA.

O Capítulo 3 apresenta o mapeamento do município de São Félix - BA. Iniciamos este capítulo apresentando as informações referentes à história do município, desde o momento da colonização portuguesa até a atualidade, tratando da sua fragilização financeira a partir de

suas principais fontes de renda, a administração pública e a agricultura, inclusive a agricultura familiar, e a pesca. Também foram tratados e descritos os principais atores culturais, os espaços de resistência e valorização da cultura negra, os festejos e as manifestações culturais, bem como os espaços culturais, finalizando-se com a análise dos perfis mapeados. Nas considerações finais foram sintetizados os principais resultados alcançados.

2 CULTURA, ECONOMIA DA CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS

Este estudo propõe mapear as manifestações artísticas e culturais da cidade de São Félix/BA e compreender de que maneira a cultura local poderá se atrelar a uma perspectiva de desenvolvimento inclusiva a partir das políticas culturais, observando as potencialidades e as demandas dos agentes culturais para o desenvolvimento. Para isso, necessitamos desenvolver os conceitos caros à análise, bem como contextualizar o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil. Desta maneira, nas próximas páginas abordaremos a definição de cultura e de política cultural, o contexto brasileiro e baianos dessas políticas e as discussões teóricas acerca da relação entre economia e desenvolvimento, de forma a construir o arcabouço para a análise específica do contexto cultural sanfelista.

2.1 CULTURA E CULTURA POPULAR

O conceito de cultura tem sido motivo de debates¹. A perspectiva adotada no debate, inclusive, interfere diretamente na construção de políticas culturais institucionais. Longe de tentar esgotar as possibilidades abarcadas pelo conceito de cultura, buscaremos aqui situar nossa posição para a construção desta investigação.

Originalmente a palavra cultura significava o cultivo agrícola, passando, a partir do século XVIII a designar o “cultivo geral do intelecto”. A cultura assim estava associada a uma educação erudita possível apenas a uma pequena parcela da população com meios de acesso à educação, enquanto os demais eram considerados sem cultura (RUBIM, 2017). Nesta mesma direção, Eagleton (2005) demonstra a visão da Cultura como um conjunto de obras artísticas e intelectuais, em uma visão elitista do conceito.

De acordo com Laraia (2001), o antropólogo Edward Tylor foi quem usou pela primeira vez a palavra Cultura para designar “este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, aproximando-se do conceito moderno de cultura.

Isaura Botelho (2001), define que há duas dimensões da Cultura, a sociológica e a antropológica. A dimensão antropológica da Cultura é produzida na interação social dos indivíduos. É através das relações sociais que eles elaboram seus modos de pensar, sentir e

¹ Este debate será percebido no desenrolar do capítulo pelos seguintes autores: Albino Rubim (2017), Isaura Botelho (2001), Marilena Chauí (2021) e Françoise Benhamou (2007).

agir, moldando seus valores e os sentidos atribuídos ao mundo ao seu redor.

Os fatores que presidem a construção desse universo protegido podem ser determinados pelas origens regionais de cada um, em função de interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc. Na construção desses pequenos mundos, em que a interação entre os indivíduos é um dado fundamental, a sociabilidade é um dado básico. (BOTELHO, 2001, p. 74)

Na dimensão sociológica a Cultura não se refere ao plano cotidiano do indivíduo, e sim ao âmbito da especialização, enquanto formas de expressão intencionalmente elaboradas para construir determinados sentidos, que dependem, dentre outros fatores, das condições de desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas habilidades, assim como de canais que permite expressá-los.

Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gera (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. (BOTELHO, 2001, p. 74)

Com essas duas dimensões a autora aborda a cultura tanto como as práticas cotidianas inscritas socialmente nos indivíduos, quanto como as manifestações artísticas e intelectuais produzidas no seio dessas sociedades, superando a hierarquização entre as duas definições, a qual separa as pessoas com cultura (a elite erudita) e as sem cultura (a população trabalhadora). Para Botelho:

Nunca será demais reiterar o quanto as duas dimensões são igualmente importantes e têm questões próprias a serem tratadas de forma articulada. É preciso evitar que elas sejam associadas à dicotomia cultura popular versus cultura erudita, como se estas fossem polos excludentes e representassem, em si mesmas, opções ideológicas. (BOTELHO, 2001, p. 76)

Ainda sobre a definição de cultura, Albino Rubim sintetiza a importância da visão antropológica da Cultura:

Na perspectiva contemporânea e democrática, todas as pessoas e comunidades têm cultura, pois todos vivem imersos em relações de pertencimento social, que se realizam inclusive por meio de processos simbólicos, de intercâmbio de signos, de diálogos sociais. Ou seja, ninguém pode viver a vida sem acionar e estar inscrito em um ambiente cultural. Todos possuem sua cultura. Impossível ser destituído integralmente de sua cultura. (RUBIM, 2017, p.14)

Essa perspectiva abre espaço para um olhar amplo da cultura, que contemple a diversidade de manifestações simbólicas e identitárias, para além da cultura erudita. Marilena Chauí defende que, numa sociedade de classes, é impossível falar de cultura no sentido generalizante, como o proposto pela perspectiva antropológica, que pretende expressar uma comunidade indivisa, pois a divisão de classes acaba por instituir uma divisão cultural.

Seja qual for o termo empregado, o que se evidencia é um corte no interior da cultura entre aquilo que se convencionou chamar de *cultura formal*, ou seja, a cultura letrada, e a cultura popular, que corre espontaneamente nos veios da sociedade. (CHAUÍ, 2021, p. 176)

Nesse sentido, a autora define que a distinção está para além da ideia de letrados e não letrados. Em sua perspectiva, a cultura dominante é o lugar de legitimação “da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social” (CHAUÍ, 2021, p. 177). Por outro lado, a cultura popular é aquela desenvolvida em sua grande maioria pelas classes populares, especialmente a classe trabalhadora, em sua relação com a cultura dominante “como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas de organização populares.” (CHAUÍ, 2021, p. 177)

Sobre a divisão da cultura a partir de categorias, Albino Rubim distingue três modalidades de cultura que emergem na modernidade. A popular, que sempre aconteceu nas comunidades, como resultados das “relações sociais e simbólicas entre a humanidade e a natureza e entre os seres humanos” (RUBIM, 2017, p. 15); a erudita, de caráter especializado e profissional provenientes, geralmente, de uma educação formal; e a midiaticizada, surgida a partir do desenvolvimento do capitalismo, e seguindo a lógica da indústria cultural, exigindo a mediação de aparelhos sócio tecnológicos na criação e difusão cultural. Rubim entende que o problema não está na existência das diferentes modalidades de cultura, mas na hierarquização que define algumas como superiores e outras como inferiores.

Esta hierarquização dificultou a percepção de que cada modalidade de cultura tem lógicas próprias; atende a demandas sociais e viabiliza maneiras singulares de conhecer o mundo. As artes nos propiciam uma aproximação sensível do mundo e educam emoções e sensibilidades, de modo desigual da ciência, que busca uma aproximação mais racional e explicativa da realidade; o senso comum nos permite um conhecimento necessário a uma interação pragmática com o mundo, sem recorrer a explicações, como acontece no saber científico; as culturas populares simbolizam e dão sentido à vida cotidiana e a seus laços sociais. Cada uma das modalidades culturais indicadas tem características, lógicas de funcionamento, modos de produzir, usos próprios e possibilita singulares maneiras de saber e de conhecer. Não se pode fazer uma rígida hierarquização entre elas, nem tomar uma como parâmetro de medida da verdade das outras. (RUBIM, 2017, p. 16)

Assim, ao estudarmos as manifestações culturais da cidade de São Félix, entendemos que estaremos dialogando, em especial, com setores da cultura popular, na qual essas manifestações dão percepção à vida costumeira e reforçam os vínculos sociais. Para tanto, adotaremos uma perspectiva de cultura antropológica, que leve em consideração não somente as manifestações artísticas, mas as expressões oriundas do cotidiano, da relação do indivíduo com o trabalho, com a natureza e o ambiente social que o rodeia. Essa tomada de posição frente ao entendimento do que é cultura, torna-se ainda mais relevante quando buscamos refletir sobre as políticas públicas, a economia da cultura e a discussão sobre desenvolvimento, como veremos.

2.2 ECONOMIA DA CULTURA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

O debate conceitual sobre Economia Cultural apresenta várias perspectivas, porém vale destacar que o presente trabalho converge com conceito de uma cultura inclusiva, que contemple a diversidade de manifestações simbólicas e identitárias, para além da cultura erudita. Mesmo assim, não podemos nos furtar de apresentar todas as perspectivas e conceitos necessários para a construção desse debate. Nesse sentido, Reis (2007) afirma que os segmentos artísticos, inserindo teatro e apresentações ao vivo, possuem qualidades próprias no momento em que são relacionadas com a economia geral, pois utilizam um trabalho particular que não pode torna-se limitado do uso da tecnologia no aumento da produtividade. Por exemplo, é o de que o número de músicos suficientes para executar uma composição de Frédéric Chopin é contínuo, e independe do grau da evolução tecnológica. Esta ideia tem base e é fortalecida através da incumbência, de Baumol e Bowen (1966) que publicaram um estudo nominado '*Performing arts: the economic dilemma*', os autores defendem o incentivo às artes por serem atividades que usam trabalho de modo intensivo.

Um debate econômico mais sistematizado e a formulação de conceitos sobre a cultura ou economia da cultura é relativamente recente. Podendo ser explicado pelas peculiaridades diferenciadas na Economia da Cultura considerando às normas econômicas gerais e essenciais da Economia e pelas atividades do ramo cultural que supostamente não contribuíram para a evolução e progresso econômico das nações (BENHAMOU, 2007; REIS, 2007).

A compreensão da cultura dissociada da capacidade econômica também se dá pelo nível de progresso tecnológico e científico da época. Esse entendimento é fortalecido ao afirmar-se que “a declamação do ator, o discurso do orador ou os acordes do músico, desaparece no mesmo instante em que é produzida”. (BENHAMOU, 2007, p.16)

Karl Marx também realiza apontamentos sobre o tema. Para Marx (2004, p.115-116):

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutivo. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital [...] embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista [os trabalhos que não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores], constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista.

Desta forma, sua análise sobre a produção capitalista do século XIX, demonstra que as atribuições pertinentes ao que hoje se compreende de Economia da Cultura não se realizavam na formação econômica. Todavia, Marx (2004) acreditava que as atividades conseguiriam, em certas situações, ser vista como atividades produtivas, conforme a citação acima.

Para Marshall (1891), os bens culturais não se encaixam nas suposições econômicas clássicas, suas atribuições são incomuns no que se refere aos padrões econômicos hegemônicos e poderiam refletir uma dosagem de incertezas. exibiriam grandes doses de dúvidas.

É impossível avaliar objetos como os quadros dos mestres ou as moedas raras; eles são únicos em seu gênero, não tem iguais nem concorrentes; [...]. O preço de equilíbrio nas vendas [desses objetos] depende muitas vezes do acaso; no entanto, um espírito curioso poderia sentir algum prazer em empreender um estudo minucioso sobre o tema (MARSHALL, 1891, p. 319).

Walter Benjamin e Theodor W. Adorno, autores conceituados por suas pesquisas e contribuições no desenvolvimento de conceitos como o de indústria cultural e na formação da Escola de Frankfurt, também podem ser listados como intelectuais que realizaram análises das atividades culturais e artísticas relacionadas aos processos econômicos e científicos. Pode-se citar o trabalho ‘A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica (1935)’, de autoria de Walter Benjamin. Nele o autor aborda os efeitos da reprodução técnica da obra de arte apresentada pelos progressos sociais, industriais e científicos. O autor ainda afirmou a importância do lugar e das relações sociais para a compreensão das obras de arte e bens culturais. Para Benjamin (1987, p. 167):

Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É nessa existência única, e somente nela, que se desdobra a história da obra. Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou.

Adorno (1978), refina o conceito de Indústria Cultural. O mesmo argumenta que o conceito envolve a produção e reprodução de obras de arte para o consumo de massa, realizadas em estruturas específicas de concentração econômica e administrativa considerável. Para Adorno (1978, p. 291):

Querer subestimar sua influência [da indústria cultural], por ceticismo com relação ao que ela transmite aos homens, seria prova de ingenuidade. [...] Levar a sério a proporção de seu papel incontestado, significa levá-la criticamente a sério, e não se curvar diante de seu monopólio.

As contribuições clássicas são de grande relevância, mas a estruturação do conceito de Economia da Cultura e a realização de abordagens mais sistematizadas sobre o conceito são recentes e acompanham a crescente participação das atividades culturais nas dinâmicas econômicas e sociais.

Nas leituras de Bem e Giacomini (2009), os bens e serviços culturais se baseiam no uso de recursos como a criatividade (sem necessariamente consumir recursos materiais finitos); utilizam inovações; impactam o desenvolvimento de novas tecnologias; e proporcionam o surgimento de produtos com cargas simbólicas relevantes, podendo criar/reforçar vínculos sociais e identidades territoriais. Para Scott (2002, p. 971):

Falar de produtos culturais é falar de identidade, ideologia, poder, tanto quanto de lucros e fluxos monetários, desta maneira é imperativo criar uma regulação internacional que se atente que a produção de bens culturais não é a mesma coisa de produzir aço e partes de carros.

Em síntese, a Economia da Cultura e seus bens e serviços culturais se comportam como bens coletivos, mesmo quando vinculados a fins mercadológicos. Tolila (2007, p. 29-30), reforça essa concepção:

De fato, a maioria dos bens e serviços que classificamos sob a rubrica cultural² se comporta sempre, no todo ou em parte, como bens não exclusivos e não rivais no consumo [...]. Eu pago pelo cinema, o museu, o teatro, a ópera, etc., mas meu consumo não rivaliza com o dos outros (eu visito ou desfruto de um espetáculo junto com centenas de pessoas), eu pago para comprar um DVD ou um CD, mas posso escutá-los ou vê-los com amigos que, com frequência, aumentam, aliás, o benefício de prazer que eles me proporcionam (TOLILA, 2007, p.29-30).

Vale ressaltar, precisa ser levada em consideração na economia da cultura sua carga de

² Muitos países se utilizam conscientemente do poder simbólico da Economia da Cultura na difusão de seus valores e modos de vida, como por exemplo: os Estados Unidos. De acordo com Tolila (2007), 85% dos filmes difundidos em todo o mundo são produzidos em Hollywood.

incerteza, sujeita a oscilações de gostos e tendências. Essa característica é intensificada ou não com investimento em marketing, publicidade e propaganda, no intuito de influenciar padrões de comportamento relativos ao consumo cultural e controlar os circuitos de informação. Benhamou (2007), destaca que a Economia da Cultura é oligopolizada por empresas de grande porte, conforme verificado por Scott (2002) em sua análise de Hollywood. O campo de estudos da economia da cultura ainda não possui séries históricas e bases de dados sistematizadas comparáveis aos *setores* mais tradicionais da economia. Não obstante, há uma crescente preocupação de governos e instituições internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e Unctad, na mensuração e comparação dos bens, serviços, fluxos e índices culturais. (DINIZ; MENDES, 2017).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), bens e serviços culturais já possuem uma participação de 7% no Produto Interno Bruto - PIB mundial, e seu crescimento anual projetado está em torno de 10% a 20% (BRASIL, 2013). Reis (2007, p. 20) afirma que “a economia da cultura seria uma disciplina que não tem por função estabelecer políticas públicas, mas influenciá-la por meio de estudos sobre os fluxos de distribuição, comercialização, consumo, produção dos bens e serviços culturais”. Dessa forma:

[...] a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento. (REIS, 2007, p. 25)

No entanto, deve-se explicitar que a ideia estabelecida neste trabalho se insere no âmbito local, partindo de uma reflexão de superação das diferenças econômicas e sociais, através das dimensões culturais de uma sociedade e da escassez de políticas públicas culturais e fontes de financiamentos públicos para o fortalecimento e sustentabilidade das instituições. Para Rubim (2006, p.16):

A política cultural deve ser entendida sim como um conjunto de intervenções, ações e programas estruturados pelo Estado e pelos agentes mercadológicos e civis, que tem por objetivo o desenvolvimento do sistema cultural é fundamental que a política pública esteja claramente definida, para que só assim venha surtir efeitos.

Caso não existam políticas públicas definidas pelas esferas federais, estaduais e municipais que direcionam os investidores culturais, sempre existirão divergências no setor cultural, e como consequência disso, artistas sempre serão os mais afetados. Assim, conforme

demonstrado pelos teóricos, compreende-se que isso vem impactando o desenvolvimento social, cultural, político e econômico revelando a necessidade e a importância do desenvolvimento do conceito de Economia Cultural com inserções de concepções críticas e maiores formulações sobre a temática.

2.3 CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Cultura e desenvolvimento têm se apresentado como um binômio que resume, de forma conceitual, o horizonte das políticas culturais contemporâneas no contexto nacional e internacional. Os processos políticos e sociais que possibilitam a relação entre cultura e desenvolvimento têm demarcado a formulação das políticas culturais nos últimos tempos.

Para Pitombo (2016), a cultura e desenvolvimento há tempos atrás não eram encarados como ferramentas aliadas, sendo vista como dispares. Sendo assim, o entendimento da cultura e do desenvolvimento trabalhados anteriormente, de forma separada e considerados antagônicos por diversos autores, foram realocados de forma conceitual, normativa e relacional, fazendo da cultura um fim do desenvolvimento. Para Pitombo (2016, p. 216):

O relatório da UNESCO de 1998 foi o estopim na mudança do conceito de dispares entre cultura e desenvolvimento, onde levantou os fluxos internacionais pautarem políticas culturais. Já estava claro, que o desenvolvimento não poderia mais ser visto como um caminho único, uniforme, linear, porque isso eliminaria inevitavelmente a diversidade cultural.

Vale destacar que cultura e desenvolvimento são conceitos muito utilizados pelas ciências sociais, pois são categorias para explicar e descrever as formas polissêmicas, complexas e diversas de sociabilidade, suas continuidades e suas mudanças com possíveis progresso e desenvolvimento. Pitombo (2016) considera essa ideia como permanência *versus* mudanças. Para a autora, nos dias recentes, a perspectiva conceitual antropológica da cultura é predominante quando se trata dos princípios que formulam e orientam as políticas culturais.

Já o conceito de desenvolvimento tem seus fundamentos nas ideias iluministas de progresso e de civilização, com um direcionamento linear e universalizante típico do modelo civilizador moderno. Os princípios que orientavam os modelos economicistas de desenvolvimento partiam do pressuposto de que o caminho do desenvolvimento era único, unidirecional e válido para todos os países (UNESCO, 1994). Guy Hermet (2003, p. 27) expõe que:

[...] no século XIX, ninguém, em lugar algum, falava de desenvolvimento. Falava-se apenas de progresso, referindo-se à esperança oferecida a europeus e a norte-americanos, ou de civilização, fazendo uma alusão à tarefa que estes julgavam ter que cumprir para o bem dos povos exóticos.

Pitombo (2016, p. 218 e 219) sintetiza que a categoria desenvolvimento estava fundamentada na “[...] cosmologia do mundo ocidental, que mobiliza em seus receituários civilizacionais uma moralidade ancorada em valores baseados na eficiência e no empreendimento”. Nesse sentido, constitui-se um contexto com características deterministas e evolucionistas que possibilitam a certeza de que todas as culturas são sucessões de etapas historicamente necessárias e que levam a construção de momento último correspondente a uma cultura industrial, produtivista, racional, acrítica e tecnicista (UNESCO, 1994).

Conclui-se que esse conceito de desenvolvimento se torna funcional na lógica da acumulação capitalista, subsidiando as constantes transformações no planejamento econômicos de corporações fundamentais como a Europa ocidental, os Estados Unidos, o Japão, por exemplo. Situação que se sustentava, até meados do século XX, caracterizado pelo modo de organização do trabalho denominado de regime fordista de produção em massa. Assim, os símbolos do conceito de desenvolvimento eram representados pelas máquinas das fábricas, pelo controle e aumento da produtividade, pelo dinamismo dos novos meios de produção, pelo crescimento urbano, entre outros. Dessa maneira, pode-se dizer que desenvolvimento significou, para muitos, progresso, crescimento, avanço, mudanças e etc, não importando suas consequências sociais, políticas e econômicas para o mundo e para a sociedade não privilegiada.

Na América Latina, tem-se o marco com o começo da Guerra Fria, a partir de 1945. A ideologia desenvolvimentista se orientava pela política que tinha uma verdadeira batalha contra a pobreza. O desenvolvimentismo no continente latino-americano convergia com a orientação político-econômico modernizador/estadunidense e não por acaso coincide com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948. A ideologia desenvolvimentista ia além de uma proposta econômica, era também um planejamento social e cultural, que extrapolou o plano da produção.

O objetivo essencial dos países latino-americanos ao adotar modelos de desenvolvimento inspirados nos programas econômicos dos países centrais era melhorar sua posição no sistema mundial, enfim, era ingressar na órbita do sistema de países que conformam o chamado ‘Primeiro Mundo’. Para isso, empreenderam um amplo processo de industrialização, amparado na primazia de um Estado forte e centralizador, objetivando promover o melhoramento das condições de vida e a pavimentação do caminho rumo à democratização. Desse modo, esses países enredaram de maneira idiossincrática, a construção dos projetos nacionais que

caracterizaram a consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, notadamente no período que se estende de 1950 a 1975, modelo de desenvolvimento esse que se traslada a partir de 1985, quando, a maioria dos países da América Latina, alinhados aos processos globais, passam a adotar um modelo econômico baseado na ideologia neoliberal. Diante desse contexto, depreende-se que os programas de desenvolvimento ancorados nessa lógica eram desarticulados dos contextos sócio-históricos locais, sendo, portanto, o conjunto de crenças, valores, hábitos das sociedades considerado como um entrave ao desenvolvimento. (PITOMBO, 2016, p. 220)

Como exemplo disso, ilustra-se o caso do Brasil, mais especificamente do Nordeste, a qual foi considerada a região que não contribuía para o plano de desenvolvimento e progresso do país. Algumas características regionais, sócio-históricas e culturais, como altos índices de analfabetismo, seca, miséria, etc., foram consideradas como fatores irreconciliáveis com o desenvolvimento. (REIS, 2007)

O projeto racional de desenvolvimento foi revisto devido à dinâmica societária pós-colonial. Canclini (2019) garante que a curva no ideário ao redor do desenvolvimento ocorre devido às experiências sem sucesso de práticas de formas fundamentais no planejamento da economia de países conhecidos como “Terceiro Mundo” ou “suburbanos”. Modelos estes que desconsideravam a realidade local com base em padrões estabelecidos pelos grandes centros de desenvolvimento. Nesse sentido, Cuéllar (1997, p. 13), expõe no Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Unesco:

No mundo rico, a noção de progresso sem limites tornou-se uma ilusão. Os sistemas de valores e as redes de solidariedade pareciam romper-se. O hiato entre ‘os-que-têm’ e ‘os-que-não-têm’ ampliava-se, e o flagelo da exclusão econômica e social perturbava a suave superfície do contentamento e a da satisfação.

Atualmente, existe uma compreensão diversa sobre o conceito e formas de desenvolvimento nas sociedades.

As respostas de alguns desses estudos apontam para as diferenças culturais como fatores explicativos de desenvolvimento das sociedades (Harrison & Huntington 2002), fazendo assim cristalizar alguns mitos em torno da correlação entre cultura e desenvolvimento, quais sejam: algumas sociedades têm maior probabilidade de desenvolvimento do que outras; a cultura é um dos obstáculos ao desenvolvimento e as diferenças culturais podem ocasionar choques culturais (Miguez & Loiola 2007). Divergências à parte, o fato importante que emergiu desses estudos foi o de reabilitar a cultura como variável explicativa para os diferentes modelos de desenvolvimento, amalgamando assim, numa fórmula promissora, os pares de uma equação até então incompatíveis. (PITOMBO, 2016, p. 222)

Dessa forma, entende-se a importância da concepção desse binômio que classifica os hábitos, costumes, simbolismos como insumos como incontornáveis a qualquer modelo de

progresso econômico, independentemente das suas especificidades políticas e sociais. Destaca-se, também, a contribuição dos organismos internacionais na tessitura desta construção de discursos e os desafios do alcance e concretização desse debate em nível local, regional, nacional e internacional, quando nos referimos às políticas sociais. Tendo em mente que o desenvolvimento passa pelo fortalecimento das identidades culturais e do respeito a suas especificidades, buscaremos refletir, a partir do mapeamento cultural de São Félix, quais as potencialidades de desenvolvimento econômico, humano e social é possível a partir da valorização da cultura local.

2.4 POLÍTICAS CULTURAIS: CONTEXTO HISTÓRICO E ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS

Como vimos, o conceito de cultura é um espaço em disputa. Nesta arena, nos colocamos a favor de uma perspectiva mais abrangente do termo, que englobe tanto as expressões artísticas, quanto os costumes, valores, saberes, práticas e o universo simbólico compartilhados por um grupo de indivíduos. Agora, observaremos a importância da perspectiva adotada na construção das políticas culturais. Albino Rubim (2007) defende que o conceito de cultura adotado influencia diretamente as políticas culturais, já que toda política cultural trabalha com uma noção do que é cultura.

Fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura. Esclarecer o conceito de cultura imanente à política cultural é um procedimento analítico vigoroso para o estudo aprimorado deste campo. A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão do objeto das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas [...]. (RUBIM, 2007, p. 149)

Rubim afirma que a politização da cultura se inicia com o surgimento do Estado moderno e a separação do governo da esfera religiosa. A partir de então a cultura assume caráter ideológico para a constituição de consensos necessários para a governabilidade. Também a modernidade permitiu a constituição da cultura como um campo, regido por leis próprias.

As políticas culturais só emergem com a superação da subordinação da cultura à política, com o aparecimento de uma nova disposição entre elas e com a conquista de certa autonomia da cultura. Nesse instante inaugural: a cultura passa a ser a finalidade e a política torna-se instrumento utilizado para atingir este objetivo. (RUBIM, 2017, 43)

Segundo o autor, as primeiras iniciativas de políticas culturais ocorreram de maneiras experimentais na Espanha, França e Reino Unido em meados do século XX. Mas sua internacionalização e desenvolvimento se deu a partir de 1970, com o incentivo da UNESCO, que entre as décadas de 1970 e 1980 promoveu diversas conferências, apoiando pesquisas e realizando publicações sobre a temática. Foi a partir de um desses encontros, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT), em 1982, na cidade do México, que foi aprovada a noção ampliada de cultura, como a trabalhada neste texto, assim como o conceito de cultura adotado para o desenvolvimento das políticas culturais contemporâneas.

No seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada como um conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (Declaração do México, 1982, p.1 e 2)

Além das discussões levantadas pela UNESCO, Nestor Garcia Canclini expõe as motivações de ordem política que colocaram a cultura em destaque nas agendas governamentais. A incapacidade de controlar as insatisfações sociais tem feito crescer o interesse em entender a conduta de todos os segmentos populares que condicionam a maneira das classes pensarem e agirem.

A incapacidade das soluções meramente econômicas ou políticas para controlar as contradições sociais, as explosões demográficas e a degradação ecológica levaram os cientistas e políticos a se perguntar sobre as bases culturais da produção e do poder. (CANCLINI, 2019, p. 53)

Canclini define seis paradigmas de políticas culturais (CANCLINI, 2019, p. 56), os quais envolvem diferentes agentes, perspectivas de organização e atuação das políticas culturais e concepções de desenvolvimento cultural. São elas:

- a) **mecenato liberal:** financiado por empresas privadas e fundações industriais, apoia a criação e distribuição da cultura e vê o desenvolvimento cultural através da livre criatividade individual;
- b) **tradicionalismo patrimonialista:** o patrimônio tradicional é espaço para a identificação de todas as classes e envolve o Estado, partidos e instituições culturais tradicionais. O patrimônio folclórico é o centro da identidade nacional;
- c) **estatismo populista:** controle do Estado sobre a cultura popular e distribuição dos bens culturais da elite. Envolve Estado e partidos e utiliza de elementos da cultura popular que contribuam para a reprodução do sistema;

- d) privatização neoconservadora: reorganização da cultura através das leis do mercado, com a participação individual no consumo, transferindo as ações públicas na cultura para o mercado simbólico privado. Os agentes envolvidos são empresas privadas, nacionais e transnacionais e setores tecnocráticos do Estado;
- e) democratização cultural: busca difundir a cultura erudita para que todos tenham condições iguais de acesso, envolvendo Estado e instituições culturais;
- f) democracia participativa: pretende o desenvolvimento cultural de todos os grupos a partir de sua própria cultura, através da participação popular e da organização e autogestão das atividades culturais e políticas.

Canclini defende que, diante dos desafios enfrentados em relação às diferenças socioeconômicas e às demandas de desenvolvimento como superação das desigualdades, a cultura, bem como as políticas culturais, não pode mais ser pensadas a partir da administração patrimonial ou do desenvolvimento artístico controlado pelo Estado ou pela iniciativa privada. É preciso um conceito que dê conta de incluir os diversos agentes envolvidos no desenvolvimento simbólico. Assim:

Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (CANCLINI, 2019, p. 56)

Utilizaremos a partir daqui a noção de políticas públicas adotada por Canclini, que está vinculada ao paradigma da democracia participativa, que considera a diversidade cultural e a necessidade de participação popular.

Numa democracia participativa a cultura deve ser encarada como expressão de cidadania, um dos objetivos de governo deve ser, então, o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um, procurando incentivar a participação popular no processo de criação cultural, promovendo modos de autogestão das iniciativas culturais. A cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades, para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. (CALABRE, 2007, p. 102)

Cada um desses paradigmas parte de uma concepção do que é cultura, do que é política e do que se pretende alcançar, como poderemos observar melhor ao estudarmos a história das políticas culturais brasileiras.

2.4.1 Políticas culturais no Brasil

A importância do conceito de políticas culturais atrelado a uma perspectiva democrática e participativa, como a definida por Canclini (2019), está na descentralização do Estado como único ator nesse processo e o entendimento das políticas culturais como intervenções conjuntas e sistemáticas envolvendo atores coletivos e metas. Em relação à análise brasileira, Albino Rubim (2007) considera que é importante, ao adotar a definição de Canclini, diferenciar as políticas culturais do obscurantismo da monarquia portuguesa, da postura de mecenas de D. Pedro II e das ações pontuais da Velha República no setor cultural.

A história das políticas culturais no Brasil é recente, tendo início a partir do Governo Vargas³. Dois experimentos são marcantes nesse momento: as contribuições de Mário de Andrade na gestão do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e as de Gustavo Capanema à frente do Ministério de Educação e Saúde. Sem nos atermos a descrever as contribuições de cada um no campo cultural, ambos foram inovadores na tentativa de organizar e valorizar o setor cultural, criando instituições responsáveis pelo desenvolvimento da cultura e o estabelecimento de intervenções estatais no campo.

Rubim (2007) demonstra que as tradições, que enuncia seu título sobre as políticas culturais no Brasil, tendem a se desenvolver com mais força nos períodos autoritários enquanto minguam nos períodos de governo democrático. É o que prova tanto o período democrático do país entre 1945 e 1964, quando são poucas e frágeis as iniciativas no campo, quanto o novo regime autoritário instalado em 1964 que desenvolve uma série de ações no campo da política cultural, de aspectos positivos e negativos, até o seu fim em 1985. Inclusive, em 1967, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), que tentou, pela primeira vez, construir uma política cultural integrada entre os entes da federação. Esses esforços vão no sentido do incentivo à criação de conselhos estaduais e municipais de cultura e, além disso, criou um Sistema Nacional de Cultura (SNC) e um Plano Nacional de Cultura (PNC), com vistas a implementar uma estratégia a longo prazo e integrada para a evolução da cultura no país. Os conselhos teriam papel fundamental para a compreensão da situação cultural do país, e também para a implementação das políticas públicas culturais de maneira capilar, com o planejamento de recursos que satisfizesse as demandas estaduais, regionais e municipais.

³ De acordo com Rubim (2007, p.18), durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

(CALABRE, 2008).

Entre os desafios enfrentados pelo Conselho podemos destacar a falta de outros departamentos no âmbito do governo federal destinados à cultura; o CFC por vezes foi sobrecarregado e acumulou funções para além das suas atribuições legais. A tentativa de implementação do PNC e do SNC, também não conseguiu superar os entraves institucionais que foram surgindo a partir do ano de 1970, não saindo do papel. Apesar de não conseguir aprovar o PNC para garantir recursos para a estruturação do campo cultural, o CFC foi exitoso na administração dos poucos recursos para a estruturação inicial do campo. Com isso, seu maior êxito foi conseguir fomentar a criação dos conselhos de cultura, principalmente em nível estadual. Entre 1968 e 1971 foram criados conselhos em vinte estados brasileiros, muitos deles permanecendo ativos em grande parte graças aos convênios firmados com o CFC. Esses conselhos continuaram contribuindo para as políticas culturais, mesmo depois deste período fértil, através de publicações de revistas e jornais, participação da elaboração de legislações e aprovação de projetos culturais. (CALABRE, 2008)

Muitas das demandas da época permanecem atuais, principalmente as que exigem políticas de longo prazo, e garantia de recursos para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas no campo da cultura. Apesar disso, os Conselhos de Cultura permanecem como “instrumentos fundamentais na construção do processo de gestão pública participativa, sinônimo de administrações mais modernas e democráticas.” (CALABRE, 2008, p. 21), constituindo um importante legado do período.

Também no período militar foi implantada a estrutura de telecomunicações do país juntamente com a lógica da indústria cultural, mas há também, por outro lado, a censura e o controle dos conteúdos culturais e o desenvolvimento de uma cultura midiática com padrões mercadológicos e desconectada das políticas de cultura do Estado. (RUBIM, 2007). O regime militar trabalhou entre a cooptação e a censura, numa relação entre cultura e autoritarismo. A tendência que liga autoritarismo e desenvolvimento do campo cultural se confirma com a formulação de uma política cultural oficial durante o governo militar. A defesa da cultura nacional em contraposição ao colonialismo cultural gera um nacionalismo peculiar, tratando-se do governo militar instaurado pelo “medo do comunismo”, mas pregando contra a lei do mercado e a livre concorrência.

A volta da democracia marca outro momento de instabilidade nas políticas culturais, com a extinção de várias instituições culturais, e o novo modelo de políticas culturais baseado nas leis de incentivo fiscais. Esse modelo diminui o poder do Estado na promoção da cultura e o entrega ao mercado, que a partir de então passa a escolher as atividades culturais que devem

ser financiadas com o dinheiro público advindos dos impostos, através do mecanismo de renúncia fiscal. Desenvolvimento cultural e democracia só foram combinados a partir do governo Sarney, em meados da década de 1980, e mais fortemente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995. Na década de 1980 cresce o financiamento pelas empresas, como uma atitude estratégica para o fortalecimento de sua identidade frente ao público, como estratégia de *marketing*. A chamada Lei Sarney⁴, em seu governo, foi uma conquista bastante esperada pelos produtores de cultura. O Estado deixou de ser o promotor para ser um incentivador da cultura, promovendo uma política de intervenção mínima do Estado, que apenas incentivava o financiamento privado.

Invertendo o mecenato clássico a Lei se destina à criação de um determinado produto e não ao artista. Apesar de criar importantes mecanismos de financiamento, a Lei não trazia mecanismos de controle e fiscalização, favorecendo a corrupção. Outra questão é que era mais vantajoso para as empresas associar suas marcas a nomes já consagrados, promovendo mais uma cultura do espetáculo do que o incentivo ao campo cultural como um todo. A proposta de um Estado isento, que apenas incentiva, na verdade transferiu para o mercado o poder de decisão sobre a aplicação dos recursos públicos no campo da cultura.

Durante o governo Sarney também foi criado o Ministério da Cultura, que foi extinto, juntamente com a Lei Sarney, a Empresa Brasileira de Filmes S.A. - Embrafilme, a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) durante a gestão de Fernando Collor de Mello, em um verdadeiro desmonte das instituições e políticas culturais existentes. Ainda no governo Collor, tendo Sérgio Paulo Rouanet como Secretário de Cultura, foi apresentada uma nova versão da Lei Sarney, revisada e com mecanismos de fiscalização mais rígidos, agora nomeada de Lei Rouanet, que permanece até hoje regulando a política de incentivo à cultura.

A Lei Rouanet criou o Programa Nacional de Financiamento da Cultura (Pronac) e instituiu três mecanismos de incentivo: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), pensado para financiar projetos culturais pouco atraentes à lógica do mercado; o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficarte), voltado a produções com retorno fiscal garantido, funcionando como um investimento que gera rendimentos; e o Apoio ao Mecenato Privado voltado ao

⁴ A primeira legislação federal de incentivo fiscal à produção cultural, batizada de Lei Sarney, foi sancionada em 2 de julho de 1986, concretizando projetos que apresentaram seguidamente desde 1972. A iniciativa aprofundou o processo de valorização da cultura brasileira, iniciado com a criação do Ministério da Cultura, no primeiro mês de governo. A Lei Sarney estabelecia uma relação entre o poder público e o privado. O primeiro abdica de parte dos impostos devidos pelo segundo, a chamada renúncia fiscal. Assim surgiu como um novo paradigma para as relações entre a classe artística e o empresariado, que investiria em produtos culturais, como cinema, teatro, literatura, artes plásticas e patrimônio (BRASIL, 1986).

patrocínio mediante dedução fiscal. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foram realizadas reformas na Lei Rouanet, transformada em principal política cultural do seu governo, implantando um “mercado de patrocínio”.

A captação de recursos pela lei Rouanet cresceu significativamente durante o governo FHC, principalmente porque o presidente recomendou que as estatais passassem a investir na cultura. Com a nova reforma da Lei Rouanet nº 7619/2017 que beneficiava as empresas com 100% de dedução de impostos, surgiram as críticas, já que as empresas não fariam investimentos próprios no campo cultural, sendo todo o recurso destinado através da dedução de imposto, portanto, dinheiro público. Outra crítica é a ausência do Estado no gerenciamento do uso dos recursos, que desde as leis de incentivo fiscal passaram a ser dominadas pelo mercado. Com isso, o *marketing* passou a ditar quais atividades culturais deveriam ser financiadas, impactando negativamente iniciativas de gerar a visibilidade, além da concentração de recursos na região Sudeste do país.

Não podemos deixar de falar sobre a importância da política de incentivos, sendo inclusive uma tendência global. Em termos numéricos os resultados foram positivos, crescendo tanto a quantia investida em cultura, quanto o número de beneficiados, conforme análise da Lei de Incentivo Federal à Cultura feito pelo Itaú Cultural no ano de 2010 (ITAÚ CULTURAL, 2023). Apesar disso, existia um vácuo entre as diferentes regiões do país. Atividades artísticas do eixo Sudeste arrecadavam mais recursos do que em outras regiões do país. As desigualdades de acesso também se refletiam entre as capitais e as regiões do interior dos estados, como acontece até hoje, fazendo com que produtores que não trazem retorno econômico ou de visibilidade para as empresas não conseguem ter acesso a esse mecanismo.

Outra crítica é de ordem ética. Na lei do audiovisual nº 8.685/93, a empresa não só tem seu imposto deduzido em 100% como ainda ganha 25% no resgate tributário, gerando lucro privado em vez de investimento do mesmo. É a ausência de contrapartida privada o principal problema da política cultural de FHC. A substituição do mecenato do Estado pelo mecenato privado, reduziu a ação estatal à área da legislação, tributação e contabilidade, ou seja, ao campo financeiro e não cultural. (CASTELLO, 2002)

O resultado de todo esse processo foi o de uma enorme concentração na aplicação dos recursos. Um pequeno grupo de produtores e artistas renomados são os que mais conseguem obter patrocínio. Por outro lado grande, parte desse patrocínio se mantém concentrado nas capitais da região sudeste. As áreas que fornecem aos seus patrocinadores pouco retorno de *marketing* são preteridas, criando também um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos. (CALABRE, p. 95)

Vale ressaltar que esse contexto, apesar das políticas culturais desenvolvidas no governo seguinte, impacta ainda hoje o desenvolvimento cultural em cidades de pequeno porte, como o caso de São Félix, que, pelo seu tamanho, não desperta o interesse do departamento de *marketing* das grandes empresas para investirem no seu patrimônio artístico e cultural, aí incluído os fazedores de cultura local.

Esse histórico do desenvolvimento das políticas culturais em seus avanços e retrocessos, de acordo com regimes autoritários e democráticos, bem como as políticas que dão ao capital o controle sobre os investimentos culturais, à custa da negligência estatal, impôs grandes desafios no desenvolvimento das políticas culturais para o governo do presidente Lula e seu ministro Gilberto Gil. Rubim (2017), destaca: [...] relações históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura; fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos poucos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do Ministério em determinadas áreas culturais e regiões do país; concentração dos recursos utilizados; incapacidade de elaboração de políticas culturais em momentos democráticos, etc.

Assim, o ministro Gilberto Gil assume a tarefa de reformular a estrutura do Ministério da Cultura, substituindo a estrutura do governo anterior, que tinha como finalidade a lei de incentivo, por uma lógica de implementação de políticas. A lei de incentivo também foi reformulada após consulta a estados, municípios, empresários, artistas e demais representantes da sociedade civil, abrindo o canal de diálogo com os agentes que compõem a política cultural. Para a elaboração de novas políticas públicas para a cultura foi estabelecida parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, IBGE, e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), para a sistematização de dados sobre a cultura, tendo como uma das suas conquistas a inclusão de questões sobre a cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, MUNIC, que passou com isso, a criar dados sobre a cultura, importantes tanto para a construção de políticas, quanto de pesquisas acadêmicas.

A partir de 2003, vários estudos e análises sobre as diferentes áreas de atuação do Ministério foram produzidas e publicadas pelo Ipea por solicitação da Secretaria de Políticas Culturais (SPC). Também nesse momento que foram retomados vários esforços no sentido de mapear e compreender o campo da economia da cultura. (CALABRE, 2013, p.146)

Como iniciativa de democracia participativa o Ministério organizou, a partir de 2005 as conferências nacionais, estaduais, municipais e intermunicipais, com o objetivo de construir um PNC participativo, ouvindo as demandas dos diversos agentes do campo

cultural, estimando-se o envolvimento de 53 mil pessoas em todo o país. (CALABRE, 2013, p. 149). Os dados das pesquisas do IBGE e IPEA, bem como o resultado das conferências serviram como subsídio para a elaboração do PNC, aprovado em 2010.

O Plano Nacional de Cultura (PNC), segundo o previsto na Emenda Constitucional que o instituiu, deve conduzir à: I) defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II) produção, promoção e difusão de bens culturais; III) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV) democratização do acesso aos bens da cultura; e V) valorização da diversidade étnica e regional. Ele é o documento base a partir do qual o governo federal deverá pautar, nos próximos dez anos, o direcionamento das ações públicas de cultura.

Foi criado, em 2004, o Programa Cultura Viva, tendo como base a criação dos Pontos de Cultura conveniados aos governos federal e estaduais, reconhecendo as dinâmicas culturais próprias de cada lugar, valorizando a cultura popular e identitária. O programa tem como objetivo ampliar e garantir o acesso, à produção e a difusão cultural, dando possibilidades a ações próprias das dinâmicas de cada comunidade.

O programa foi pioneiro ao conceder apoios plurianuais e centrar o apoio a instituições e grupos em detrimento da lógica mais comum de apoio a projetos. A lógica do apoio a projetos é quase hegemônica nas ações de fomento, porém esse modelo não induz a dinâmicas mais estruturantes e é inadequado para o apoio de atividades permanentes, como as de um equipamento cultural ou de um grupo artístico-cultural. (PAIVA, 2019, p. 125)

Outro ponto importante para a cultura durante a gestão de Lula foi a valorização do SNC, aprovado em 2012, buscando a institucionalização da área e facilitar a execução de ações compartilhadas entre os variados níveis da federação, por meio de repasses entre os fundos de cultura, promovendo a realização de conferências participativas como condição necessária para a participação no Sistema. Cabe evidenciar que na construção fomentos culturais durante o governo, tomou-se como início para a busca o conceito ampliado de cultura, a partir do viés antropológico, buscando articular as dimensões culturais, social, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira. (BRASIL, 2010, p. 8).

A partir do debate sobre a insuficiência das leis de incentivo, bem como suas limitações, foi enviada ao congresso, em 2010, uma nova proposta de legislação para a cultura, o Procultura. As iniciativas buscavam criar critérios públicos que garantissem a isonomia do Estado no financiamento à cultura.

Foi nesse período que ocorreu a mudança da tônica de apoios discricionários (vulgo “balcão”) para a prática de concessão de apoio por meio de seleções e critérios públicos. O novo padrão estabelecido representou importante avanço e firmou um novo modelo, que passou a ser reproduzido por estados e municípios, além de empresas patrocinadoras públicas e privadas. (CALABRE, 2013, p. 152)

Como balanço do governo petista no campo da cultura, temos: a adoção de um conceito mais amplo de cultura, buscando trabalhar novas áreas como identidade, diversidade cultural e culturas populares, cultura digital; a atuação internacional em defesa da diversidade cultural frente à UNESCO; a retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais; a produção de dados e indicadores sobre a cultura; a criação do Vale-Cultura; a reformulação do FNC com foco na concorrência de projetos através de editais; a consolidação da área da cultura com base em política de Estado e não de governo; a criação de Câmaras Setoriais e abertura de canais de comunicação com a sociedade civil; atenção ao setor da Economia Criativa e ampliação do orçamento destinado à cultura. Com essas iniciativas iniciou-se a possibilidade de desenvolvimento de políticas públicas para a cultura em um período democrático, buscando transformar a triste realidade às quais o campo historicamente se relaciona.

Apesar dos avanços em relação à democratização da cultura e do alcance e visibilidade das políticas culturais, o Ministério da Cultura não chegou a conquistar para sua pasta 1% do orçamento da União. Muitos dos programas criados tiveram ainda atrasos e dificuldade em sua implantação. Rubim (2007), aponta algumas questões sobre a gestão de Gilberto Gil, dentre elas a necessidade de concurso para profissionais da cultura, ocupando a pasta com profissionais qualificados; a própria qualificação do campo cultural e seus agentes; e a centralidade que a lei de incentivo ainda possui dentre as políticas de cultura, apesar da criação dos editais de cultura, via Fundo de Cultura. Por fim, o maior desafio está na perspectiva de continuidade das ações estruturantes no campo da cultura.

[...] continuidade torna-se crucial para a maioria dos projetos em andamento e, em especial, para alguns que têm indiscutível centralidade: o Sistema Nacional de Cultura; o Plano Nacional de Cultura; o Sistema Nacional de Informações Culturais; a tessitura de uma política nacional de financiamento da cultura, que recoloca o estado em seu lugar; os pontos de cultura; o equacionamento do tema das culturas

audiovisual e digital; a consolidação institucional e política do ministério etc. (RUBIM, 2007, p. 15)

Essa continuidade, no entanto, não se deu nem entre os governos de Lula e Dilma Rousseff. Na gestão de Dilma, programas como o Cultura Viva e políticas no campo das artes e culturas digitais foram enfraquecidas, além de ocorrer um descompasso entre as políticas culturais e de comunicação. Apesar disso,

[...] deve-se destacar que, ao longo dos governos do PT, ocorreu a tentativa de construção das bases para a consolidação das políticas públicas de cultura no Brasil. Buscou-se, também, fortalecer as instituições culturais, estabelecer diretrizes, valorizar a democracia cultural e a utilização desta como ferramenta de inclusão social, transformando as políticas culturais em políticas de Estado. (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p.224)

No governo Temer as medidas de enfraquecimento permaneceram, tendo como consequência a tentativa de extinção do Ministério da Cultura. Em contrapartida, agentes culturais lutaram pela sua permanência. No entanto, a mobilização política dos agentes não foi o suficiente para impedir a extinção do Ministério da Cultura durante o governo Bolsonaro. A cultura se tornou um apêndice, primeiramente do Ministério da Cidadania e em seguida foi transferida para o Ministério do Turismo sob o nome de Secretaria Especial de Cultura, provocando nova instabilidade no setor.

A gestão da cultura no governo Bolsonaro tem sido polêmica, envolvendo a interferência direta do presidente sobre o que é financiado pela pasta, limitando as propostas que não se enquadrem no lema da família e dos bons costumes, afetando seriamente as políticas de inclusão e respeito à diversidade promovida pelo governo anterior. O corte dos recursos tem sido outra prática do governo. Um exemplo é o corte de 43% do orçamento da Agência Nacional de Cinema (Ancine)⁵. O governo também tem promovido um sentido de cultura restrito à cultura erudita.

Apesar da nova orientação, o campo cultural obteve uma conquista importante durante o governo Bolsonaro. Por conta da pandemia foi criada a Lei Emergencial Aldir Blanc (nº 14.017/2020), que tem como objetivo auxiliar profissionais da cultura que ficaram sem trabalho, através do aporte de três bilhões de reais para a cultura, distribuído de maneira capilar a todos os entes da federação. Prevendo:

- I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;
- II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e

⁵ Em ofensiva contra Ancine, Bolsonaro corta 43% do fundo do audiovisual (BRANT; URIBE, 2019).

organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social;
 III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais. (BRASIL, 2020).

No ano de 2022 foi aprovada ainda a Lei Paulo Gustavo⁶, também de caráter emergencial, que destinou 3,86 bilhões a estados e municípios para o fomento de atividades culturais, como paliativo aos danos causados pela pandemia de covid-19. A conquista ainda mais importante foi a promulgação da Lei Aldir Blanc 2 (nº 14.399/2022). Dessa vez não mais de caráter emergencial, mas como Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, a lei prevê o repasse anual de 3 bilhões de reais, durante cinco anos, para estados, Distrito Federal e municípios.

A lei beneficia trabalhadores da cultura, entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, difusão, promoção, preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, incluindo o patrimônio cultural material e imaterial. (BRASIL, 2022)

A lei é uma conquista importante por representar uma política nacional continuada de investimento no setor cultural, que estimula o funcionamento dos sistemas de cultura, como conselhos e fundos dos entes da federação, ela também descentraliza os recursos, como foi possível perceber com a aplicação da Lei Emergencial.

É válido ressaltar que a descentralização do recurso proposto pela lei, sem a necessidade de submissão dos entes federados em edital específico ou de convênio, reacende a expectativa pelo “repasse fundo a fundo”. Ainda que demande dos municípios a elaboração de um Plano de Ação para reivindicação do recurso, a experiência inédita de descentralização demonstra a viabilidade do mecanismo. (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 96).

Importante lembrar que essas conquistas recentes vieram do campo Legislativo e não do Executivo, contando com uma articulação de forças políticas e pressão dos agentes culturais à revelia do governo federal. Bolsonaro chegou a vetar a Lei Aldir Blanc 2. O veto

⁶ É a Lei Complementar nº 195, de 2022, criada para incentivar a cultura e garantir ações emergenciais, em especial demandadas pelas consequências do período pandêmico, que impactou significativamente o setor nos últimos dois anos. Popularmente conhecida como Lei Paulo Gustavo direciona R\$ 3,86 bilhões do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura (FNC) a Estados, Municípios e o Distrito Federal para fomento de atividades e produtos culturais (BRASIL, 2022).

foi derrubado pelo Senado em julho de 2022. Mais uma vez o presidente agiu contra a aplicação da lei, adiando sua execução para o ano de 2023.

2.4.2 Políticas culturais na Bahia

O panorama das políticas culturais em nível federal reflete-se sobre as políticas estaduais e municipais. No decorrer desse percurso alguns modelos de fomento à cultura foram experimentados, desde a política clientelista de favorecimento a determinados agentes, até as políticas de incentivo fiscal e o incentivo a projetos culturais através do FNC. Na Bahia, apesar de legislações pontuais que favoreciam instituições individuais, foi apenas em 1996 que foi criado o primeiro programa de incentivo à cultura do estado, com o Programa Estadual de Apoio à Cultura, denominado “Fazcultura”, baseado no incentivo fiscal. (PAIVA, 2019). Nesse período as leis de incentivo ganharam protagonismo, com a lei Rouanet e as ideias de transferir ao setor privado as responsabilidades sobre os investimentos culturais.

De acordo com Pitombo (2016), a lei baiana concedia o benefício máximo de 80%, exigindo-se no mínimo 20% de recursos próprios por parte do patrocinador. Para projetos de maior valor, como no caso de patrimônio, bibliotecas e audiovisual, o incentivo fiscal era reduzido, chegando até 50% para projetos de até R\$ 1 milhão. As empresas poderiam empregar até 5% do valor do ICMS a recolher e o montante geral de renúncia fiscal disponível seria fixado anualmente pelo governador. (PAIVA, 2019, p. 51) Apesar de proporcionarem um volume de investimentos nunca vistos antes na cultura baiana, esses recursos acabaram sendo monopolizados pelos setores do entretenimento ligados ao carnaval e festas juninas. O fato gerou uma crise nas demais áreas do setor cultural. Em 2003 os investimentos do Fazcultura no carnaval e festas juninas foram suspensos e um novo modelo foi proposto, limitando o acesso dos recursos para festas juninas e vetando o acesso para o carnaval. Além disso, estabeleceram-se cotas por área, para que não houvesse desigualdade de investimentos, já que setores como música e teatro conseguiam mais financiamento que os demais.

É possível notar também a influência do contexto federal nas políticas estaduais em 2005, quando é criado o Fundo de Cultura do Estado da Bahia, com vistas a se interligar com o SNC que estava sendo implantado na gestão federal. A princípio, a criação do fundo teve pouco impacto devido à grande parte do orçamento que foi destinado aos órgãos da administração da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult -BA). É a partir de 2007, sob a gestão de Márcio Meirelles, que a Secult- BA estabelece o desafio de diversificar as

formas de fomento à cultura.

Para evitar a extrema concentração - territorial, setorial ou em poucos beneficiários -, o Fundo de Cultura assumiria o protagonismo do sistema de fomento, posto que o mecanismo permitia maior governança e poderia de fato garantir uma desconcentração dos investimentos. Para tanto, quase todos os editais lançados nos anos de 2007 a 2010 estabeleceram um teto de 60% para projetos de um único território, na prática impondo um teto a projetos da Região Metropolitana de Salvador. (PAIVA, 2019, p. 61-62)

Foi estabelecida a política de fomento a editais como forma de captação dos recursos do Fundo de Cultura, tendo como princípios ampla publicidade, regras claras e seleção por pares do setor cultural. Outra iniciativa de fomento criada durante o governo de Jaques Wagner foi a criação do “Calendário de Apoio a Projetos Culturais”, implantado em 2009, respondendo por demandas de apoios mais simples e de baixo custo e com respostas mais rápidas.

Podemos observar neste breve histórico que o desenvolvimento das políticas culturais do estado aconteceu em consonância com as políticas desenvolvidas no plano federal. Por sua vez, tais políticas impactam também o desenvolvimento cultural dos municípios. A ampliação dos mecanismos federais e estaduais a partir do governo trouxe a possibilidade de fomento à cultura em cidades como São Félix, onde alguns agentes culturais têm se articulado para concorrer aos editais de apoio e fomento. No entanto, muitos outros agentes culturais locais ainda não têm condições de acesso a essas políticas, como veremos no capítulo de análise. Corroborando o que foi afirmado por Rubim, os recursos que chegam a pequenas cidades do interior são poucos. Reflexo da concentração das riquezas nas grandes capitais e dos poucos recursos destinados ao investimento na cultura. Apesar da União ser o ente que mais investe recursos em cultura, se somados os municípios superam o valor de investimento federal e estadual. (RUBIM; PAIVA, 2017)

[...] além de destinar as maiores fatias percentuais de recursos para a cultura, os municípios realizam o maior investimento *per capita* em cultura no âmbito de todos os entes federativos. Deste modo, o lugar dos municípios no financiamento e fomento à cultura no Brasil não pode ser menosprezado. Sua mais consistente compreensão exige a realização de estudos, que hoje são bastante raros [...] (RUBIM; PAIVA, 2017, P.102)

Embora a cultura signifique a valorização de um povo, ela não tem sido encarada com a devida importância pelos governantes. “Os recursos diretos para a cultura são poucos e as políticas culturais sofrem com a constante descontinuidade de suas ações”. (RUBIM, 2007).

As principais fontes de fomento são os editais, que afunilam, não garantindo o acesso, muito menos continuidade, e as leis de incentivo fiscais, que, pelos interesses comerciais das empresas, na maioria das vezes, se concentram nos grandes centros urbanos, como a capital da Bahia, e no financiamento de artistas e produtos culturais já reconhecidos e que deem um retorno de visibilidade maior do que os possíveis nas pequenas cidades do interior.

O município de São Félix é repleto de instituições artísticas e culturais que desenvolvem um trabalho na área do artesanato, da arte e educação, da música, da capoeira, e do turismo étnico e religioso. Porém, há uma necessidade de aprimoramento dos processos de produção e gestão e profissionalização. Este trabalho irá se debruçar na cultura local, buscando traçar as características da identidade cultural, suas diversas manifestações, e o reconhecimento da importância de cada instituição mapeada, possibilitando disseminar e divulgar conhecimentos, bem como o reconhecimento das demandas específicas do segmento cultural neste município. Espera-se que possa servir de subsídio para a criação de políticas culturais que deem conta de suas especificidades.

2.4.3 Políticas culturais em São Félix -BA

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Félix foi tombado pelo IPHAN em 2010 por preservar uma relação compatível entre ocupação urbana e a geografia da região, mantendo interação histórica, urbanística e paisagística com Cachoeira (IPHAN, s.d). Com o tombamento de conjuntos históricos realizados pelo IPHAN houve um processo de valorização das formas tradicionais de viver e produzir, e isso não foi diferente no município de São Félix-Ba, colaborando para a autonomia cultural e a autodeterminação dos povos. Com isso, esse movimento é amplamente notado nas expressões culturais que marcam a história dos povos daquele território.

Ao mesmo tempo que a cultura segue ocupando lugar importante no desenvolvimento, sendo considerada um grande atrativo no município, o processo de exclusão da população sanfelista permanece e é demonstrada dentro dos processos de construção de políticas públicas estando evidenciado na aprovação dos Sistema Municipal de Cultura (SCHNEIDER, 2019) em que foi produzido sem a participação ou até mesmo divulgação de seu conteúdo. O Panorama - Sistemas Municipais de Cultura na Bahia (2021), demonstram que o município também não aderiu ao: sistema nacional de cultura, órgão gestor municipal, conselho municipal de cultura, lei municipal de cultura e nem ao fundo municipal de cultura, conforme apontado pela Secretária de Cultura do Estado da Bahia (2021).

Com a relevância de suas manifestações culturais reconhecidas pelo IPAC, esse

processo vertical dos processos e a fragilidade na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas municipais fazem com que se questionem pontos essenciais de como andam as políticas públicas culturais do município, uma vez que o IPHAN promove iniciativas de valorização do potencial no município. Santana (2015), demonstra como esse movimento varia nos modelos de gestão falando sobre a Casa de Cultura Américo Simas que, em sua fundação, recebia incentivos da prefeitura e promoveu diversas atividades variando de oficinas artísticas a cursos profissionalizantes, no entanto, esse investimento foi sendo diminuído e o espaço foi se desgastando, provocam alterações na dinâmica de seu funcionamento.

Dessa forma, considerando o papel que a cultura cumpre no desenvolvimento das identidades e no plano econômico do município de São Félix Ba, bem como também a falta de documentos gerados pela prefeitura municipal do município, o panorama de como vem sendo desenvolvidas as políticas públicas Sanfelistas ainda segue evidenciando a necessidade de mapeamentos e desenvolvimentos da sociedade civil e das instituições locais para um desenvolvimento fidedigno à realidade do município. Não obstante, Schneider identifica que essa característica de programas e projetos implementados tenham caráter vertical e pouco arranjo institucional não estimulou uma produção ou ampliação cultural demonstrando um movimento autônomo de parte da sociedade civil em implementar e acompanhar a dinâmica das políticas públicas no município baiano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE LEVANTAMENTO E DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS CULTURAIS

Neste capítulo, retomamos a discussão sobre as escolhas metodológicas, desde o levantamento bibliográfico, às decisões anteriores e preparadoras para o trabalho de campo e aos desafios enfrentados durante a coleta de dados.

3.1 INVESTIGAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO E DE MARCOS LEGAIS

As técnicas metodológicas utilizadas nesta pesquisa são: levantamento bibliográfico, a revisão do referencial teórico, a análise documental, o mapeamento cultural, a entrevista estruturada e a compilação e análise das informações coletadas, para ampliação da compreensão da cultura e a aplicabilidade do conceito na análise sobre as políticas culturais.

As investigações teóricas relacionadas a cultura foram traçadas seguindo parâmetros das pesquisas acadêmicas, a partir de duas etapas, seguindo as orientações de Castro (1977). Castro ressalta a importância de se relacionar os dados mensurados pelas pesquisas de campo com os conceitos válidos no âmbito acadêmico. Onde relata a importância de identificar os incentivos das práticas etnográficas, as contribuições definidas pelo pesquisador e os entrevistados mapeados. Assim, desenvolve-se neste trabalho o mapeamento de manifestações Artísticas e Culturais de São Félix, considerando tal mapeamento a análise da forma com que as manifestações Artísticas e Culturais de São Félix se estruturam e se mantêm vivas. Nos valemos ainda de marcos legais que dizem respeito aos contextos nacional e local, partindo da aproximação da cultura como um direito, na Constituição Federal de 1988, à experiência de instalação de planos e sistemas no âmbito municipal da cultura, que começou em 2002.

Na conjuntura macrossocial adotamos as ponderações reconhecidas na Convenção da UNESCO de acordo com o Decreto Nº 6.177 de 01 de agosto de 2007, sobre as políticas, a cultura, as manifestações culturais e a diversidade cultural. A Convenção da UNESCO refere-se à diversidade cultural como as formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Ainda seguindo a Convenção da UNESCO, “expressões culturais são aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural”. Tais conceitos, tendem a contribuir para construção deste trabalho, de forma a conduzir na identificação dos grupos e manifestações culturais, reconhecendo as particularidades e as diversidades culturais existentes no município. Além do entendimento sobre a abrangência da cultura seguindo como referência a

Lei Orgânica da Cultura da Bahia de nº 12.365 de 30 de novembro de 2011 (BAHIA, 2011).

Já na conjuntura local, consideramos o entendimento da cultura apontada na proposta de São Félix. Em 2017, foi criada a Lei Municipal de nº 341 que institui a criação do Sistema Municipal de Cultura. Tais percepção nos permitem a observar para a sistematização da cultura, começando da demanda de agregação de informações nacionais, regionais e locais. Ao se fazer um primeiro levantamento em bancos de teses e dissertações, bem como nas plataformas Google Acadêmico, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), não foram encontrados registros de pesquisas sobre o município de São Félix que identifiquem as instituições culturais atuantes. As palavras-chave inseridas para a pesquisa foram: mapeamento de manifestações culturais; impacto das instituições culturais na economia local; cultura em São Félix e cultura popular. Foi feita uma visita ao Arquivo Público Municipal de São Félix e no órgão também não constam registros, pois grande parte do seu acervo se perdeu na última grande enchente do Rio Paraguaçu, em 1989. Dessa maneira, esta pesquisa pretende expandir a história das instituições culturais através da busca oral, possibilitando que outras pessoas tenham acesso ao conhecimento, uma vez que essas instituições desenvolvem um grande papel cultural e social no município de São Félix-Ba.

Salienta-se que o estudo tem um caráter descritivo, embasado na leitura das referências do campo correlacionadas com as entrevistas com agentes culturais. Por sua vez, o instrumento adotado para coleta de dados primários será a entrevista estruturada, que é constituída por perguntas já pré-estabelecidas, de caráter aberto. Isso possibilita que os participantes sejam estimulados a expor sua história e ao mesmo tempo atender às necessidades da proposta. Segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 93), a entrevista estruturada “[...] tem em vista a interação entre entrevistador (a) e entrevistado (a) é guiada por um roteiro (pontos a serem perguntados) ou questionário (perguntas pré-determinadas) [...] A vantagem desse método é que ele não favorece e nem prejudica nenhum candidato pelo fato deles responderem às mesmas questões de forma igualitária.” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 93). Nessa perspectiva, a proposta metodológica será uma análise qualitativa.

Alguns pontos interessantes sobre a pesquisa qualitativa analisada por Trivinos é:

[...] 1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa” [...]. (TRIVIÑOS, 1987, p. 128 a 130)

Neste sentido, a análise qualitativa colabora para explicar o processo cultural e sociocultural nos quais dimensões políticas, econômicas e identitárias podem ser observadas por meio de práticas e de modos de vida dos indivíduos.

Foram buscados autores que possam auxiliar na condução dos registros do saber cultural, para a composição da construção histórica do mapeamento de manifestações Artísticas e Culturais de São Félix, que se deu como uma tessitura de retalhos. A cada linha que faz parte dessa construção, utilizam-se os autores que se alinham com a narrativa posta em cada fragmento histórico da cultura popular vivenciada por cada instituição mapeada. Isto se dá sob a perspectiva de estabelecer uma proposta de investigação dos impactos positivos causados pelas instituições artísticas e culturais mapeadas, com a intenção de diagnosticar a situação a qual vise eliminar a relação díspar na obtenção de recursos e a manutenção dos segmentos que dão sustentação à relevância histórica, cultural e turística do município.

Ainda faltam pesquisas mais precisas sobre a cultura local tanto da sede como da zona rural do município de São Félix-Ba. Nesse sentido, um dos desafios deste trabalho é estimar bens e serviços culturais para a elaboração do mapeamento e organização de dados. Assim, esta pesquisa se desenvolve como uma costura de retalhos, com seus pedaços ligados à cultura, sua gestão, sua formalização, suas diversidades e suas peculiaridades.

3.2 MAPEAMENTO: DIFERENTES OLHARES SOBRE A CULTURA

Para a geografia, a cartografia é a “arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas” (JOLY, 2004, p.7). Por sua vez, o mapa, enquanto representação de um território, é sempre uma figura inacabada do território, enquanto uma construção seletiva. Sua construção se dá através da investigação direta ou indireta, que implica na necessidade de conhecimento aprofundado do objeto cartografado e de métodos específicos para sua realização, que partem das técnicas de observação, identificação, localização, análise e classificação. (JOLY,2004)

Por sua vez, o mapeamento cultural é um campo multidisciplinar, que abrange abordagens diversas, sendo tanto um instrumento no mapeamento das informações, como de investigação, organização e apresentação dos mesmos, podendo ainda servir com a intenção de desenvolvimento de políticas públicas e de desenvolvimento participativo comunitário. (CABEÇA, 2018; DUXBURY, 2020). Nesse sentido, o mapeamento cultural demanda um conjunto de práticas cartográficas mais amplas que liguem a geografia ao contexto cultural e social, que determinam a identidade de um lugar.

O mapeamento cultural pode ser definido como o processo de coleta, registro, análise e síntese de informações que descrevem os recursos culturais de uma determinada comunidade ou grupo. O mapeamento cultural nos permite ver onde estivemos e onde estamos para encontrar o caminho a seguir. (Stewart, 2007, tradução nossa)⁷. Mapear é, portanto, construir uma narrativa, discursiva e visual, sobre a identidade de um lugar, através dos olhos das comunidades e grupos. (CABEÇA, 2018, p.2)

Dessa maneira, o que buscamos ao fazer um mapeamento de manifestações culturais de São Félix-Ba é criar, ainda que de maneira incompleta – como toda representação de um território –, uma imagem panorâmica do caráter cultural da cidade, seus significados e a sua relação com o local. Nancy Duxbury, Cristina Nuere e Fernando Bayón defendem um duplo papel desempenhado pelo mapeamento cultural: como testemunha e como instrumento para delatar lacunas. Daí a sua importância na construção de políticas culturais.

como testemunha, dando conta do que existe, verificando e registrando as práticas e infraestruturas existentes, e como instrumento para detectar as lacunas e destacar e partilhar a *décalage* (desajuste) entre os desejos dos cidadãos e o planejamento institucional. (DUXBURY, 2020, p. 12)

A autora sintetiza ainda em cinco as principais abordagens que fundamentam o mapeamento cultural, relacionadas com os objetivos da cartografia. São elas:

Empoderamento comunitário/contra mapeamento – tradição que busca incorporar conhecimentos e sentidos alternativos com o objetivo de opor-se a perspectivas dominantes e/ou construir ponte entre diferentes perspectivas. “O mapeamento cultural tem sido um caminho entre vozes subordinadas ou marginalizadas e aquelas em posição dominante, geralmente aqueles que têm o poder de tomar certos tipos de decisões, seja do Estado, de etnias influentes ou do setor privado.” (DUXBURY, 2020, p. 12)

Política cultural – busca convergir os diversos setores da comunidade (civil, acadêmica, industrial e governamental) como estratégia de desenvolvimento cultural e criativo, com o mapeamento qualitativo e quantitativo de recursos, valores e usos culturais e com a execução de pesquisas mais gerais sobre a cultura e desenvolvimento local ou sobre o desenvolvimento de setores culturais e criativos. Essa perspectiva é influenciada pelos debates sobre políticas culturais da UNESCO que veem o mapeamento cultural como uma estratégia

⁷ Citação completa: “One thing we can conclude from the various definitions is that cultural mapping is basically a process of recording, analyzing and synthesizing, and a method of describing or depicting resources, networks and patterns of usage. In this context, the word resources refers to the various elements that contribute to culture, whether human, natural, social, economic or built. Cultural mapping allows us to see where we’ve been and where we are in order to find our way forward, just as any mapping process might. The difference is the objects of cultural mapping are not topographical features, but tangibles like assets and resources and intangibles like identity, relationships and possibilities”.

para melhorar a cooperação internacional na investigação de políticas culturais.

Mapeamento cultural e governança municipal – utilizada por governos locais para conhecer a cultura e, a partir dela, planejar e desenvolver políticas. É utilizada no planejamento estratégico e pode envolver processos participativos de desenvolvimento comunitário. “No seu conjunto, estas considerações deram origem a um quadro de mapeamento cultural municipal com três objetivos: construir uma base de conhecimentos, mobilizar a colaboração comunitária, elaborar estratégias ou tomar decisões.” (DUXBURY, 2020, p. 13)

Abordagens artísticas – utilizada especialmente em práticas artísticas engajadas inspiradas em questões relacionadas às práticas culturais e ao processo de urbanização. O interesse artístico engajado no mapeamento está relacionado ao autoconhecimento da comunidade e o desenvolvimento sustentável da mesma.

Investigações acadêmicas – O novo entendimento do espaço, principalmente a partir do desenvolvimento tecnológico, gerou uma transformação no ambiente acadêmico, inspirando novas questões e bases para o mapeamento cultural contemporâneo, dentre elas as questões sobre a subjetividade da cartografia, os mapas como agentes de investigação cultural, a cartografia como ação simbólica e social, dentre outras.

O que sobressai nos usos do mapeamento, como apontados pela autora, é a sua dimensão política, que a vincula às diversas abordagens. Nas palavras de Duxbury “O mapeamento pode ser utilizado para definir e estruturar, para interrogar e sondar, para desafiar, e para imaginar possibilidades e alternativas.” (DUXBURY, 2020, p. 14) Uma das dimensões políticas perceptíveis é, como já discutimos no primeiro capítulo, o próprio entendimento do que é cultura ao se realizar um mapeamento do tipo.

Tanto no contexto da investigação como no da política/práxis, o campo está a lidar com as limitações das abordagens de mapeamento cultural tradicional, incluindo a conceptualização da cultura não só como fator de dinamismo econômico, promoção da identidade local, e política cultural, mas mais profundamente, revelando as formas multifacetadas em que a cultura está enraizada e é moldada, e produzida a partir das relações entre as pessoas, lugar e significado. (DUXBURY, 2020, p. 15)

Além das abordagens acima citadas, que se relacionam com o uso pretendido dos mapas, existem ainda duas perspectivas, ou modelos de aplicação do mapeamento cultural, que são a abordagem de inventário e a abordagem participativa. A primeira, e mais comum, é a abordagem de inventário, que busca a contabilidade de bens culturais tangíveis, com seus recursos, espaços e organizações e fornecem informações sobre os aspectos relacionais,

identitários e sobre as lacunas existentes, inventariando atores e ativos do setor cultural a partir dos quais se observa as necessidades específicas do setor.

O processo de mapeamento tende a revelar recursos inesperados, construir novos conhecimentos, articular perspectivas alternativas e pode promover conexões intersetoriais. Esses projetos de mapeamento cultural podem servir ainda como uma ferramenta jurídica reunindo profissionais da cultura, sociedade civil e governo” (ESSAADANI, 2015, p. 9, tradução nossa); “... fornece informações básicas para formulação de políticas com base em evidências coletadas...” (SACCO, 2015, p. 10, tradução nossa).

A abordagem participativa, por sua vez, busca envolver os próprios agentes no processo de mapeamento, criando espaços de diálogo e reflexão sobre os processos culturais e identitários que compõem a localidade. Neste processo são realizados encontros com a comunidade e aplicadas metodologias específicas através de *workshops* que habilitem os participantes a serem os agentes da investigação.

O mapeamento cultural pode ser uma fonte de informação para os tomadores de decisão, auxiliando no diálogo entre as comunidades, podendo servir como suporte ao “desenvolvimento do conhecimento local e uma compreensão mais substancial do lugar, lançando as bases de planejamento, de fato, coletivo e da ação” (DUXBURY, 2020, p.18)

Independentemente do modelo aplicado, as perspectivas contemporâneas sobre o mapeamento cultural têm adotado abordagens humanísticas que se utilizem de aspectos qualitativos e intangíveis para revelar as necessidades tangíveis aplicáveis na construção de políticas públicas. Nesse sentido, embora o modelo participativo seja mais adequado para captar características intangíveis, bem como para a elaboração de políticas públicas mais horizontais e com envolvimento direto dos atores nas dinâmicas de desenvolvimento comunitário, reforçando laços de pertencimento e identidade, nem sempre é possível a aplicação desse modelo na pesquisa.

Sendo assim, o levantamento e coleta preliminar para registro das informações necessita ser realizada considerando todas as restrições de cada comunidade. Essa fase no trabalho provoca que as ações sejam realizadas de forma presencial, como por exemplo no uso dos formulários direcionados, principalmente aquelas comunidades da zona rural. A consulta direta aos moradores exige maior qualificação de quem irá aplicar os questionários para que tenha melhor aproveitamento das informações adquiridas. (ROSÁRIO; CORTÊS, 2014, p.09).

3.3 ABORDAGEM E MODELOS APLICADOS NO MAPEAMENTO DE GRUPOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE SÃO FÉLIX

Com as perspectivas apresentadas em mente, nos dedicamos agora a situar a presente pesquisa neste contexto. Em termos de abordagem, as motivações que precipitam esta pesquisa estão relacionadas às políticas culturais, bem como ao universo acadêmico. Iniciada no processo de conclusão da pós-graduação, um dos objetivos dessa pesquisa é de servir como suporte teórico para posteriores aprofundamentos sobre o tema para o poder público local, como também para a própria comunidade, ou para a iniciativa privada no desenvolvimento de políticas culturais em âmbito local.

Sobre o modelo adotado no desenvolvimento metodológico do mapeamento, a abordagem de inventário será o método utilizado para conduzir esta pesquisa. Entendemos as limitações do método em comparação aos mapeamentos feitos de maneira colaborativa e participativa, em especial para captar aspectos simbólicos e intangíveis. Entretanto, a realização do mapeamento como atividade solitária do pesquisador, sem a estrutura de órgãos públicos ou privados para subsidiar as ações, implica em limitações específicas para o desenvolvimento de uma abordagem participativa. Isso porque os agentes culturais que compuseram a pesquisa encontram-se dispersos entre a sede e rural do município, dificultando a execução da pesquisa por outro modo que não a aplicação dos questionários para a criação de um inventário/mapeamento de manifestações culturais. Por este mesmo motivo, optamos por um mapeamento que privilegia os aspectos tangíveis da cultura, em especial as manifestações e instituições culturais do município.

Isso não quer dizer que não haja uma preocupação com os atores culturais. A identificação das manifestações e grupos culturais se dá simultaneamente à relevância de divulgar diversos mobilizadores do território, compreendendo a relação entre os aspectos tangíveis e intangíveis de uma cultura.

Existem técnicas, saberes, fazeres, tradições inerentemente pertencentes a grupos específicos e desenvolvidas em lugares específicos. Esses bens culturais não podem ser desconectados nem das suas propriedades formais, nem dos seus meios e modos de produção, nem do contexto em que ocorrem. (CABEÇA, 2018, p.05)

Através da aplicação de questionário semiestruturado, apresentado em apêndice, buscamos o diálogo com esses atores, analisando o entrelaçamento das trajetórias pessoais com os grupos e manifestações, seus desafios, anseios e pensamentos acerca da continuidade

e sustentabilidade das expressões culturais, bem como as condições estruturais de sua realização e sobrevivência.

Para o registro e reconhecimento de bens e serviços atentamos para os termos relativos a indicadores culturais como atores(as) e autores(as), quem são eles e onde e como atuam; espaços de produção cultural como teatros, cinemas, centros de cultura, associações rurais, indígenas e de demais representações em suas especificidades; além de compreensões sobre políticas culturais. (ROSÁRIO; CORTÊS, 2014, p.08).

Portanto, o objetivo deste mapeamento é criar um instrumento acessível à comunidade local, bem como a pesquisadores, administradores públicos, educadores e instituições que seja útil na construção de políticas culturais visando o desenvolvimento local.

3.4 CRITÉRIOS PARTICIPATIVOS E METODOLÓGICOS

No que se refere à metodologia utilizada, primeiramente, a partir da revisão bibliográfica, e em consonância com as metas do PNC (BRASIL, 2011), adotamos o conceito antropológico, de cultura, considerando para a realização do mapeamento artistas, produtores, criadores e mantenedores de grupos e manifestações artísticas e culturais, além de bens culturais, entendidos como aqueles que produzem conteúdos culturais de pertencimento de um povo e equipamentos e instituições que promovam atividades culturais.

No momento seguinte, lidamos com as fragilidades e limitações na organização da cultura no município de São Félix no que se refere a estruturação da cultura no entendimento do desenvolvimento a pesquisa de coleta de informações e organização de dados culturais.

Estabelecemos, na sequência, os critérios de coleta de dados, com a formulação de um questionário estruturado, aplicado de maneira presencial e dialógica, entendendo como fundamental a participação dos agentes envolvidos. No questionário, buscamos obter informações tanto do contexto cultural do município, como o registro dos dados culturais das manifestações, com seus atores, bens e serviços. Buscamos abordar a maior quantidade possível de pessoas envolvidas com as atividades culturais do município. Partimos do princípio de que em pequenos municípios, como no caso de São Félix, as manifestações culturais acontecem de maneira espontânea, sem necessariamente haver etapas formalizadas de gestão e produção cultural. Portanto, os grupos participantes da pesquisa foram selecionados a partir do cadastro municipal utilizado para a Lei Aldir Blanc 2022.

Como a pesquisa visa fomentar o compartilhamento de informações do segmento

cultural no município de São Félix, um outro critério para a escolha do participante é a teia de relações entre os próprios trabalhadores da cultura, que foram indicando outros parceiros da cultura para serem entrevistados. Consideramos como atores culturais para esta pesquisa fazedores de cultura a partir de 18 anos, residentes do município, que atuam na organização de manifestações culturais do município, sejam elas institucionalizadas ou não, identificados a partir de diálogo prévio com a comunidade.

Com o questionário, buscamos compreender o contexto cultural da cidade a partir do olhar dos seus agentes, bem como observar o conhecimento dos mesmos sobre os mecanismos legais de desenvolvimento do setor cultural e como estes chegam até eles. Portanto, aplicamos um questionário com perguntas relacionadas ao seu dia-a-dia e ações ligadas à cultura. Os questionários foram aplicados na sede do município de São Félix e na Zona Rural com o intuito de conseguir uma amostra mais diversificada das manifestações culturais, possibilitando entender a noção das políticas culturais partindo do ponto de vista dos participantes da pesquisa e a cultura local. Foram mapeados os seguintes segmentos: dança, matriz africana, artes plásticas, música, capoeira, samba de roda, povos tradicionais, terreiros, centro cultural, teatro, entidades religiosas, gastronomia, biblioteca pública, artesanato e filarmônica.

O questionário foi elaborado em cinco blocos. Busca-se captar o perfil das manifestações culturais de São Félix, com questões aplicadas de modo subjetivo, que têm o objetivo de catalogar a compreensão da cultura, sua estrutura, como se sustentam, suas dificuldades, suas potencialidades e como desenvolvem seus trabalhos.

Todos os questionários foram aplicados de forma presencial. Essa postura foi escolhida por ser uma pesquisa exploratória⁸, logo é importante obter o conjunto de informações da maneira mais completa possível. No primeiro momento foram mapeadas 48 manifestações culturais com representantes a serem entrevistados. Destas, 5 representantes negaram-se a responder o questionário alegando, de forma geral, que a academia só quer colher as informações sobre sua cultura e não dão um retorno. Essas manifestações relataram que já estão desgastados com esse tipo de abordagem. Esse foi apenas um dos desafios apresentados durante o trabalho de campo, como veremos no tópico a seguir.

⁸ É uma metodologia de pesquisa utilizada para levantamento bibliográfico sobre um determinado assunto. Proporcionando um maior detalhamento das informações com vista a um melhor entendimento do assunto.

3.5 ABORDAGEM EM CAMPO

Além das ponderações teóricas e metodológicas mencionadas neste trabalho, é preciso registrar a memória das abordagens vivenciadas em campo. Dessa forma, foram registrados os experimentos e as limitações entre o que foi proposto e o que foi alcançado. A chegada nas comunidades rurais foi difícil devido às condições de acesso, as estradas são de barro e no período de chuva os carros não podem trafegar. Em alguns casos se fez necessário deixar o carro na beira da estrada e seguir o restante do caminho a pé. A chegada em campo é sempre um percurso desconhecido, mesmo quando tem comunidades com características e traços da cultura são distintas. É de suma importância manter a harmonia e a atenção para não assumir um perfil autônomo em relação ao conteúdo acadêmico adquirido e o ambiente analisado, nem tampouco perder informações únicas compartilhadas pelos fazedores da cultura de São Félix. Um dos desafios desse trabalho parte da necessidade de identificar as novas agentes culturais, diante das diversas manifestações existentes no município. Conhecer alguns trabalhadores da cultura pode facilitar o percurso, quando querem contribuir, ao mesmo tempo, é preciso ter cautela em alguns registros para que as informações não se tornem tendenciosas, desviando do objetivo do trabalho.

Um outro fator que dificulta a construção de trabalhos relacionados ao mapeamento cultural é a ausência de informações no município. O Arquivo Público Municipal não tem registros das manifestações culturais existentes no município e os registros do Departamento de Turismo do Município estão desatualizados, mesmo tendo sido feito um cadastro para Lei Aldir Blanc. Alegou-se que muitos dos trabalhadores da cultura não realizaram a inscrição.

Outra dificuldade enfrentada foi o agendamento das entrevistas, visto que muitas localidades não possuem sinal de telefone ou internet e, muitas vezes, quando há sinal, a população não tem acesso às ferramentas tecnológicas de comunicação. Em alguns casos, foi necessária uma mobilização da comunidade, entrando-se em contato com vizinhos ou parentes para conseguir um primeiro contato com os agentes e marcar as entrevistas. Outras vezes, precisamos retornar diversas vezes ao local para conseguir conversar com os agentes e, em alguns poucos casos, mesmo não havendo uma negativa em conversar conosco, não foi possível falar com os responsáveis a tempo de finalizar a presente pesquisa. Com isso, das 47 manifestações previamente mapeadas, obtivemos 39 respostas, pois 3 não quiseram responder, por motivos já mencionados, 2 entregaram fora do prazo estipulado e outras 3 não foram encontradas, mesmo após diversas tentativas de contatos e agendamentos de entrevistas.

Posteriormente disponibilizaremos os dados analisados para a administração pública e para os trabalhadores da cultura, como ferramenta para incentivar a continuidade dos registros mapeados e como subsídio na elaboração de políticas voltadas para o fortalecimento da cadeia cultural com base na demanda local. O desafio neste sentido é evitar que o mapeamento fique oculto e se torne invisível para a sociedade.

Os desafios enfrentados nos levam a refletir sobre as limitações dos agentes culturais em pequenos municípios, e em especial, da zona rural dos mesmos e da necessidade de serviços estruturantes tanto da cultura, quanto de comunicação desses municípios. Como veremos a partir da análise das informações coletadas, torna-se urgente a qualificação desses agentes para potencializar suas ações para o avanço de São Félix através do reconhecimento da cultura.

3.6 MAPEAMENTO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO FÉLIX

De acordo com Seemann (2001, p.63), o mapeamento pode contribuir para a construção de uma teia de informações, sendo um orientador no planejamento e nas tomadas de decisões, evidenciando as potencialidades e possibilidades das intervenções. Conhecer as manifestações culturais de um determinado território possibilita uma visão mais extensa da cultura, não se baseando apenas nas manifestações de artistas renomados e consolidados na localidade. Dessa forma, iniciamos este tópico com uma abordagem sobre o município de São Félix - BA para depois realizar o mapeamento cultural e principais dificuldades e desafios da tarefa finalizando com uma análise dos perfis mapeados.

A cidade de São Félix, popularmente conhecida como cidade Presépio, tem origem nas tribos Tupinambás que existiam na região do Recôncavo⁹. Sua história, no entanto, é marcada pela colonização portuguesa e pelo trabalho de negros escravizados, trazidos à localidade desde 1615, enquanto São Félix ainda era parte da Vila de Cachoeira, cidade vizinha situada na outra margem do rio Paraguaçu. O cultivo de cana-de-açúcar na região, em especial com a mão de obra escravizada, marcou profundamente a cultura local, como poderemos perceber no decorrer deste capítulo. Posteriormente, o cultivo de fumo também foi estabelecido na localidade, permanecendo até os dias atuais. Emancipou-se da cidade de Cachoeira em 1889, sendo a primeira cidade brasileira formada sob o regime republicano. Está situada a cerca de 110 km de Salvador, capital da Bahia. Por ter sido, no passado, uma cidade que se notabilizou

⁹ É designado Recôncavo uma vasta faixa litorânea que circunda a Baía de todos os Santos, à entrada da qual se ergue a cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia (BRANDÃO, 1998, p. 30).

pelas fábricas de charutos, o município chegou a ser o maior exportador do produto da República.

Em função do comércio exportador para todo o sertão do lado direito do Rio Paraguaçu, e em virtude de ser uma “cidade progressista”, tornou-se, naquela época, prioritária a construção de uma ferrovia para atender toda demanda do transporte de mercadorias, principalmente o fumo e todos os seus derivados que chegavam em lombo de animais, bem como o transporte de pessoas no vai-e-vem da “cidade industrial”, como São Félix era chamada. A cidade é considerada Patrimônio Cultural do Brasil, tendo sido tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2010. Além de possuir uma estrutura urbanista original, com seus sobrados e igrejas coloniais, São Félix possui uma antiga estação ferroviária ao leito do Rio Paraguaçu, a Ponte Dom Pedro II¹⁰ e a orla do Rio Paraguaçu, revelando uma expressão cultural em cada canto de seu território. Alguns eventos culturais fazem parte da história do município, tais como: lavagem do Beco do Fuxico, puxada de rede, quadrilha junina, apresentações com referência a semana santa, ternos de Reis, queima de Judas, Festa de Senhor São Félix e Festa de Santa Bárbara.

Apesar do passado próspero, a economia no município está bastante fragilizada, tendo como destaque de fontes de renda a administração pública e a agricultura, inclusive a agricultura familiar e a pesca, que tem como recurso hídrico o Rio Paraguaçu. Instituições ambientais e lideranças de comunidades ribeirinhas que praticam a pesca artesanal e a mariscagem apontam que a construção da Barragem de Pedra do Cavalo, concluída em 1980 e a operação da Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo, iniciada no final de 2004, têm como consequências a diminuição do potencial pesqueiro.

De acordo com dados do IBGE, no ano de 2020, o município registrou um PIB a preços correntes de R\$163,8 milhões, sendo que o setor com maior participação foi Administração Pública com R\$63,3 milhões, seguido por serviços, agricultura e indústria com valores, respectivamente de R\$49,2 milhões, R\$30,4 milhões e R\$ 15,5 milhões. Com a instalação do Campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e com as atividades turísticas, criou-se a necessidade de ampliação no setor de serviços, o que, conseqüentemente, levou a um aumento da contribuição deste setor na formação do PIB do município. No que tange aos aspectos de densidade demográfica, aponta-se que São Félix no

¹⁰ A Ponte D. Pedro II, que liga a cidade de Cachoeira, também tombada, à cidade de São Félix. A referida ponte foi construída por ingleses e inaugurada por D. Pedro II em 1859 para dar escoamento aos produtos oriundos da cana de açúcar, indústria fumageira, cultivo de dendê e comércio de estivas secas e molhadas. É localizada sobre o Rio Paraguaçu e serve como ponte automotiva, ferroviária e pedestre, com 365,64 metros composta de ferro e madeira. (MACEDO, 2013, p. 64)

ano de 2010, possuía uma população de 14.098 habitantes, com estimativas de chegar a 14.784 mil habitantes em 2021, distribuídos em 95.502 km² de área. A maioria da população vive na Zona Rural, em áreas distantes da sede. O mercado de trabalho local é limitado com um percentual de ocupação de 9,4 % que corresponde ao total de 1.393 pessoas empregadas formalmente, e o rendimento médio dos trabalhadores fica em torno de 1,7 salário mínimo. Já, os resultados observados no campo educacional são dados por uma taxa de alfabetização em torno de 97,5% para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade, com o município ocupando a 185ª posição no *ranking* dos 417 municípios baianos. Em termos de medidas de desigualdade, o índice de Gini é 0,48 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é 0,639. Apesar de alguns resultados favoráveis, a situação percebida para este território ainda não mostra maior dinamismo das atividades econômicas com geração de novos postos de trabalho e, como reflexo, mantém-se o fluxo migratório da força laboral jovem para os grandes centros.

3.7 PRINCIPAIS TRABALHADORES DA CULTURA DE SÃO FÉLIX-BA

Os principais trabalhadores da cultura de São Félix são artistas, artesãos, produtores culturais e mestres da cultura que atuam majoritariamente através de grupos, sendo reconhecidos pelas comunidades como liderança e referência cultural. São músicos, artistas plásticos, capoeiristas, rezadeiras, grupos de teatro, de dança, de samba, fanfarras e quilombolas. Em sua maioria, são espaços de resistência e valorização da cultura negra e das manifestações culturais tradicionais, oferecendo bens e serviços de valor artístico e cultural que simbolizam a identidade cultural do município. Apresentamos a seguir os trabalhadores mapeados, seus trabalhos e suas desafios e dificuldades:

3.7.1 Grupo de Dança Ouro Negro

O Grupo de Dança Ouro Negro foi fundado por Maurine Almeida, em 2015, com o objetivo de fomentar em crianças, adolescentes e jovens de São Félix a conscientização, o pertencimento, a valorização da cultura ancestral, através da dança afro, além de disseminar essa cultura no município, com apresentações em espaços abertos. O grupo realiza ensaios e apresentações de danças, além de rodas de conversa com os familiares dos integrantes. Conta com o apoio da Casa de Cultura Américo Simas, que oferece seu espaço para a realização de ensaios, encontros e demais atividades. Os maiores desafios são a sustentabilidade do grupo e a construção de uma sede própria, visto que muitas das apresentações não são remuneradas. O

grupo depende do apoio da sociedade civil e do poder público local para a sua sobrevivência.

Figura 1 – Apresentação do grupo de Dança Ouro Negro no porto de São Félix em 2022



Fonte: Elton Lopes (2022)

3.7.2 Grupo Raízes Afro

O Grupo Raízes Afro é um grupo de dança que nasceu quando a comunidade foi reconhecida como Quilombola pela Fundação Cultural Palmares, em 2 de maio de 2016. O grupo já ensaiava antes disso e com a vitória do reconhecimento, os membros se reuniram e decidiram que a comunidade de Subahuma teria um grupo artístico organizado. Logo em seguida, foram convidados para realizar uma apresentação na comunidade Quilombola Santo Antônio e Vidal, o que fortaleceu e motivou o grupo a permanecer unido.

O Raízes Afro realizou apresentações na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, em Cruz das Almas e na própria comunidade. A idealizadora do grupo, Irenildes Francisco, mulher preta, nascida e criada em Subahuma, trabalhou durante toda a infância e adolescência com agricultura familiar, vendendo nas feiras livres dos municípios de Muritiba, Cachoeira e São Félix e atualmente, está cursando Bacharelado em Museologia, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira - BA.

O maior desafio enfrentado pelo grupo é a necessidade de apoio financeiro para a confecção de figurinos e a compra de equipamentos musicais para que possam continuar se apresentando.

Figura 2– Primeira apresentação do *Grupo Raízes Afro*



Fonte: Irenildes Francisco (2021)

3.7.3 Quadrilha Fogo Junino

A Quadrilha Fogo Junino surgiu diante da necessidade de manter a tradição da manifestação cultural dos festejos juninos, no município de São Félix. Antigamente, existiam várias quadrilhas no município e, no período de junho a julho, eram realizadas competições entre elas, o que, com o tempo, foi se perdendo. Em 2018, um grupo de amigos adolescentes se reuniam para ensaiar uma coreografia para apresentação no evento São João da Praça. Com o sucesso da apresentação, o grupo foi chamado para exibições nas cidades vizinhas de Cachoeira, Muritiba e Cruz das Almas. Os convites motivaram os participantes, surgindo, então, a Quadrilha Fogo Junino, que nos meses de junho a agosto realiza diversas apresentações. O grupo busca motivar novos participantes para manter viva a essência da quadrilha que é animar a todos com suas lindas vestimentas e sua impecável performance. Para Elton Lopes, líder do grupo, essa é uma tradição que não pode morrer em São Félix.

Figura 3 – *Quadrilha Fogo Junino*



Fonte: Facebook Quadrilha Fogo Junino (2022)

3.7.4 Núcleo Teatral Expressão

O Núcleo Teatral Expressão foi criado pelos amigos Magno do Rosário, Tatiane Ramos, Marlene Isidoro, Antônia de Araújo, Rafael de Oliveira, Maria Cristina e Bruno Erlon, que se reuniam para ensaiar alguns espetáculos. Hoje, o núcleo é reconhecido pelo trabalho que desenvolve. Seu registro aconteceu em 16 de abril de 2004, tendo como carro chefe o espetáculo Fuga e Dor Escrava, levado para Simões Filho, Cachoeira, Castro Alves, Governador Mangabeira, Muritiba, Fortaleza (CE) e Natal (RN). Em 2008 recebeu o título de ponto de Cultura do Governo do Estado da Bahia.

Núcleo Teatral Expressão enxerga como seu maior desafio a captação de recursos para a realização dos seus espetáculos, que demandam cenários, figurinos, maquiagem, dentre outras estruturas e profissionais que são necessários. As apresentações não são cobradas, exceto quando contratadas para eventos específicos.

Figura 4 – Apresentação Teatro de rua



Fonte: blog núcleo expressão cultural (2019)

3.7.5 Grupo de Baianas Sanfelixtas

O Grupo de Baianas Sanfelixtas, realiza apresentações nos principais eventos da cidade como nas lavagens, levando elegância e fé com seus trajes brancos. Foi fundado por Maria José Fontes, no ano de 2000, e é composto por adolescentes, jovens e adultos. Maria José, convidou algumas pessoas para se apresentarem na Lavagem de Nosso Senhor São Félix. O resultado motivou a continuidade do grupo que permaneceu ensaiando para se apresentar nos festejos do município. O principal papel do grupo é difundir a cultura e fortalecer a importância do respeito à ancestralidade. Atualmente, o grupo se apresenta em

outras cidades, como Salvador, Muritiba, Castro Alves e Cruz das Almas. Com 23 anos de existência, o grupo não possui espaço próprio e necessita de apoio financeiro para a realização de suas atividades.

Figura 5 – Grupo de Baianas



Fonte: Departamento de Turismo (2019)

3.7.6 Trança Fitas

O grupo Trança Fitas nasceu como uma iniciativa de Albertina da Conceição de Jesus, professora da rede municipal de ensino. Albertina aprendeu Trança Fitas na cidade de Cachoeira, na década de 1990, realizando apresentações na Feira do Porto e na Festa da Boa Morte. Teve como referência Dona Vanda, que ensinou tudo sobre a manifestação cultural. Com o objetivo de resgatar a tradição ensinada por Dona Vanda, Albertina criou em 1995 o grupo de Trança fitas na cidade de São Félix, desde então vem ensinando a crianças e adolescentes a dança e a importância da tradição que tanto representa a cultura popular. Além de ensinar a dançar a Trança Fita, Albertina também busca por meio de rodas de conversas fortalecer e valorizar a cultura negra e incentivar crianças e adolescentes a se apropriarem de sua origem por meio de atividades lúdicas. Os ensaios do grupo acontecem na Escola Arlindo Rodrigues.

Figura 6 – Grupo de Trança Fita se apresentando na feira Literária de Cachoeira



Fonte: Albertina (2019)

3.7.7 Grupo Transforma

O Grupo Transforma foi fundado por Edneia do Nascimento, em 2014, com o objetivo de atuar para promover a elevação da auto estima e fortalecer o empoderamento de crianças e adolescentes do município de São Félix. Através da realização de ações como o concurso Miss Primavera, incentivar essas crianças e adolescentes a perceberem, valorizarem e mostrarem a sua beleza natural. O grupo relata que a maior dificuldade para seguir com a tradição é a captação de recursos.

Figura 7– Rainha da Primavera do Grupo Transforma



Fonte: Facebook Grupo Transforma

3.7.8 Samba de Roda Unidos do Salva Vidas

O Samba de Roda Unidos do Salva Vidas foi fundado pelo músico Luiz Reis, no dia 15 de agosto de 2002. Sr. Luiz nasceu na cidade São Félix, no ano de 1955, começando a tocar, ainda garoto, o timbal e o repique. Com o tempo, passou a se interessar pela cultura de São Félix e ainda mais pela música, tendo a ideia de fundar o grupo de Samba, na comunidade onde mora, o bairro Salva Vidas. Os primeiros músicos a integrar o grupo foram: Luís Reis, Ana Gilda, Antônio, Vau, Viana, Binho, Eduardo, Gui, Luciano, Dede, Gilvan e Neto.

A primeira apresentação do grupo foi na comunidade da Ladeira da Misericórdia em São Félix, convidado pela senhora Maria José, moradora local. O Samba de Roda do Bairro Salva Vidas se apresenta em várias cidades do Recôncavo Baiano. Com seu ritmo peculiar, leva alegria por onde passa e muito samba no pé.

Figura 8 – Apresentação do Samba de Roda Unidos do Salva Vidas



Fonte: Elton Lopes

3.7.9 Samba de roda Filhos de Nagô

O samba de roda Filhos de Nagô nasceu em 13 de maio de 1970, durante uma reunião entre três amigos que resolveram formar um grupo musical. No entanto, somente em 26 de julho de 1992 que se tornou, oficialmente, a Associação Cultural Filhos de Nagô. Reconhecida pelo seu ritmo musical, vem se apresentando em vários eventos e festivais, dentro e fora da Bahia e tem CD gravado. Seus desafios estão concentrados na captação de recursos para a gravação de CDs e circulação do show. Integram o grupo os músicos: Valmir Francisco, Agostinho de Jesus, Renilson Conceição, Luiz Moreira, Luiz Carlos França, Cezar do Samba, Aristides Magalhães, Nelito Souza, Everaldo Passos, Carlos Nunes, Antônio Marcos, Robson Damião, Genivaldo, Giovani, Vardinho e Jandiario.

Figura 9 – Samba de roda Filhos de Nagô



Fonte: Luiz Carlos

3.7.10 Associação Cultural Filhos do Varre Estrada

A Associação Cultural Filhos do Varre Estrada, fundada em 13 de junho de 1972, criou o grupo Samba de Roda Filhos do Varre Estrada, tendo como presidente o Sr. Geninho, que aprendeu o ofício com os mais velhos da família. Eugênio Bispo da Silva nasceu em São Félix-BA, no ano de 1937. De família humilde, ficou órfão de pai e mãe, ainda criança, e precisou começar a trabalhar muito cedo. É desde cedo também que começa a sua paixão pelo samba de roda. Aos 18 anos, comprou o seu primeiro pandeiro e não parou mais. Atualmente, aos 83 anos, Mestre Geninho, esbanja alegria e satisfação pelo legado que construiu como compositor e vocalista do grupo, formado por músicos que tocam o samba corrido e cadenciado, levando alegria por onde passa e muito samba no pé.

O Samba de Roda Filhos do Varre Estrada se apresenta em vários eventos da cidade, como Festa de Cosme e Damião e 2 de julho, como também de municípios vizinhos, a exemplo de Cruz das Almas, Muritiba, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Assim como outros atores locais enfrenta dificuldades na captação de recursos para a gravação de CDs, realização de shows e continuidade de suas tradições musicais.

Figura 10 – Samba de Roda Filhos do Varre Estrada



Fonte: Eugênio Bispo (2022)

3.7.11 Fanfarra do Colégio Estadual Rômulo Galvão – FANFACERG

A Fanfarra do Colégio Estadual Rômulo Galvão – FANFACERG, surgiu em 1973, com o objetivo de compartilhar a Cultura de São Félix e aproximar a família da escola. Foi fundada por Rogério César Almeida que tinha um enorme amor pela Banda Marcial e foi o primeiro instrutor, até o ano de 1981, quando foi transferido para trabalhar na cidade de Cachoeira - BA. A banda já esteve em diversas cidades como: Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio, Cachoeira dentre outras. Com ensaios constantes ao longo dos anos, prepara seu repertório especial para os desfiles cívicos da Bahia.

Durante seu percurso, a fanfarra adquiriu um grande legado na formação musical de adolescentes e jovens de São Félix que tiveram a oportunidade de aprender um instrumento musical e, hoje, muitos deles vivem da música. Em 2000, conquistou o título de Vice-Campeã nível 1 pela Federação Baiana de Fanfarras. Para continuidade de suas atividades, a fanfarra necessita de recursos para a compra de novos instrumentos.

Figura 11 – FANFACERG



Fonte: Hozana Mota (2022)

3.7.12 Dedinho do Pandeiro

Dedinho do Pandeiro é o nome artístico de Adrivan Alves. Nasceu em Uruçuca-Ba, mas foi trazido pela família para São Félix, com apenas seis meses de idade. Em 1989, começou sua carreira artística no grupo de Teatro. Em 1990, fez o curso de radialista, se tornou locutor, apresentador e animador. É um destaque na arte, através da linguagem do teatro, e na rádio com narração de histórias. Na música, Dedinho já gravou um CD e faz um trabalho percussivo, tocando ritmos tradicionais como o samba de roda e o forró. Participou de alguns programas de televisão como percussionista. Sua dificuldade está em conseguir apoio financeiro para tocar os seus projetos. É o idealizador do projeto Superando Obstáculos através da Arte. Em 2000, recebeu o título de cidadão Sanfelixta.

Figura 12 – Dedinho do Pandeiro



Fonte: Departamento de Turismo (2019)

3.7.13 Grupo de Capoeira Raça

O Grupo de Capoeira Raça está presente na cidade de São Félix desde 1993, através do trabalho do contramestre Valmir Ferreira, aprendiz orgulhoso do mestre Vovô. O objetivo do grupo é levar a cultura para todos os lugares, evitando que os jovens vão para as zonas de risco. A capoeira exige do aluno o comprometimento, o respeito e a valorização da família, trabalhando o corpo e a mente. Para Valmir, a importância da capoeira está em ensinar a humildade e o respeito ao próximo, além de ensinar aos jovens sobre a cultura negra em um município onde a grande maioria da população é negra. O grupo necessita de apoio financeiro para a realização de suas atividades, já que cobra uma taxa simbólica para seus alunos,

destinada à aquisição do fardamento.

Figura 13 – Seu Valmir do Grupo Raça



Fonte: Sheyla Monteiro (2022)

3.7.14 Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão

O Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão surgiu na cidade de Feira de Santana - BA, em 1980, fundada pelo mestre Cláudio Costa. O mestre passou o ensinamento da capoeira angola, fortalecendo as manifestações da cultura popular e resgatando as tradições ancestrais do povo preto. No entanto, apenas em 2012 o núcleo de Capoeira Angoleiros do Sertão em São Félix foi fundado, iniciativa de Trienel Orikerê, que iniciou sua vivência na capoeira em outubro de 1990, onde teve seu primeiro contato com o Mestre Cláudio.

Em 2007, foi formado em Trienel e em 2009 passou a ministrar oficinas de capoeira pelo Brasil. Atua como luthier na produção do berimbau e reco-reco. Para ele, o grupo necessita de capacitação para a elaboração de projetos e outras formas de captação de recursos, visto que as maiores necessidades do grupo são de apoio financeiro. Atualmente, o grupo não tem sede própria e vem realizando suas atividades em espaços públicos.

O núcleo de Capoeira Angoleiros do Sertão em São Félix vem realizando, gratuitamente, oficinas para crianças e adolescentes do município, fortalecendo a preservação da cultura local.

Figura 14 – Capoeira Angoleiros do Sertão



Fonte: Página facebook do grupo Capoeira Angoleiros do Sertão (2022)

3.7.15 Adelina Ferreira

Adelina Ferreira, artesã desde 2010, busca, através do artesanato, incentivar outras mulheres a garantirem sua independência financeira.

Tudo teve início com a saudade que sentia do avô, que sempre usava um chapéu modelo africano Kufi. A partir da boa lembrança, numa máquina de costurar tentou reproduzir aquele chapéu que tanto a fazia lembrar do seu avô. Deu certo. Quando sua arte ficou pronta, todos começaram a falar do seu talento e aí surgiu Adelina Artesã. Se aperfeiçoou em vários cursos e hoje se considera uma artesã mais voltada para o rechilier.

No final de 2019, Adelina criou o Coletivo das Artes, que realiza, de forma gratuita, oficinas de costura criativa. As formações possibilitam geração de renda e contribuem com o orçamento de algumas famílias, capacitadas para o mercado de trabalho.

Sua principal dificuldade é apoio financeiro, para manter o coletivo.

Figura 15 – Artesã Adelina Ferreira



Fonte: Página facebook Adelina Ferreira (2023)

3.7.16 Vânia Moura

Vânia Moura, artesã de profissão, aprendeu a fazer crochê aos sete anos de idade. Nasceu em Salvador, mas mudou-se para São Félix com 10 anos. Na cidade, foi criando e recriando produtos feitos de crochê, bordado em tecido xadrez, bordado em chita, bolsas com material reciclado e bolsas com imagens de São Félix. Busca sempre aprimorar seus trabalhos através da participação em cursos. Seu carro chefe é a confecção de roupas feitas em crochê, já tendo realizado desfiles com seus produtos nas cidades de São Félix e Cachoeira.

A artesã, que participa de feiras no município e em cidades vizinhas, integrou o Grupo Mãos Talentosas, um coletivo de mulheres reunidas na Casa da Cultura para criar produtos diferenciados. Seu desejo é ter um espaço para expor seus produtos e apoio financeiro para possibilitar a comercialização dos trabalhos em eventos diversos.

Figura 16 – Artesã Vânia Moura



Fonte: Página facebook Vânia Moura (2019)

3.7.17 Edna Cerqueira Macêdo

Edna Cerqueira Macêdo, professora aposentada, artesã desde 2003, realizou cursos de Artesanato na Casa Vincetino, onde aprendeu o vagonite, bainha aberta, ponto cruz. Na mesma época, frequentou o curso de Fuxico na Casa de Cultura de São Félix. Hoje, participa do coletivo de artesanato do município, de feiras expondo seu artesanato em diversos lugares como Feira de Santana, Salvador, Cruz das Almas, Cachoeira, dentre outras. Suas necessidades são espaço para a confecção de suas obras e apoio financeiro para a participação nas feiras de artesanato.

Figura 17– Dona Edna na exposição do artesanato



Fonte: Página facebook Edna Cerqueira (2022)

3.7.18 Terezinha de Jesus Oliveira

Terezinha de Jesus Oliveira é artesã. Descendente de negros escravizados, nasceu em 1936, na cidade São Félix. Participou do Encontro Intelectual Negro promovido pelo Centro Cultural Negro. Conquistou o prêmio tapeçaria, na Bienal do Recôncavo. Aperfeiçoou seu artesanato com o aprendizado adquirido em várias oficinas. Como atriz, esteve em seriados como Jubiabá, Tenda dos Milagres e outros. Trabalhou como costureira na TV Globo e também no Canal Futura.

Em São Félix, participa de feiras, encontros, oficinas e reuniões. Faz parte do Conselho de Cultura. Possui registro de artesã pelo Sebrae e pelo Governo do Estado. Com mais de 60 anos de experiência, Dona Terezinha é sinônimo de Cultura e referência para toda cidade com seu artesanato e seus doces caseiros de tamarindo, jenipapo dentre outros que adoçam a vida de todos que a procuram.

Apesar do reconhecimento pela sua importância para a cultura do município, os desafios de Dona Terezinha, assim como dos demais trabalhadores da cultura do município, estão ligados à necessidade de apoio financeiro para manter o seu trabalho.

Figura 18– Dona Terezinha expondo seu artesanato



Fonte: Dona Terezinha (2021)

3.7.19 Ana Fraga

Ana Fraga é artista visual e rezadeira. Nasceu em 25 de novembro de 1974, em São Félix. Como rezadeira, relata que foi convocada para exercer esse papel na Terra. Atende a todas as pessoas que acreditam na espiritualidade, indo ao encontro dos necessitados, sem cobrar pelo trabalho.

A artista tem atuado em diversas iniciativas, a exemplo do Instituto do Recôncavo, onde, entre 2004 e 2005, exerceu as funções de diretora administrativa e vice-presidente e elaborou projetos artísticos e culturais com vistas à captação de recursos. O projeto “Um olhar sobre a cidade”, criado e executado por ela, resultou na exposição “A cidade em preto e branco” que exibiu imagens históricas de São Félix, restauradas e digitalizadas, ao lado de fotografias atuais daqueles espaços.

Artista premiada, em 2006, Ana Fraga recebeu do Centro Cultural Dannemann, em São Félix, a Menção Especial da VIII Bienal do Recôncavo. Ela também foi agraciada com o Prêmio Matilde Matos da Fundação Cultural do Estado da Bahia, em 2007. Viajou para Portugal, em 2017, onde participou de uma residência, como continuação da obra “Tombado”. Em 2020, recebeu o Prêmio Jorge Portugal, pela obra Rio de Tudo Isso II. Como artista independente, seu maior desafio é conseguir apoio financeiro para o desenvolvimento dos seus projetos artísticos.

Figura 19 – Artista visual e rezadeira Ana Fraga



Fonte: Ana Fraga (2022)

3.7.20 Madalena Conceição

Madalena Conceição, é rezadeira da Comunidade Quilombola de Subhauma, onde mora. Conta que adquiriu os saberes da reza e das plantas com a sua família. A mãe era rezadeira, assim como a avó que também rezava. A reza foi passada de geração em geração. Com o poder da reza e do uso das plantas medicinais, Madalena cura alguns tipos de enfermidades tais como: ventre caído, olhado, dor de cabeça e cobreiro. Sua cura é através da fé. Rezar e curar as pessoas é um dom. Dona Madalena tem como referência na reza as benzedeiros dona Isaura, Maria Fabiana e Maria Grande. Elas contribuíram muito para hoje ser quem é.

Figura 20 – Dona Madalena

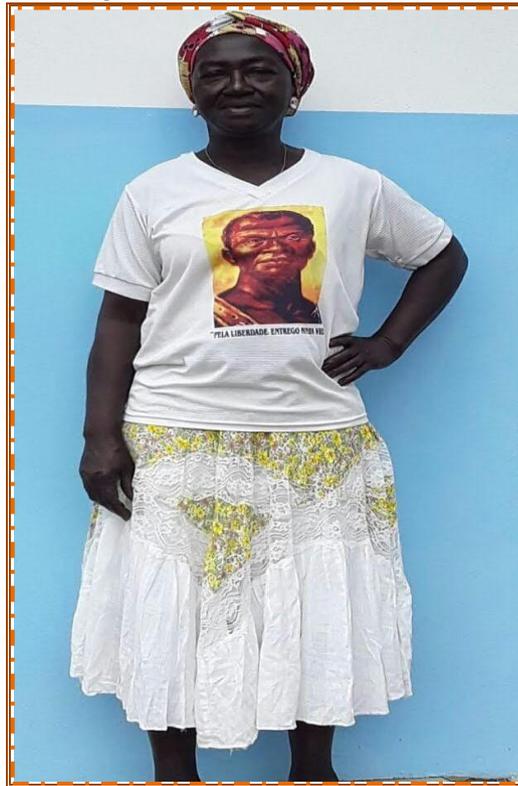


Fonte: Sheyla Monteiro (2023)

3.7.21 Iraildes Francisca Soares

Iraildes Francisca Soares, parteira, conhecida por todos como Dona Irá, é moradora da Comunidade Quilombola de Subhauma. Adquiriu o saber, a partir da necessidade de ajudar as gestantes nas comunidades. Parteira por mais de 30 anos, lembra, como se fosse hoje, o primeiro parto que realizou, na casa de Dona Albertina. A partir daí, não parou mais de realizar sua missão. Para estimular as gestantes na hora do parto, colocava um balde de água quente para a gestante se banhar e assim, acontecia com a naturalidade a chegada de mais um ser ao mundo dos homens, como diz ela em toda sua sabedoria. Dona Irá é uma referência dentro da sua comunidade.

Figura 21– Dona Iraildes Francisca



Fonte: Sheyla Monteiro

3.7.22 Grupo Afrodescendentes

Fundado em 2013, pelo músico Aramis, o Grupo Afrodescendentes tem por objetivo aproximar, por meio da música, jovens que vivem em condição de vulnerabilidade social de atividades de reforço escolar e discussões sobre temáticas relacionadas a questões sociais variadas. Vem sendo convidado para participar de diversos eventos culturais, sobretudo no receptivo a turistas. Hoje, o carro chefe do Grupo Cultural é o repertório, de herança afrodescendente, que pulsa nas veias de seus ritmistas. Além de realizar apresentações musicais, o grupo também participa de palestras em escolas, incentivando assim outros jovens a carreira musical, realiza oficinas de percussão para alunos de escolas públicas. Em 2020, foi certificado pela Secult-BA como ponto de cultura.

Seus desafios se concentram na captação e gestão de recursos para o desenvolvimento de suas ações.

Figura 22 – Apresentação do Grupo Cultural Afrodescendentes em São Paulo - SP



Fonte: Facebook Grupo Cultural Afrodescendentes (2022)

3.7.23 Grupo cultural Afoxé Omin Ladê

O Grupo Cultural Afoxé Omin Ladê foi fundado, em 1954, pela Ialorixá Nilza Pereira de Souza, a partir do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Otalac. É formado por crianças e adolescentes de São Félix.

O grupo nasceu a partir do momento em que Mãe Fia, como é popularmente conhecida na cidade, confeccionou uma roupa indígena para seu filho sair no desfile do 2 de julho. Várias mães pediram para ela criar um grupo onde fosse possível passar ensinamentos de cultura, respeito ao próximo, confeccionar suas próprias vestimentas e ensinar a dança de referência ancestral.

A manifestação cultural acontece nas festas cívicas, em especial nos desfiles em comemoração à Independência da Bahia, no dia 2 de julho. Junto às imagens da Cabocla e do Caboclo os Caboclinhos Omin Ladê representam o elemento indígena na formação de nossa identidade cultural.

Além dessas atividades, o grupo Cultural também desenvolve ações voltadas para o fortalecimento da comunidade.

Figura 23 – Apresentação do Grupo no desfile cívico 2 de julho em São Félix



Fonte: Facebook Afoxé Omin Ladê (2019)

3.8 FESTEJOS E MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS

As manifestações são, em sua maioria, provenientes da relação entre a comunidade e a sua fé, assim como de tradições surgidas no decorrer da história do município, ligadas aos territórios e identidades. No mapeamento realizado foram registradas festas dedicadas às santas católicas como Santa Bárbara e Nossa Senhora de Santana. De origem no candomblé, encontramos também a puxada de rede, que presta homenagem a orixá Oxum. Há ainda os festejos identitários realizados na zona rural pela comunidade quilombola de Santo Antônio e Vidal no dia da Consciência Negra. A expressão musical é celebrada através do Festival de Rock e, com tradição em todo Nordeste, encontramos ainda os festejos de São João.

3.8.1 Festa de Santa Bárbara

A Festa de Santa Bárbara acontece desde dezembro de 1971, na fonte da água milagrosa, localizada na Ladeira dos Milagres, como ficou popularmente conhecida. Os festejos movimentam um grande público no município de São Félix. Fiéis de toda a região vem beber da água milagrosa.

Desde o primeiro dia do mês de dezembro, são realizadas manifestações populares em louvor à Santa. Como parte da programação da festa, tríduo em honra a Santa Bárbara,

missas, procissão, lavagem e apresentações musicais.

Durante os festejos, adeptos das religiões de matrizes africanas que também consideram reconhecem a Fonte dos Milagres como um lugar sagrado, realizam celebrações em homenagem a orixá Iansã.

Apesar de contar com o esforço de féis e o apoio da Prefeitura Municipal de São Félix, os desafios enfrentados são referentes à necessidade de recursos para manter a festa ativa. Fé não falta.

Figura 24 – Festa de Santa Bárbara



Fonte: Arquivo Público Municipal (2022)

3.8.2 Festa de Nossa Senhora de Santana

A Festa de Nossa Senhora de Santana é celebrada todos os anos, no dia 26 de julho. É organizada com muito louvor, muita fé e união, por professores que festejam sua Padroeira, Nossa Senhora Sant'Ana e buscam, através da fé, dias melhores para Educação.

Figura 25 – Festa de Nossa Senhora Santana



Fonte: Arquivo Público Municipal (2022)

3.8.3 São João na Praça

O São João na Praça é uma iniciativa do Departamento de Turismo da Prefeitura de São Félix- Ba. O objetivo é levar para a população local e para os turistas as atrações juninas, nos períodos matutino e vespertino, preservando seus aspectos tradicionais como apresentações de grupos de forró, quadrilha junina, vendas de comidas típicas, samba de roda e trança fitas, dentre outras. O primeiro São João na Praça foi realizado em 2010. O evento acontece todos os anos entre os dias 22 e 24 de junho, sendo um sucesso, trazendo diversão para toda a família, com muito forró e alegria. A realização da festa é por conta do município e o apoio financeiro do Governo do Estado é limitado, colocando em risco a sua continuidade.

Figura 26 – O tradicional São João na praça



Foto: Arquivo Público Municipal de São Félix (2001)

3.8.4 Puxada de Rede

A Puxada de Rede é uma manifestação Cultural de caráter religioso e popular, criada com o objetivo de homenagear Oxum, a deusa das águas, o Rio Paraguaçu e a Pesca.

A primeira apresentação, criada por Claudio Reina e Beatriz da Conceição, aconteceu em 2001. O grupo é composto por, aproximadamente, 25 pessoas, incluindo pescadores, lavadeiras, marisqueiras e mulheres de pescadores que levam a oferenda para a dona das águas, em agradecimento pela boa pescaria.

As apresentações acontecem a partir do toque dos instrumentos. Com muito respeito e devoção, o cortejo anda pela cidade, encantando a todos com seu ritmo e fé. Os principais desafios da manifestação são a necessidade de uma sede própria para o grupo, que desde sua fundação realiza suas atividades na Casa da Cultura, e a captação de recursos para a produção e realização de suas apresentações.

Figura 27 – Apresentação da Puxada de Rede



Fonte: Beatriz da Conceição (2021)

3.8.5 Lavagem do Beco do Fuxico

A Lavagem do Beco do Fuxico é um festejo da cidade que acontece desde 2001. Um beco em São Félix, a Rua Manoel Passos, sempre foi um ponto de encontro de amigos. Em 1994, o beco foi transformado em calçadão. Só em 2001, foi criada então a Lavagem do Beco do Fuxico, que acontece sempre no segundo domingo do mês de maio, homenageando as

mães, no dia delas. Uma característica da marcante festa da lavagem é que os homens saem todos vestidos de baianas, acompanhado por uma fanfarra animando a cidade com seu ritmo.

O nome Beco do Fuxico foi dado por Pascoal do Rosário, frequentador do beco, devido, segundo ele, a existência de muita fofoca no local.

A Lavagem Beco do Fuxico foi idealizada por Augusto César, Pascoal do Rosario e Guilherme Magalhães. Da Lavagem do Beco do Fuxico, foi criada uma associação para realizar trabalhos ligados ao esporte com crianças e adolescentes, palestras e doações de cestas básicas para famílias necessitadas.

A última lavagem contou com participação de 120 baianas. Para os seus realizadores, o maior desafio encontrado para manter a festa é o engajamento de novas pessoas para dar continuidade à tradição.

Figura 28 – A Lavagem



Fonte: Departamento de Cultura (2019)

3.8.6 Festa da Consciência Negra do Quilombo de Santo Antônio e Vidal

A Festa da Consciência Negra é realizada pela comunidade quilombola Santo Antônio e Vidal, na zona rural de São Félix. Durante o mês de novembro, são realizadas homenagens a Zumbi dos Palmares, através de uma programação em áreas diversificadas da cultura, tais como: roda de conversa, confrontando a história dos quilombos com a contemporaneidade, oficina de dança afro, roda de conversa sobre a estética afro e a auto estima da mulher preta, oficina de poesias, peça de teatro (produzida por jovens e crianças da comunidade) mesas temáticas com palestrantes e debatedores com temas diversificados (direito quilombola, masculinidade tóxica, sustentabilidade e coletividade, agricultura, artesanato, turismo local,

saúde da mulher, direito da mulher, avanços e retrocessos para mobilidade do quilombo).

Como parte da programação, são realizadas contação de histórias locais, através da oralidade (griô) e oficinas de artesanato, de fabricação caseira de licores, de turbantes e de feitura farinha, produtos que são comercializados numa feira, cuja renda é destinada aos alunos de cada oficina. O público da festa também pode degustar, gratuitamente, produtos da culinária local, composta por iguarias provenientes da agricultura sustentável. Já os participantes das oficinas de dança, teatro e poesia, concorrem a prêmios com apresentações de trabalhos com temática quilombola.

Tudo em nome da preservação do legado cultural, combate ao racismo e valorização da cultura afrodescendente. Para a realização dessa atividade diversificada e extremamente importante para a valorização da cultura e da identidade quilombola, o grupo enfrenta desafios na captação de recursos, necessitando de apoio financeiro.

Figura 29 – Comunidade Quilombola Santo Antônio e Vidal



Fonte: Eli Odara (2022)

3.8.7 São Félix Rock Festival

O São Félix Rock Festival é uma idealização do produtor musical Marcos Moura, e acontece desde 2019. Com o belíssimo cenário do Rio Paraguaçu, o festival que acontece anualmente, durante dois dias de shows, faz um trabalho de conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental, além de movimentar a cidade com o estilo musical. Para Marcos, o desafio da realização do festival é a captação de recursos, seja para conseguir financiamento privado ou de instituições públicas.

Figura 30 – Apresentação São Félix Rock Festival



Fonte: Marcos Moura (2022)

3.9 EQUIPAMENTOS CULTURAIS CONVENCIONAIS

Como dito, reconhecemos nesta categoria espaços públicos e privados que atendam as demandas culturais dos atores em suas diversas linguagens artísticas e culturais, sendo propícios e preparados para apresentações musicais ou teatrais, exposições, leitura, etc, contendo uma estrutura mínima tanto física, quanto técnica, mesmo que com limitações comuns em equipamentos de municípios de pequeno porte, como o caso de São Félix. Assim, foram registrados os seguintes equipamentos culturais convencionais, em São Félix-BA:

3.9.1 Sociedade Filarmônica União Sanfelixta

A Sociedade Filarmônica União Sanfelixta, entidade fundada em 07 de setembro de 1916. São 106 anos de atividade no segmento da música, que visa levar a cultura em todas as classes sociais e todas as idades.

Faz um trabalho social no ensino da música, inclusive para crianças e adolescentes. Além da filarmônica, com mais de 50 músicos, mantém uma escolinha de música atendendo aproximadamente 120 alunos. Em 2015, iniciou o projeto Música nos bairros, realizando apresentações musicais e formando núcleos de ensino, fora da sede.

Fundada por amantes da música, Amâncio Francisco, João Maurício, Carlos Marcos,

Hermelino Ferreira, Aristides Bruno, João Amaral, Plínio Carlos, Urbano Soares, Artur Barbosa e Tarcilo Brito, atualmente é presidida pelo músico Hadson Oliveira. Possuindo um prédio com excelente estrutura para realização das atividades, a instituição tem como desafio a captação de recursos para aumentar o seu corpo técnico e atender um público maior.

Figura 31 – *Sociedade Filarmônica União Sanfelixta*



Fonte: Hadson Oliveira (2022)

3.9.2 Casa da Cultura Américo Simas

A Casa da Cultura Américo Simas, fundada em 1984, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e mantida pela Prefeitura Municipal de São Félix, desde sua fundação. Seu acervo histórico é bastante acessado por estudantes brasileiros e estrangeiros para pesquisas e estudos sobre a história do Recôncavo e suas vivências, constituindo-se como um dos grandes patrimônios da região.

A Casa da Cultura abriga os mandus, as cabeçorras e a burrinha, belas manifestações populares do Recôncavo. O espaço é utilizado por várias instituições locais para a realização de oficinas de capoeira, percussão, e dança, por grupos de produção de artesanato e para encontros dos sambas de roda e outras atividades. O espaço conta ainda com um pequeno palco para apresentações artísticas.

No início, havia um movimento muito intenso, mas ao longo do tempo, o imóvel foi se desgastando e passou por diversas reformas, o que começou a alterar a dinâmica de funcionamento do ambiente. Apesar de ainda precisar de reformas, é um espaço muito importante para a cultura do município.

Figura 32 – As cabeçorras



Fonte: Beatriz da Conceição (2018)

3.9.3 Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes

A Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes é um equipamento municipal que existe, desde 2003, no prédio de uma antiga escola pública. É um espaço de incentivo à leitura, que tem como seu maior desafio a diversificação das atividades, que podem ser ofertadas, através de parceria com outros atores e instituições culturais.

No espaço, sempre acontecem ações como contação de histórias e encontros de grupos culturais.

Figura 33 – Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes



Fonte: Sheyla Monteiro (2022)

3.9.4 Fundação Hansen Bahia

A Fundação Hansen Bahia, foi criada em 19 de abril de 1976 por iniciativa do próprio artista Hansen Bahia, projetando a preservação de seu legado artístico e tornando-o base para a formação de novos talentos da xilogravura.

Atualmente, a Fundação está instalada em Cachoeira no pavimento térreo do prédio da rua 13 de Maio, onde dispõe de galeria e sala multiuso. A Fundação também possui um prédio próprio, situado na Rua Manoel Vitorino que abriga diversas atividades de cunho sociocultural e educativo. Em São Félix, na Fazenda Santa Bárbara, última residência do artista, funcionam o museu casa e o memorial póstumo. Na fazenda, aberta à visitação, são realizadas oficinas de xilogravura.

A Fazenda Santa Bárbara foi adquirida para ser a residência do casal Hansen Bahia e Ilse Hansen. Após a morte do artista, em 1978, cinco anos depois Ilse vem a falecer e a fazenda foi incorporada ao patrimônio da Fundação Hansen Bahia, de acordo com o Testamento de Ilse. Localizada em São Félix, a fazenda possui 25 hectares total (6,2 hectares de área utilizada pelo museu).

A instituição desenvolve e apoia projetos socioculturais nesses municípios, além de apoiar outros grupos, coletivos e manifestações culturais que realizam as suas atividades nos seus espaços, contando com parcerias institucionais como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

O desafio constante da instituição é a captação de recursos para a realização de suas atividades e manutenção dos seus equipamentos culturais

Figura 34 – Fazenda Santa Barbara



Fonte: Ascon de São Félix (2022)

3.9.5 Instituto Cultural Dannemann

O Instituto Cultural Danneman é uma iniciativa social da fábrica de charutos Dannemann, fundada pelo alemão Gerhard Dannemann, em 1873, em São Félix. As atividades industriais da fábrica provocaram profundas transformações socioeconômicas na vida da população Sanfelixta.

Em 1990, foi inaugurada o Centro Cultural Dannemann, na parte da frente da fábrica de charutos, que manteve as suas atividades. O Centro Cultural abrigava exposições e recebia, diariamente, visitantes de todo o país. O espaço foi palco de grandes eventos como o Festival de Filarmônicas do Recôncavo (FESTIFIR) e a Bienal do Recôncavo. Por questões técnicas, o Centro Cultural Dannemann precisou encerrar suas atividades, pois o Ministério da Saúde (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA) proibiu que fossem realizadas atividades culturais em ambientes ligados ao fumo.

Após o cumprimento de todas as exigências, em 10 de junho de 2013, foi fundado o Instituto Dannemann. Em 2016, tiveram início as atividades do projeto social, que visa atender jovens da comunidade local, com a oferta de atividades de reforço de leitura, escrita e matemática e oficinas de música, pintura, capoeira e dança.

Figura 35 – Dannemann



Fonte: Sheyla Monteiro (2023)

3.9.6 Centro Cultural e Social Santa Bárbara

Centro Cultural e Social Santa Bárbara, foi criado em 1º de agosto de 2018 com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a preservação da cultura de São Félix. O espaço físico onde está sediado o centro foi doado pela família da idealizadora Lucineide

Santos, em homenagem à memória do seu pai Donato Alves que cuidou por mais de 20 anos da Gruta Milagrosa, localizada na Ladeira do Milagre.

O Centro desenvolve atividades multidisciplinares e colabora com a promoção da igualdade étnico racial e de gênero, privilegiando os campos da cultura, da arte e da educação. Desde a fundação já foram realizados, saraus, oficinas de educação ambiental, seminários e exposições. O público alvo são mulheres, mulheres negras, crianças, adolescentes, jovens e adultos.

O espaço é administrado pela própria comunidade e demanda apoio financeiro para sua manutenção e o desenvolvimento de novas ações. Outro ponto crítico para o centro é a situação da estrada que dá acesso ao local, que necessita de melhorias.

Figura 36 – Alunos do Centro Cultural



Fonte: Lucineide (2022)

3.10 ESPAÇOS CULTURAIS

Os espaços culturais aqui listados abrigam manifestações culturais espontâneas. Diferente dos equipamentos convencionais, eles não possuem estrutura para receber apresentações artísticas e culturais, mas essas emergem do cotidiano de quem frequenta esses espaços para realizar suas atividades ordinárias. São terreiros, que fora do momento cerimonial abrigam atividades artísticas e lúdicas e, até mesmo uma casa de farinha, que durante os encontros comunitários para a transformar a mandioca em farinha, ocorrem manifestações culturais espontâneas como as cantorias.

3.10.1 Terreiro Ilê Axé Ogunjá

O Terreiro Ilê Axé Ogunjá, localizado no bairro Cento e Trinta e Cinco, em São Félix, foi fundado em 1982 por Antônio Carlos Santos da Silva, no bairro do Caquende, na cidade de Cachoeira. Após uma grande enchente do Rio Paraguaçu, no ano de 1989, e consequente inundação do terreiro, seus membros se viram obrigados a migrar para o endereço onde está localizado até os dias de hoje, na cidade de São Félix.

Pertencente à Nação Nagô Ijexá, além de homenagear os orixás, o Ilê Axé Ogunjá também reverencia os caboclos. Hoje, quem está à frente deste terreiro é Idelson da Conceição Sales, o Pai Idelson.

Seu calendário de festas acontece nos meses de janeiro, fevereiro e agosto, além das festas religiosas o Ilê Axé Ogunjá também oferece para a comunidade oficinas de Capoeira e corte costura. Essas e outras iniciativas carecem de apoio financeiro, ocorrendo de maneira voluntária pelos membros da comunidade. É Patrimônio Imaterial da Bahia, desde 2014, inscrito no Livro do Registro Especial de Espaços de Práticas Culturais Coletivas.

Figura 37 – Terreiro Ilê Axé Ogunjá



Fonte: Página de Facebook do Terreiro Ilê Axé Ogunjá (2021)

3.10.2 Terreiro Raiz de Ayrá

O Terreiro Raiz de Ayrá foi fundado em 1917, pelo Babalorixá João Balbino dos Santos, conhecido como “João Três Toras”, em uma localidade conhecida como ‘310’. Deslocado devido a construção da Barragem Pedra do Cavalo, o Terreiro Raiz de Ayrá, estabeleceu-se na Baixa do Tubo, no bairro de Cosme de Farias, na cidade de Salvador. Por

motivações espirituais, o Babalorixá precisou fundar outra sede, no bairro de Belford Roxo, cidade de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Na época, quem ficou à frente das atividades religiosas no terreiro, localizado na Baixa do Tubo, foi a Ialorixá Raimunda José Santana dos Santos, casada com o Babalorixá João Balbino dos Santos. Assim, o reconhecido Terreiro, possuía na época duas sedes que eram conduzidos por João Balbino dos Santos, na Bahia e no Rio de Janeiro, por Raimunda dos Santos, que contava com o apoio do Pejigã Irineu Ferreira e sua irmã, na época a Ekede, Mariá Ferreira, que, após o falecimento do Babalorixá, passou a conduzir o terreiro, posto que ocupa até os dias de hoje como Ialaxé.

Após assumir o posto, Mãe Mariá Kecy percebe a necessidade de retornar ao Recôncavo e, com o apoio de seus irmãos, o Pejigã Irineu Ferreira e sua irmã Tomásia Ferreira, reabre em 9 de maio de 1976, com o nome “Raiz de Ayrá”, às margens do Rio Paraguaçu, na sua cidade de origem, São Félix, onde está localizado atualmente. O terreiro é o espaço de encontro entre irmãos e irmãs de santo, que entre uma obrigação e outra cantam e dançam repertórios referentes a adoração aos orixás cultuados por essa religião de matriz africana. Em 19 de novembro de 2014, o Terreiro Raiz de Ayrá foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial através do Registro Especial, Decreto nº 15.678, inscrito no Livro de Registro Especial dos Espaços destinados a Práticas Culturais Coletivas.

Figura 38 – Mãe Mariá Kecy



Fonte: Tacun Lecy (2021)

3.10.3 Casa de Farinha

Na comunidade Quilombola Terreno do Governo a produção de farinha é uma tradição. E é na Casa de Farinha que quase tudo acontece. Entre plantar e colher, raspar, ralar, prensar, processar, cozinhar e torrar a mandioca para fazer a farinha, os comunitários envolvidos na atividade aproveitam para relembrar as tradições com contação de histórias e cantigas que transformam a Casa de Farinha num espaço cultural orgânico. Sendo comunitária, o desafio está em manter a tradição, já que a cada dia menos pessoas participam do processo de feitura, muitas vezes tendo que pagar mão de obra para auxiliar no processo. Capacitações para a gestão do espaço e recursos para melhoria da logística também são pontos levantados pelos membros da comunidade. Liderança local, Dona Romilda dos Anjos, que aprendeu o ofício com os pais e trabalha na roça desde criança, vem passando o conhecimento, de herança ancestral, de geração em geração.

Figura 39 – Raspa da Mandioca



Fonte: Romilda dos Anjos (2023)

3.11 ANÁLISE DOS PERFIS MAPEADOS

Após a apresentação dos perfis mapeados, nos dedicaremos neste tópico a uma análise exploratória de algumas informações e dados coletados durante o mapeamento. Como foi possível observar, São Félix é uma cidade rica em atores culturais dispostos a manter viva a cultura local mesmo sem recursos. As principais atividades desenvolvidas por esses atores

estão relacionadas à cultura negra e à cultura popular, destacando-se a forte presença das linguagens artísticas de dança e música, além das atividades tradicionais como rezadeiras, parteiras e capoeira. As respostas apresentadas mostram as singularidades da execução do trabalho cultural das manifestações mapeadas e ao mesmo tempo retratam as afinidades nas questões relacionadas às demandas para a sustentabilidade.

A participação dos entrevistados do sexo masculino o quanto do sexo feminina se apresenta de forma similar, a maioria reside na zona rural da cidade de São Félix. O perfil dos entrevistados é na sua maioria (53,8%), de pessoas com ensino médio. Desses 53,8% entrevistados que possuem ensino médio, 38% declararam que a administração pública do município é seu principal financiador. Quando analisamos os entrevistados que declararam ter a escolaridade fundamental/não alfabetizado, ficou nítido que a falta de conhecimento os distancia da busca por sustentabilidade através de sua cultura e os tornam vinculados à administração pública. Um reflexo disto é que 100% dos que declararam escolaridade fundamental/não alfabetizado têm como principal financiador a administração pública e não ouviram falar ou desconhecem a Política Estadual de Cultura da Bahia.

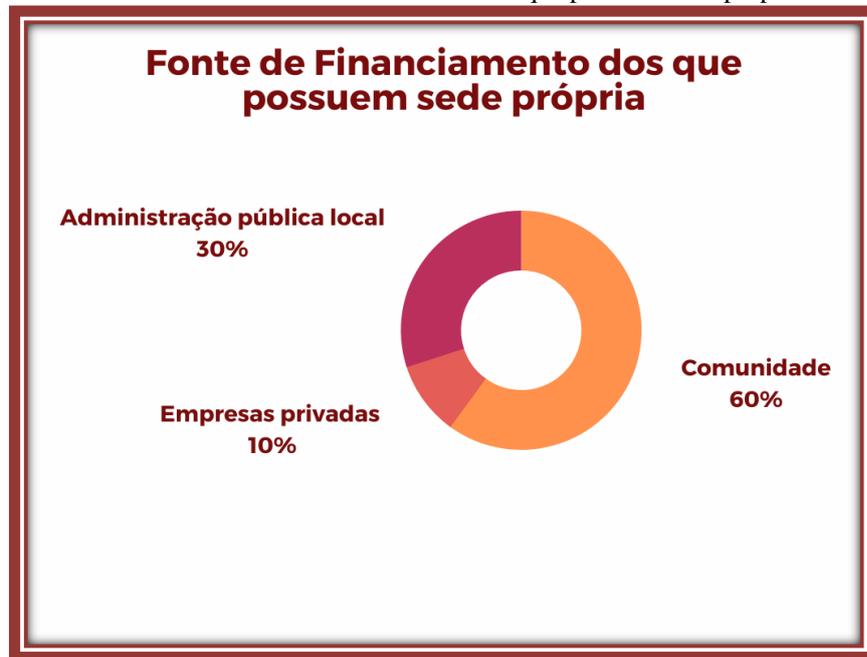
A falta de regularização dos segmentos culturais limita sua capacidade de obter recursos nas esferas municipal, estadual e federal. Apenas 28% dos entrevistados são constituídos com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. É preciso apoiar os atores culturais para estarem adimplentes com suas manifestações regulares e de posse dos documentos exigidos nos processos de editais, como o estatuto de fundação, as atas de posse e eleição da mesa diretora, o CNPJ e as certidões negativas de débitos - CNDS. Das que possuem CNPJ, 72% destas instituições/manifestações já obtiveram aprovação em editais.

Dos 39 entrevistados locais mapeados, encontramos apenas 6 equipamentos de cultura convencionais. Os equipamentos culturais também podem ser considerados entre os principais desafios apontados pelos atores, destacando-se a necessidade de espaço para diversos grupos manterem suas atividades. Fazendo o recorte dos equipamentos que são públicos, esse número se reduz a 2 espaços culturais, sendo eles a Biblioteca Municipal e a Casa da Cultura. Como não conseguimos mapear nenhum ator dedicado ao incentivo ao livro e à leitura, justifica-se o desafio enfrentado pela Biblioteca na busca de parceiros para diversificar suas atividades. No sentido inverso, a Casa da Cultura Américo Simas abriga uma grande parte das ações mapeadas, como a puxada de rede, artesanatos e capoeira.

A carência de espaços também é revelada pela quantidade de manifestações que não possuem sede própria, perfazendo 71,1% delas. Cruzando os dados dos 28,9% que possuem sede própria com o principal financiador, 60% declararam que a comunidade tem sido seu

principal financiador. Essas instituições buscam o apoio da comunidade através de bingo, rifas, caderno de ouro, associados e doações, como pode ser notado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Fonte de Financiamento dos que possuem sede própria



Fonte: Questionário Mapeamento (Apêndice A)

3.11.1 Dados econômicos e políticas públicas para a cultura

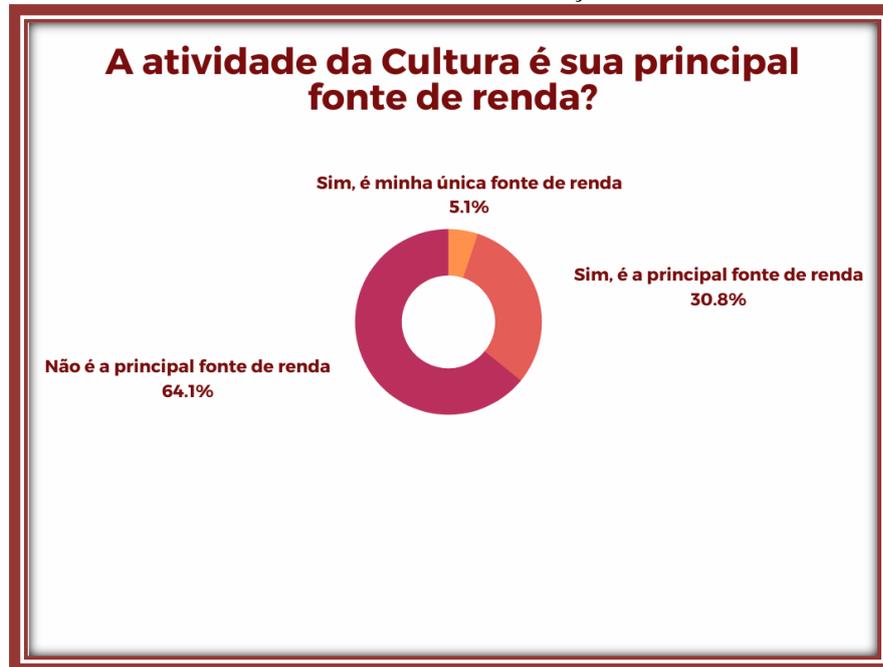
Em termos econômicos, podemos perceber a existência de um potencial econômico na área cultural local, com diversos bens e serviços fornecidos pelos atores e festejos e celebrações que atraem o público, seja local ou regional. Questionados sobre a quantidade de atividades culturais no município, 64,1% dos atores investigados sinalizaram positivamente. Destes, apenas 28% consideram o Setor de Cultura do Município de São Félix pouco atuante, e 71,4% são de manifestações ligadas diretamente à religião Católica e à de Matriz Africana.

Apesar do grande número de atividades culturais, poucos recursos circulam entre os atores culturais do município. Muitas das atividades realizadas são voluntárias e não remuneradas. Do total de entrevistados, 61,5% não cobram pelas atividades desenvolvidas e declararam que não consideram a cultura como sua principal fonte de renda, o que se reflete nos desafios apresentados no que tange à falta de apoio financeiro. Dos que não cobram, apenas 16% possuem CNPJ. Dos 38,5% que cobram pelas apresentações, 46% possuem CNPJ, uma ferramenta importante na captação de recursos, 20% possuem sede própria, e 80% declararam que a cultura é a única fonte de renda. Esses atores realizam em média 10 apresentações ao longo do ano e cobram, em média, R\$1.500,00 por apresentações.

Não foi possível analisar se há uma correlação entre o custo cobrado pelo desenvolvimento da apresentação e a quantidade de pessoas envolvidas, mesmo porque isso varia de acordo com a infraestrutura de cada manifestação e nem todas as manifestações souberam responder o quantitativo de pessoas envolvidas nas apresentações. Contudo, é possível identificar as duas manifestações que cobram o valor de R \$2.500,00, o valor mais elevado por apresentação, consideradas as manifestações mapeadas: Sociedade Filarmônica União Sanfelista e a Quadrilha Fogo Junino.

Uma consequência das manifestações não serem cobradas é a necessidade de que os atores tenham outras fontes de renda. As atividades culturais são secundárias para 64,1% dos 39 atores mapeados, conforme reflete no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Fonte de Renda em relação a Cultura



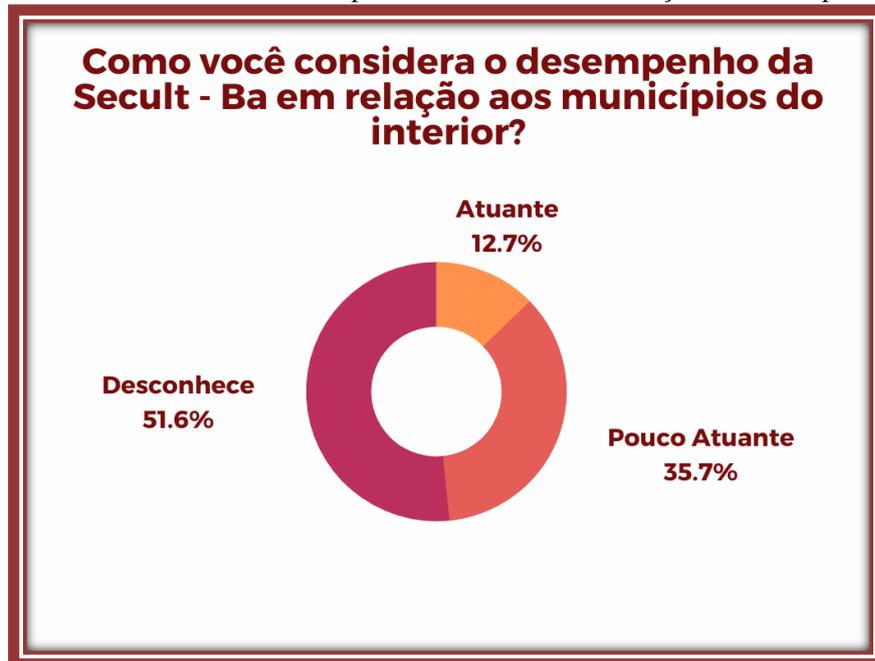
Fonte: Questionário Mapeamento (Apêndice A)

Outro aspecto que impacta negativamente o desenvolvimento econômico do município de São Félix através da cultura é o desconhecimento, por parte de seus atores, das políticas públicas no âmbito estadual e municipal e das formas de captação de recursos que elas oferecem. Apesar de 89,7% dos entrevistados afirmarem terem acesso à internet, 53,8% desconhece totalmente as políticas estaduais de cultura, 17,9% apenas ouviu falar e somente 28,2% conhecem as políticas estaduais de cultura. Como já dizia Paulo Freire (1996), “O conhecimento é um processo que transforma tanto aquilo que se conhece como também o conhecedor”. O perfil desses 28,2% que conhecem a Política Estadual de Cultura da Bahia

revela que 80% declararam ter projetos aprovados em editais estaduais, 54,5% possuem ensino superior completo e 81,8% declararam que as manifestações são vinculadas a uma OSC ou é privada.

Conforme mostrado no gráfico abaixo, é possível perceber que a maioria dos participantes da pesquisa demonstraram sua insatisfação em relação à atuação da Secult-Ba no município de São Félix, o que reforça a urgência do diálogo entre o órgão municipal e a esfera estadual. A Secult-Ba utiliza como mecanismo de divulgação o *site* institucional e página do Instagram, porém nem todos os fazedores de Cultura têm o hábito de acompanhar diariamente essas ferramentas. Além disso, a dificuldade de acesso à internet no interior tem consequências em termos de menor aproveitamento das oportunidades dos editais. Os recursos alocados nos editais setoriais são divididos proporcionalmente pelos territórios de identidade, no entanto alguns municípios têm agentes mais qualificados para acessá-los do que outros. É recomendável estabelecer uma melhor articulação entre os representantes da Secult – Ba e os trabalhadores da cultura dos municípios baianos, com vistas ao fortalecimento das instituições que realizam as manifestações culturais e ao fomento de uma rede que discuta as demandas e proponha ações que possam facilitar a resolução das dificuldades enfrentadas.

Gráfico 3 – Como você considera o desempenho da Secult - Ba em relação aos municípios do interior?

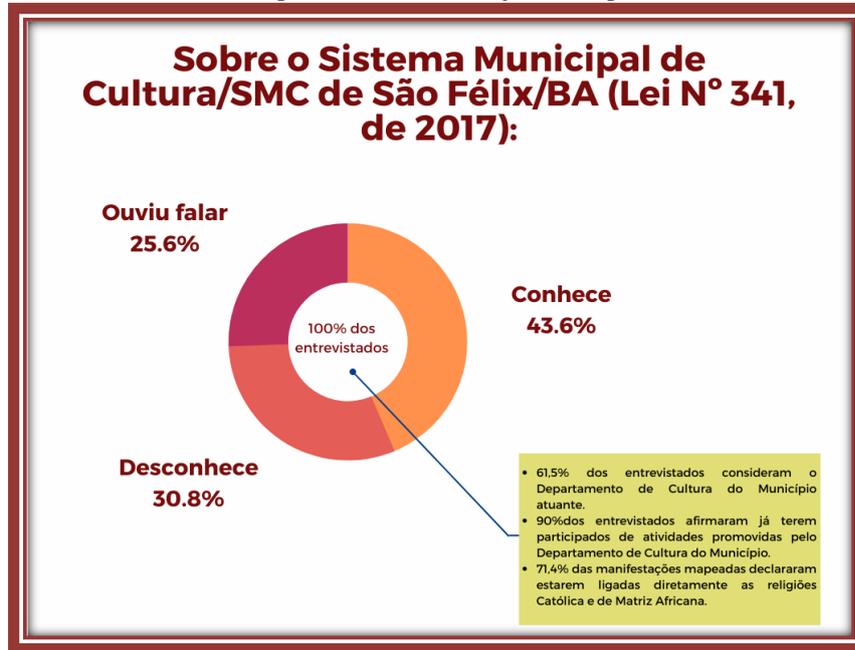


Fonte: Questionário Mapeamento (Apêndice A)

Em nível municipal, o cenário é um pouco melhor: 43,6% afirmam conhecer as políticas municipais, 30,8% as desconhecem e 25,6% disseram que ouviram falar. Esses

dados revelam a atuação dos órgãos governamentais frente aos atores culturais do município. Na medida em que o departamento de cultura do município possui uma proximidade maior com os fazedores de cultura, o diálogo se torna mais eficiente. Isso se reflete no fato de 61,5% dos entrevistados considerarem o órgão municipal atuante, dos quais 90% afirmaram já ter participado de atividades promovidas pelo departamento da cidade, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Lei Municipal de Cultura e atuação do Departamento de Cultura



Fonte: Questionário Mapeamento (Apêndice A)

Para que os diversos elementos culturais possam se estabelecer como vetores de desenvolvimento local, torna-se necessário o estabelecimento de políticas públicas culturais focalizadas, que concomitantemente promovam a equidade dos recursos entre os segmentos culturais e os setores tradicionais da economia. Isso permitiria alavancar a produção cultural em São Félix. Desta forma, os trabalhadores da cultura precisam se articular em rede para disseminar conhecimento relativos ao campo, como também se apropriar dos marcos legais com vistas a persuadir o poder público na garantia de suas demandas.

O desconhecimento das políticas culturais, como já mencionado, também se reflete nos desafios enfrentados na captação de recursos para as atividades culturais. Dos mapeados, 46,2% nunca concorreram a editais de incentivo à cultura, seja ele municipal, estadual, federal ou privado. Dos que já concorreram a editais, 23,1% foram a edital municipal, 15,4% a estadual, 10,3% ao federal e 5% às empresas privadas. Desses que concorreram, 57,1% tiveram êxito em acessar recursos de incentivo à cultura. Os números revelam a importância do entendimento das políticas culturais para a captação de recursos e a consequente

movimentação econômica do setor cultural. Analisando o percentual de 56% dos mapeados que nunca submeteram projetos a editais, apenas 13% possuem CNPJ e 54% declararam que a administração pública é seu principal financiador. No primeiro capítulo discorreremos sobre o desenvolvimento dessas políticas e da importância de abarcar a diversidade cultural, bem como territórios longe dos centros urbanos, como o caso de São Félix. Aqui vimos na prática essa necessidade.

A presente pesquisa pôde constatar a necessidade de capacitação desses atores para conhecerem e acessarem os mecanismos de fomento à cultura presentes na atualidade, bem como para a gestão de suas atividades. Quando questionados sobre quais eram suas maiores dificuldades na produção cultural, 44% afirmaram ter dificuldades na captação de recursos e 30% disseram ser a elaboração de projetos culturais a parte mais difícil, sendo que ambas as etapas estão relacionadas à fase de captação. Ou seja, 74% dos agentes de cultura enfrentam dificuldades nessa etapa, o que foi confirmado nas perguntas de caráter subjetivo sobre os principais desafios dos atores envolvidos. Completando a lista de dificuldades, 10% afirmaram terem problemas para planejar e executar as ações 16% encaram como desafio o diálogo com outros atores culturais do município.

Com as dificuldades em acessar as políticas públicas, a maior parte das manifestações busca apoio para realizar suas atividades através do contato direto com a comunidade, empresários e poder público local, conseguindo, na maioria das vezes, apoio através de cessão de espaços, materiais e apoio logístico, sendo poucos os casos de apoio direto através de verba para sua manutenção. Os principais apoiadores são a administração pública local, com 69,2%, a comunidade, as associações e os sindicatos, com 20,5%, e as empresas privadas e o comércio local com 5,1%. Tratando-se de um município de aproximadamente 15.000 habitantes, com poucos estabelecimentos comerciais locais e dependente majoritariamente do serviço público e da agricultura, podemos entender as dificuldades enfrentadas na captação de recursos para o setor cultural. Por outro lado, trata-se de uma cidade considerada um patrimônio histórico e cultural, que tem na cultura um inestimável potencial de desenvolvimento. Cabe ao poder público, em suas diversas esferas, o fomento dessas potencialidades.

Os entrevistados têm pensamento semelhante sobre o que é cultura e qual é a sua importância, porém expressado com palavras diferentes. Para dona Romilda dos Anjos cultura é: sentir o cheiro da farinha sendo torrada passeando pelo ar. Para dona Terezinha é o reconhecimento do fazer. Para todos os que mapeamos, a Cultura é fundamental para manter viva sua história. Mesmo com toda essa efervescência, a cultura não tem sido encarada com a

devida importância pelos governantes. Para a produtora cultural de São Félix, Beatriz Conceição, “a cultura não é colocada como prioridade para alguns gestores do município, mesmo sem perceberem que a mesma é de fundamental importância para o engrandecimento e divulgação do Município”. Como lembra Rubim (2007), “Os recursos diretos para a cultura são poucos e as políticas culturais sofrem com a constante descontinuidade de suas ações”. As principais fontes de financiamento são os editais, que afunilam, não garantindo o acesso, muito menos continuidade, e as leis de incentivo fiscais, que, pelos interesses comerciais das empresas, na maioria das vezes, concentram-se nos grandes centros urbanos como a capital da Bahia e no financiamento de artistas e produtos culturais já reconhecidos e que dão um retorno de visibilidade maior do que os das pequenas cidades do interior.

4 CONCLUSÃO

Há um potencial cultural da cidade de São Félix, revelado nas mais diferentes manifestações mapeadas nesse trabalho, e seus atores estão dispostos a manter a cultura viva, mesmo nas mais difíceis condições. A formulação e execução de políticas públicas capazes de alcançar esses grupos em todos os níveis, federal, estadual e municipal, pode transformar esse potencial em uma relação concreta entre cultura e economia. Identificamos, dentre as políticas públicas necessárias, a capacitação dos agentes e a aproximação da esfera estadual com os atores locais.

Um exemplo já experimentado com sucesso foram as conferências municipais, organizadas pelo governo do estado e implementadas em parceria com o município. Os Pontos de Cultura constituem outra política experimentada que pode servir de inspiração. Durante sua existência, auxiliaram alguns grupos a se estruturarem, como é o caso dos pontos de cultura Afrodescendentes e Núcleo Teatral Expressão. Há a necessidade de se pensar a desburocratização das formas de fomento cultural, permitindo o acesso dos recursos a atores com baixa formalidade e escolarização. Também se mostraram necessárias ações continuadas e plurianuais que permitam a estruturação e institucionalização das manifestações culturais mapeadas, garantindo a continuidade de suas ações.

Outro aspecto que foi visto no trabalho é a carência de equipamentos culturais no município, como forma de suprir a demanda das manifestações existentes, bem como de incentivar as futuras gerações no engajamento cultural, formando públicos e novos atores que deem continuidade às tradições.

É preciso ainda descentralizar o acesso aos recursos pessoais, materiais, financeiros e estruturantes como forma de aumentar a participação dos cidadãos envolvidos, diretamente ou não, com a cultura, em municípios de todos os tamanhos. Esse processo seria facilitado pela articulação entre as esferas federais, estaduais e municipais através da produção de dados constantemente atualizados que possam subsidiar a avaliação dos objetivos propostos nas diretrizes para o setor cultural. Devem ser observados, em especial, os objetivos não atingidos, como é o caso da interiorização das políticas culturais, que, embora conste no Plano Nacional de Cultura fica longe de ser efetivamente implementado.

Os atores, por sua vez, precisam conhecer e apropriar-se das políticas culturais, ocupando os espaços representativos da cultura, como os conselhos de cultura municipal e estadual, e, de maneira ativa, cobrar a execução do Plano Nacional de Cultura e dos sistemas nacional, estadual e municipal. Diante de incentivos como os que preveem a Lei Aldir Blanc 2

e a Lei Paulo Gustavo, os agentes devem estar atentos às suas implementações para que a cultura de São Félix possa ser beneficiada de maneira justa e democrática.

O trabalho mostrou que a cultura é vista pelos seus agentes como desempenhando um papel fundamental em sua própria vida e na de sua comunidade. Para eles, cultura é o “dia a dia”, o “fazer do povo”, é “ancestralidade”, “conhecimento”, “identidade”, “sabedoria”, “tradição”, “educação” e “sobrevivência”. É a “forma de expressar a vida”, é “festa”, “samba”, “respeito”, “história”, são “valores”, é “arte”, é “vida” e é sua “maior riqueza”. E como riqueza, merece ser valorizada. Esperamos que a presente pesquisa possa auxiliar tanto, os atores, como o poder público local na implementação de estratégias para o desenvolvimento local com base no potencial cultural do município, servindo de referência para a formulação de projetos e políticas públicas inclusivas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. A indústria cultural. *In*: COHN, G. (org.). **Comunicação de massa e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=96>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Panorama: Sistemas Municipais de Cultura na Bahia**. Salvador, 2021. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Panorama/Novo_Projeto_Panorama_220622.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BAUMOL, W.; BOWEN, W. **Performing arts - the economic dilemma**: a study of problems common to theater, opera, music and dance. New York: Twentieth Century Fund, 1966.
- BEM, J.; GIACOMINI, N. **Gastos em cultura no Rio Grande do Sul e a delimitação de áreas homogêneas em municípios selecionados no ano de 2007**. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, set. 2009.
- BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).
- BOTELHO, I. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRANT, D.; URIBE, G. Em ofensiva contra Ancine, Bolsonaro corta 43% de fundo do audiovisual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/em-ofensiva-contrancine-bolsonaro-corta-43-de-fundo-do-audiovisual.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2022.
- BRASIL. **Economia criativa cresce mais que o PIB no Brasil**. [S.l.], 4 fev. 2013.
- BRASIL. **Lei complementar nº 195, de 08 de julho de 2022**. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências

sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Brasília, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7505&ano=1986&ato=9faoXR E5UMBpWTa37>. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, ed. 123, seção 1, p. 1, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, dez. 2011. Disponível em: http://www.proec.ufpr.br/pic/download/METAS_PNC_final.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais**. 2. ed. Brasília: MINC, 2008. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/Plano-Nacional-de-Cultura-Diretrizes.pdf> Acessado em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura em três dimensões**. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Senado Federal. Após Congresso derrubar veto, Lei Aldir Blanc 2 é promulgada. **Agência Senado**, Brasília, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/11/apos-congresso-derrubar-veto-lei-aldir-blanc-2-e-promulgada>. Acesso em: 23 out. 2022.

CABEÇA, S. M. Mapeamento cultural: uma metodologia sustentada para o patrimônio cultural imaterial. **Revista Memória Media**, Lisboa, n. 3, art. 5, 2018. Disponível em: https://memoriamedia.net/pdfarticles/PT_REVISTAMEMORIAMEDIA_Mapeamento_Cultural.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

CALABRE, L. Políticas e conselhos de cultura no Brasil: 1967-1970. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 19-35, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v1i1.3188>. Acesso em: 23 out. 2022.

CALABRE, L. Política cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 137-156, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p137-156>. Acesso em: 23 out. 2022.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-108.

CANCLINI, N. G. **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019.

CASTELLO, J. Cultura. *In*: LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (org.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p. 20-56.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CUÉLLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas; Brasília: Papyrus; UNESCO, 1997.

DINIZ, G. S.; MENDES, A. A. Economia da cultura e economia criativa: análise dos conceitos e contribuição aos estudos territoriais. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 25-40, set./dez. 2017.

DUXBURY, N. Mapeamento cultural: enfrentar o desafio de políticas e planeamento culturais mais participativos e pluralistas. **Todas as Artes: revista luso-brasileira de artes e cultura**, Porto, v. 3, n. 2, p. 10-24, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/taa/article/view/10248/9332>. Acesso em: 23 out. 2022.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESSAADANI, A. **Knowing what exists to help decide: the context of the implementation of the 'Etats généraux de la culture au Maroc'**. Communication at Mapping Culture: Debating Places and Spaces Conference, Valetta, 2015. Disponível em: <https://valletta2018.org/wp-content/uploads/2015/05/Cultural-Mapping-Debating-Spaces-Places-programme.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, S.; TARGINO, J.; GRANATO, L. A política cultural e o governo Bolsonaro. **Brasiliana, [s.l.]**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/231672>. Acesso em: 23 out. 2022.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GIL, G. **Discurso de posse no Ministério da Cultura**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://gilbertogil.com.br/conteudo/textos/>>. Acesso em: 11 out. 2022.

HERMET, G. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais 2007-2010**. Rio de Janeiro, 2013.

ICOMOS. **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. México, 1982. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%A2ncia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

IPHAN. **São Félix (BA)**. Brasília, [2023]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/476/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ITAÚ CULTURAL. **Análise da lei federal de incentivo à cultura: 2010-2020**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/analise-da-lei-federal-de-incentivo-a-cultura-2010-2020>. Acesso em: 20 mar. 2023.

JOLY, F. **A cartografia**. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARSHALL, A. **Principle of economics**. New York: Macmillan, 1891.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.

MORAES, A. L. C. **A análise cultural: um método de procedimento em pesquisas**. São Paulo, 2016.

PAIVA NETO, C. Políticas de fomento à cultura na Bahia. *In*: PAIVA NETO, C. **Análise comparativa da política federal de fomento à cultura e da política estadual de fomento à cultura da Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2019.

PITOMBO, M. Cultura e desenvolvimento: uma agenda para as políticas culturais. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 27, n. 2, p. 215-239, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/24029>. Acesso em: 20 mar. 2023.

REIS, A. **Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REIS, A. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

REIS, P. F. **Políticas culturais do governo Lula: desafios do primeiro mandato e prioridades para um segundo**. Salvador: UFBA, 2007.

ROSÁRIO, N. M.; CÔRTEZ, C. N. Mapeamento cultural e instrumentos legais: subsídios

para valorização da diversidade cultural e construção de políticas públicas. *In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE CULTURAL*, 3., 2014, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21281/2/Mapeamento%20Cultural_spdc14_neusamartins-e-clelia-neri-cortes.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

RUBIM, A. **Agentes culturais**: delimitações e contextos de atuação. Salvador: UFBA, 2017.

RUBIM, A. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. *In: NUSSBAUMER, G.* (org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2017.

RUBIM, A. Políticas culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *In: ENECULT*, 3., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2006.

RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In: RUBIM, A.; BARBALHO, A.* (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11- 36.

RUBIM, A.; PAIVA NETO, C. Panorama do financiamento e fomento à cultura: estados e Distrito Federal. *In: RUBIM, A.; VASCONCELOS, F.* (org.). **Financiamento e fomento à cultura no Brasil**: estados e Distrito Federal. Salvador: EDUFBA, 2017.

SACCO, P. **Cultural mapping and system-wide cultural districts**: results from Italian and Swedish Case Studies. Communication at Mapping Culture: Debating Places and Spaces Conference, Valetta, 2015. Disponível em: <https://valletta2018.org/wp-content/uploads/2015/05/Cultural-Mapping-Debating-Spaces-Places-programme.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SANTANA, T. Casa de Cultura de São Félix: a história sobrevive. **Reverso Online**: jornal laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 4 maio 2015. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/casa-de-cultura-de-sao-felix-a-historia-sobrevive/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, C. S. *et al.* Interdisciplinaridade e políticas públicas: perspectivas no Brasil atual. **Inter-Legere**, Natal, v. 4, n. 31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n31ID26500>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHNEIDER, C S. As cidades de tempos lentos: patrimônio cultural, desenvolvimento e políticas públicas. **Colóquio**: revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 16, n. 2, ed. esp, p. 51-76, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26767/1216>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCOTT, A. A new map of Hollywood: the production and distribution of American motion pictures. **Regional Studies**, Cambridge, v. 36, n. 9, Dec. 2002.

SEEMANN, J. “Cartografia cultural” na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 61–82, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4214>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SEMENSATO, C.; BARBALHO, A. A lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 85-108, 2021.

STEWART, S. **Cultural mapping toolkit**: a partnership between Legacies Now and Creative City Network of Canada. Province of British Columbia, 2010. Disponível em: https://www.saskculture.ca/content/grant_application_files/cultural_mapping_toolkit.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

TOLILA, P. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa na educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Decreto Legislativo de nº485/2007**. Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sobre a proteção e promoção da Diversidade Cultural UNESCO. [S.l.], 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6177.htm. Acesso: 11/08/2022

UNESCO. **La dimension culturelle du développement**: vers une approche pratique. Paris, 1994.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Políticas Culturais**: informe final. Paris: Unesco, 1982.

UNCTAD. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Creative economy report 2010**. Geneva, 2010.

WEISSMANN, L. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v26n27/04.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

**APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO NAS
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

<p>MAPEAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE SÃO FÉLIX BAHIA <i>Coleta e organização de dados culturais</i></p>
Número do Formulário/Inscrição:
BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO
Categoria (tipo de equipamento/ manifestação/ grupo-artista/ serviço):
Nome do equipamento/ manifestação/ grupo-artista/ serviço:
Nome do responsável do equipamento/ manifestação/ grupo-artista/ serviço:
Data de criação (dia/mês/ano ou desde ano):
Endereço (sede/realização):
Contato (telefone/ e-mail/ endereço):
Possui ATA e Estatuto de fundação? () Sim () Não () Em elaboração
Possui constituição jurídica (CNPJ): () Sim () Não Nº do CNPJ: _____
E-mail de contato:
Área de atuação:
Ponto de Cultura: Sim () Não () Desde que ano: _____

BLOCO II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS	
1. Nome:	
2. Qual a sua Raça/Cor?	() Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo () Nenhuma
3. Escolaridade:	
4. Profissão:	
5. Filhos: Sim () Não ()	Quantos:
6. Seus familiares participam do grupo? Quais?	
7. Quantas horas você dedica ao grupo?	
8. Qual é a sua função no grupo?	
BLOCO III – HISTÓRICO: ORIGEM E TRANSFORMAÇÕES	
9. Fale um pouco da manifestação. Quando começou?	
10. Qual (is) a (s) principal (is) atividade (s) do grupo?	
11. Qual a média de escolaridade do grupo?	
12. Quais são os critérios para participar do grupo?	
13. A manifestação está ligada a alguma religião? Sim () Não () Qual (is)?	
14. Vocês já se apresentaram fora do município, do estado ou país? Sim () Não () Onde?	

15. Desenvolvem algum evento próprio?
16. O grupo desenvolve cursos ou oficinas? Sim () Não () Qual (is)? Com que frequência?
17. Para qual público se destina as ações?
18. A manifestação é vinculada ao: () Poder Público () Privado () OSC
19. A manifestação tem acesso à internet? () SIM () NÃO. Caso SIM, acessa onde? () em casa () no trabalho () Infocentro () outro. especifique:
20. A atividade cultural é sua principal fonte de renda da manifestação? () Sim, é minha única fonte de renda () Sim, é a principal fonte de renda () Não é a principal fonte de renda
21. Caso a cultura não seja sua única fonte de renda, qual sua outra área de atuação?
22. A Manifestação cobra pelas apresentações realizadas? () Sim () Não Caso tenha marcado SIM, qual a média de valor cobrado: _____
23. Qual a periodicidades das apresentações do equipamento/ manifestação/ grupo- artista/ serviço?
BLOCO IV – DOCUMENTOS E RECURSOS
24. Qual o custo para a realização da manifestação? O que é necessário?

<p>25. Vocês têm sede própria para encontros e ensaios? Sim () Não () Onde?</p>
<p>26. Já tiveram acesso a algum edital público ou conhecem esse mecanismo? Sim () Não ()</p> <p>Qual (is)? <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Institucional/Empresarial <input type="checkbox"/> Outro: _____</p>
<p>27. Se já submeteu, foi aprovado?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Nunca submeti propostas a editais de cultura</p>
<p>28. Quem são os principais incentivadores/patrocinadores/apoiadores das ações e equipamentos culturais de São Félix/BA?</p> <p><input type="checkbox"/> Comunidade, associações e sindicatos <input type="checkbox"/> Empresas privadas e/ou comércio local <input type="checkbox"/> Administração pública local <input type="checkbox"/> Outro. Especifique</p>
<p>29. Como conseguem recurso para os gastos com o grupo?</p>
<p>30. O que é necessário para a manutenção e atuação do grupo?</p>
<p>31. Os integrantes recebem algum valor pelas apresentações? Sim () Não ()</p> <p>Quanto? _____</p>
<p>32. Quantas pessoas trabalham diretamente para o grupo? <input type="checkbox"/> Em qual (is) função?</p>
<p>33. Como é feita a divulgação de atividades do grupo?</p>
<p>34. Para os eventos realizados pelo grupo algum serviço é contratado? Sim () Não () Qual (is)?</p>

35. Há algum registro da manifestação em algum órgão, site, livro, revista ou secretaria? Sim () Não () Qual (is)?
BLOCO V – CULTURA
36. O que é Cultura para você?
37. Acerca do Sistema Municipal de Cultura/SMC de São Félix/BA (Lei Nº 341, de 2017): <input type="checkbox"/> Conhece <input type="checkbox"/> Desconhece <input type="checkbox"/> Ouviu falar
38. Acerca do Política Estadual de Cultura da Bahia (LEI Nº 12.365, de 30/2011): <input type="checkbox"/> Conhece <input type="checkbox"/> Desconhece <input type="checkbox"/> Ouviu falar
39. Acerca do Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – SIIC: <input type="checkbox"/> Conhece <input type="checkbox"/> Desconhece <input type="checkbox"/> Ouviu falar
40. Onde a manifestação apresenta mais dificuldade? <input type="checkbox"/> Planejamento e execução de projetos <input type="checkbox"/> Captação de recursos (patrocínio /apoio) <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos culturais <input type="checkbox"/> Aproximação e diálogo com artistas, organizadores ou gestores culturais locais
41. O que você acha das manifestações culturais de São Félix/BA são? <input type="checkbox"/> Suficientes <input type="checkbox"/> Insuficientes <input type="checkbox"/> Sem variedade de opções <input type="checkbox"/> Com opções variadas (teatro, shows, manifestações populares)

42. O que você acha do Departamento responsável pela cultura em São Félix/BA é?

- Atuante
- Pouco atuante
- Desconhece

Justifique:

43. O que você acha da atuação da Secretaria de Cultura do Estado em relação aos municípios do interior?

- Atuante
- Pouco atuante
- Desconhece

Justifique:

44. Você já participou de alguma atividade(s) promovida(s) pelo Departamento responsável pela cultura em São Félix/BA e/ou pela Secretaria de Cultura do Estado (Secult/BA)?

- Sim.

Especifique qual (is) _____

- Não

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA

Tema da Dissertação: MAPEAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE SÃO FÉLIX - BAHIA

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo geral a criação de um mapeamento que apresente a localização e as principais informações das manifestações artísticas e culturais do município de São Félix.

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA

Por meio desta, autorizo SHEYLA MONTEIRO DE OLIVEIRA a utilizar e publicar os dados fornecidos por mim através de entrevistas e observações e questionários, além de meu nome e de minha imagem em trabalhos exclusivamente acadêmicos na dissertação de mestrado: Mapeamento de manifestações artísticas e culturais de São Félix - Bahia

São Félix, ___/___/_____

(assinatura do entrevistado)

ANEXO A – LEI MUNICIPAL DE Nº 341 DE 03 DE MARÇO DE 2017 – DISPÕE DA CRIAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
GABINETE DO PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO FÉLIX
Construindo uma nova história

LEI MUNICIPAL DE Nº 341, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

“Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura a dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX, ESTADO DA BAHIA, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu, ALEX SANDRO ALELUIA DE BRITO, Prefeito do Município de São Félix- BA, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura, com finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pelo exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural em São Félix.

Art.2º - O sistema Municipal de cultura observará os seguintes princípios:

- I. Reconhecimento a valorização da diversidade cultural do município
- II. Cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área de cultura
- III. Complementaridade nos papéis dos agentes culturais
- IV. Cultura como política pública, transversal e qualificadora do desenvolvimento
- V. Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil
- VI. Democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, as bens e serviço
- VII. Integração e interação das políticas, programas, projetos e ação desenvolvidas
- VIII. Cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;
- IX. Liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;
- X. Territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

Art.3º - O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

- I. Conselho Municipal de Cultura
- II. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
- III. Departamento de Cultura
- IV. Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
- V. Biblioteca Municipal Valdomiro Deiró Lefundes
- VI. Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos
- VII. Casa da Cultura Américo Simas
- VIII. Infocentro Municipal

§ 1º - O Sistema Municipal de Cultura contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional:

- I. Plano Municipal de Cultura;
- II. Mecanismo Permanente de Consulta – Fórum Municipal de Cultura e Conferencia
- III. Fundo Municipal de Cultura
- IV. Sistema de Informações e Indicadores Cultural

Praça Rui Barbosa, s/n, Centro. São Félix-Ba CEP 44.340-000
CNPJ/MF Nº 13.828.389/0001-00
gabinete@saofelix.ba.gov.br

Publicado no Diário
 Em 07/03/2017
 Ass. [Assinatura]
 Antonio Carlos dos Reis Mendes
 CHEFE DE GABINETE



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
GABINETE DO PREFEITO



V. Programa de Capacitação e formação na área Cultural

§ 2º - O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e convergente aos sistemas Estaduais e Nacionais de Cultura, potencializando, através destes, o alimento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§ 3º - Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura, organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Cultura, já criado em 31 de março de 2008, Lei Nº 138/2008, é um órgão colegiado de caráter deliberativo, opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão de cultura do município, com participação majoritária da sociedade civil, que colabora na elaboração e fiscalização da política cultural do município, tem as seguintes finalidades:

- I. Propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público.
- II. Fomentar a realização de estudos, eventos, atividades permanentes e de pesquisa na área cultural.
- III. Definir diretrizes para a política cultural a ser implantada pela administração pública municipal.
- IV. Propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural.
- V. Colaborar na articulação de ações entre organismos públicos e privados da área de cultura.
- VI. Emitir e analisar pareceres sobre o financiamento público de iniciativas e instituições culturais do município.
- VII. Estudar e sugerir medidas que visem a expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, no que se refere a Cultura.
- VIII. Incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município.
- IX. Promover a articulação com outros conselhos e entidades afins, objetivando intercâmbio, acúmulo de experiências e ações conjuntas.
- X. Definir critérios para o estabelecimento de convênios entre a administração pública municipal e organizações públicas ou privadas a serem firmados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer no âmbito da implementação de políticas culturais
- XI. Pronunciar-se sobre qualquer intervenção que venha a incidir sobre os bens imóveis de valor histórico.
- XII. Zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do município, oferecendo sugestões à administração pública municipal.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Cultura, cujo regimento é aprovado em eleição dos membros, é composto de 06 membros representativos da sociedade civil e 04 do poder público, com mandato de 02 anos.

Praça Rui Barbosa, s/n, Centro. São Félix-Ba CEP 44.340-000
CNPJ/MF Nº 13.828.389/0001-00
gabinete@saofelix.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
GABINETE DO PREFEITO



Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Órgão Oficial de Cultura, subordinado diretamente ao Prefeito, constitui-se no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 6º - O Departamento de Cultura, regulamentado pela lei municipal nº 164 de 13 de julho de 2009, unidade integrante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação de memória cultural e zelar pelo patrimônio artístico, histórico, cultural, ambiental e paisagístico do município.

§ 1º - Para atingir as finalidades de seu funcionamento o Departamento de Cultura coordenará e articulará as ações desenvolvidas nos demais equipamentos culturais, a saber: Biblioteca Municipal Valdomiro Deiró Lefundes, Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos, Casa da Cultura Américo Simas e Infocentro Municipal.

Art. 7º - A Diretoria de Promoção da Igualdade Racial, criada pela Lei nº 278, de 29 de outubro de 2013, combinado com o artigo 4º, incluindo no art.16, Inciso III, a alínea g, da Lei Municipal nº 164/2009 e criando o art. 37-A.

Art. 8º - A Biblioteca Municipal Valdomiro Deiró Lefundes, é responsável:

- I. Pela promoção da leitura e a difusão do conhecimento, congregando acervos de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados a estudos, à pesquisa e à consulta por parte de seus usuários.
- II. Constituir formas de lazer para as crianças, jovens, adultos e idosos, através de ações lúdicas e educativas.
- III. Proporcionar aos estudantes e estudiosos enriquecer o seu conhecimento manter o intercâmbio de informações com outras bibliotecas, centros de documentação e órgãos afins

Art. 9º - O Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos, criado pela Lei nº 022/94, dispõe sobre é responsável:

- I. Por zelar pela preservação do acervo documental intermediário e histórico, possibilitando o estudo, pesquisa e a consulta pelos seus usuários e pela comunidade em geral.
- II. Receber, por transferência ou recolhimento, os documentos produzidos e acumulados pelo poder público municipal; receber, por doação ou compra, documentos de origem privada de interesse do município.
- III. Produzir documentos que registrem expressões culturais da comunidade; promover integração sistêmica com os arquivos correntes e setores de protocolo da Prefeitura Municipal; manter intercâmbio com instituições e afins, nacionais e estrangeiras;

Art. 10º - A Casa da Cultura Américo Simas, é responsável:

- I. Por promover incentivar a proteção ao meio ambiente, histórico e cultural do município dinamizando suas expressões artísticos culturais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
GABINETE DO PREFEITO



- II. Ampliar o conhecimento e ações culturais por meio de atividades artísticas, culturais e recreativas.
- III. Realizar cursos regulares e cursos livres, relacionados às artes e à cultura em geral.
- IV. Criar opções de lazer cultural à comunidade sanfelixta.
- V. Proporcionar exposições das obras de artistas locais; organizar palestras com temas culturais relacionando-os com temas sociais, econômicos, ambientais e profissionais.
- VI. Reunir artistas para discutir ações culturais, procurando a união para difundir e ampliar a cultura sanfelixta.

Art. 11º - O Infocentro Municipal é responsável por:

- I. Proporcionar a chamada inclusão digital, que é considerada um caminho fundamental para a inclusão social.
- II. Engendrar nos usuários a percepção das potencialidades do uso das tecnologias de informação e comunicação; desenvolver nos usuários habilidades para uso do computador, internet e mídias digitais.
- III. Propor soluções criativas e participativas para demandas culturais da comunidade local a partir de cursos, oficinas e encontros.

Art. 12º - As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

Art. 13º - O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento de ação cultural no âmbito do município, deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta lei ser elaborado e/ou ajustado pelo órgão oficial de cultura, com participação das diversas instancias de consulta.

Parágrafo Único – O Plano Municipal de Cultura será submetido à homologação do Executivo Municipal, através de decreto específico.

Art. 14º - Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura competindo-lhe prover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 1º - O FMC é vinculado à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º - O gestor e ordenador das despesas do Fundo Municipal de Cultura será o titular do Órgão Oficial de Cultura, nomeado pelo Prefeito.

§ 3º - A fiscalização da aplicação dos recursos do FMC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 15º - Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Cultura:

Praça Rui Barbosa, s/n, Centro. São Félix-Ba CEP 44.340-000
CNPJ/MF Nº 13.828.389/0001-00
gabinete@saofelix.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
GABINETE DO PREFEITO



- I - Transferências à conta do orçamento geral do município.
- II - Transferências realizadas pelo Estado e pela União.
- III - Receitas diretamente arrecadadas pelas unidades integrantes dos Sistemas Municipal de Cultura;
- IV - Contribuição de mantenedores, na forma de regulamento específico;
- V - Auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- VI - Doações e legados;
- VII - Saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;
- VIII - Saldos remanescentes de exercícios anteriores;
- IX - Outros recursos a ele destinados na forma da lei.

Parágrafo único - O Chefe do poder executivo fixará o montante dos recursos orçamentário destinados ao FMC em cada exercício financeiro e os limites mensais e anuais de contribuição que poderão ser deduzidos pelos patrocinadores contribuintes do ISSQN do imposto apurado mensalmente.

Art. 16º - O Regulamento do FMC aprovado pelo Chefe do Poder Executivo definirá:

- I - As áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo FMC;
- II - Os limites de financiamento;
- III - Os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;
- IV - As formas de prestação de contas.

Parágrafo único - O regulamento do FMC deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 17º - Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 18º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei no prazo de 90(noventa) dias de sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 19º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DE PREFEITO DE SÃO FÉLIX, EM 03 DE MARÇO DE 2017.

ALEX SANDRO ALELUIA DE BRITO
 Prefeito Municipal.

Praça Rui Barbosa, s/n, Centro. São Félix-Ba CEP 44.340-000
CNPJ/MF N° 13.828.389/0001-00
gabinete@saofelix.ba.gov.br

Este mapeamento é o fruto colhido da dissertação “Mapeamento de Manifestações Artísticas e Culturais de São Félix - Bahia e suas potencialidades para economia local” submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração de Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas, turma fora de sede em parceria com Itaú Cultural. Orientado por Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro





“A cultura brasileira, cuja diversidade tem reconhecimento internacional, é o grande patrimônio do país, bem como nossos ecossistemas, que guardam em si a maior biodiversidade do mundo”.

Gilberto Gil – Cantor

Dedico este trabalho, aos trabalhadores da cultura de São Félix, a teia que dá cor e significado a esta cidade.



Adelina Ferreira

Adelina Ferreira, artesã desde 2010, busca, através do artesanato, incentivar outras mulheres a garantirem sua independência financeira.

Tudo teve início com a saudade que sentia do avô, que sempre usava um chapéu modelo africano Kufi. A partir da boa lembrança, numa máquina de costurar tentou reproduzir aquele chapéu que tanto a fazia lembrar do seu avô. Deu certo. Quando sua arte ficou pronta, todos começaram a falar do seu talento e aí surgiu Adelina Artesã. Se aperfeiçoou em vários cursos e hoje se considera uma artesã mais voltada para o **rechiliier**.



No final de 2019, Adelina criou o Coletivo das Artes, que realiza, de forma gratuita, oficinas de costura criativa. As formações possibilitam geração de renda e contribuem com o orçamento de algumas famílias, capacitadas para o mercado de trabalho.

Sua principal dificuldade é apoio financeiro, para manter o coletivo.

Contator:
Adelina Ferreira
Cid. 75 9 8836492
Instagram: Coletivo das Artes

Ana Fraga

Ana Fraga é artista visual e rezadeira. Nasceu em 25 de novembro de 1974, em São Félix. Como rezadeira, relata que foi convocada para exercer esse papel na Terra. Atende a todas as pessoas que acreditam na espiritualidade, indo ao encontro dos necessitados, sem cobrar pelo trabalho.

A artista tem atuado em diversas iniciativas, a exemplo do Instituto do Recôncavo, onde, entre 2004 e 2005, exerceu as funções de diretora administrativa e vice-presidente e elaborou projetos artísticos e culturais com vistas à captação de recursos. O projeto "Um olhar sobre a cidade", criado e executado por ela, resultou na exposição "A cidade em preto e branco" que exibiu imagens históricas de São Félix, restauradas e digitalizadas, ao lado de fotografias atuais daqueles espaços.



Artista premiada, em 2006, Ana Fraga recebeu do Centro Cultural Dannemann, em São Félix, a Menção Especial da VIII Bienal do Recôncavo. Ela também foi agraciada com o Prêmio Matilde Matos da Fundação Cultural do Estado da Bahia, em 2007. Viajou para Portugal, em 2017, onde participou de uma residência, como continuação da obra "Tombado". Em 2020, recebeu o Prêmio Jorge Portugal, pela obra Rio de Tudo Isso II. Como artista independente, seu maior desafio é conseguir apoio financeiro para o desenvolvimento dos seus projetos artísticos.

Contatos:
 Ana Fraga
 T+L: 71 9 93629608
 Facebook: Ana Fraga (Ana Fraga)

Associação Cultural Filhos de Nagô

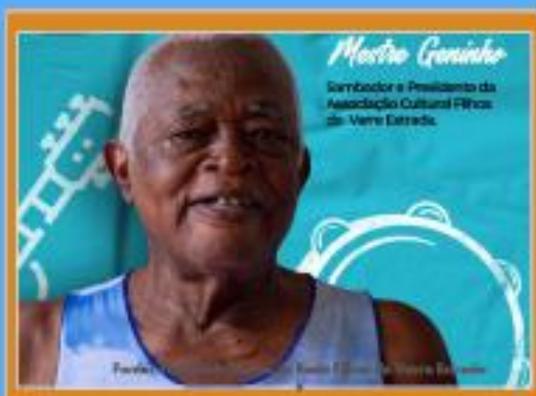
O samba de roda Filhos de Nagô nasceu em 13 de maio de 1970, durante uma reunião entre três amigos que resolveram formar um grupo musical. No entanto, somente em 26 de julho de 1992 que se tornou, oficialmente, a Associação Cultural Filhos de Nagô. Reconhecida pelo seu ritmo musical, vem se apresentando em vários eventos e festivais, dentro e fora da Bahia e tem CD gravado. Seus desafios estão concentrados na captação de recursos para a gravação de CDs e circulação do show. Integram o grupo os músicos: Valmir Francisco, Agostinho de Jesus, Renilson Conceição, Luiz Moreira, Luiz Carlos França, Cezar do Samba, Aristides Magalhães, Nelito Souza, Everaldo Passos, Carlos Nunes, Antônio Marcos, Robson Damiano, Genivaldo, Giovani, Vardinho e Jandiaro.



Contatos:
 Evandro César
 Tel.: 75 42486311
 Facebook: Associação Cultural Filhos de Nagô

Associação Cultural Filhos do Varre Estrada

A Associação Cultural Filhos do Varre Estrada, fundada em 13 de junho de 1972, criou o grupo Samba de Roda Filhos do Varre Estrada, tendo como presidente o Sr. Geninho, que aprendeu o ofício com os mais velhos da família. Eugênio Bispo da Silva nasceu em São Félix-BA, no ano de 1937. De família humilde, ficou órfão de pai e mãe, ainda criança, e precisou começar a trabalhar muito cedo. É desde cedo também que começa a sua paixão pelo samba de roda. Aos 18 anos, comprou o seu primeiro pandeiro e não parou mais. Atualmente, aos 83 anos, Mestre Geninho, esbanja alegria e satisfação pelo legado que construiu como compositor e vocalista do grupo, formado por músicos que tocam o samba corrido e cadenciado, levando alegria por onde passa e muito samba no pé.



O Samba de Roda Filhos do Varre Estrada se apresenta em vários eventos da cidade, como Festa de Cosme e Damião e 2 de julho, como também de municípios vizinhos, a exemplo de Cruz das Almas, Muritiba, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Assim como outros atores locais enfrenta dificuldades na captação de recursos para a gravação de CDs, realização de shows e continuidade de suas tradições musicais.

Contatos:
Eugênio Bispo
Rua Largo do Cemitério
Facebook = Samba de Roda Filhos do Varre Estrada

Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes

A Biblioteca Pública Waldomiro Lefundes é um equipamento municipal que existe, desde 2003, no prédio de uma antiga escola pública. É um espaço de incentivo à leitura, que tem como seu maior desafio a diversificação das atividades, que podem ser ofertadas, através de parceria com outros atores e instituições culturais.

No espaço, sempre acontecem ações como contação de histórias e encontros de grupos culturais.



Contatos:
Elio Neto
Tel.: 75 9 83191283
Facebook: Departamento Municipal De Turismo De São Félix

Capoeira Angoleiros do Sertão em São Félix

O Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão surgiu na cidade de Feira de Santana - BA, em 1980, fundada pelo mestre Cláudio Costa. O mestre passou o ensinamento da capoeira angola, fortalecendo as manifestações da cultura popular e resgatando as tradições ancestrais do povo preto. No entanto, apenas em 2012 o núcleo de Capoeira Angoleiros do Sertão em São Félix foi fundado, iniciativa de Trienel Orikerê, que iniciou sua vivência na capoeira em outubro de 1990, onde teve seu primeiro contato com o Mestre Cláudio.



Em 2007, foi formado em Trienel e em 2009 passou a ministrar oficinas de capoeira pelo Brasil. Atua como luthier na produção de berimbau e reco-reco. Para ele, o grupo necessita de formação para a elaboração de projetos e outras formas de captação de recursos, visto que as maiores necessidades do grupo são de apoio financeiro. Atualmente, o grupo não tem sede própria e vem realizando suas atividades em espaços públicos.

O núcleo de Capoeira Angoleiros do Sertão em São Félix vem realizando, gratuitamente, oficinas para crianças e adolescentes do município, fortalecendo a preservação da cultura local

Contatos:
Orikerê
Tel: 75 9942 5930
Endereço: Ladeira dos Milagres
Facebook - Angoleiros do Sertão São Félix-BA

Casa da Cultura Américo Simas

A Casa da Cultura Américo Simas, fundada em 1984, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e mantida pela Prefeitura Municipal de São Félix, desde sua fundação. Seu acervo histórico é bastante acessado por estudantes brasileiros e estrangeiros para pesquisas e estudos sobre a história do Recôncavo e suas vivências, constituindo-se como um dos grandes patrimônios da região.

A Casa da Cultura abriga os mandus, as cabeçorras e a burrinha, belas manifestações populares do Recôncavo. O espaço é utilizado por várias instituições locais para a realização de oficinas de capoeira, percussão, e dança, por grupos de produção de artesanato e para encontros dos sambas de roda e outras atividades. O espaço conta ainda com um pequeno palco para apresentações artísticas.

No início, havia um movimento muito intenso, mas ao longo do tempo, o imóvel foi se desgastando e passou por diversas reformas, o que começou a alterar a dinâmica de funcionamento do ambiente. Apesar de ainda precisar de reformas, é um espaço muito importante para a cultura do município.



Contatos:

Instagram: @sao Felix

Tel: 75 9 83191283

Facebook: Departamento Municipal De Turismo De São Félix

Casa de Farinha

Na comunidade Quilombola Terreno do Governo a produção de farinha é uma tradição. E é na Casa de Farinha que quase tudo acontece. Entre plantar e colher, raspar, ralar, prensar, processar, cozinhar e torrar a mandioca para fazer a farinha, os comunitários envolvidos na atividade aproveitam para relembrar as tradições com contação de histórias e cantigas que transformam a Casa de Farinha num espaço cultural orgânico. Sendo comunitária, o desafio está em manter a tradição, já que a cada dia menos pessoas participam do processo de feitura, muitas vezes tendo que pagar mão de obra para auxiliar no processo. Capacitações para a gestão do espaço e recursos para melhoria da logística também são pontos levantados pelos membros da comunidade. Liderança local, Dona Romilda dos Anjos, que aprendeu o ofício com os pais e trabalha na roça desde criança, vem passando o conhecimento, de herança ancestral, de geração em geração.



Contatos:
Romilda dos Anjos
Comunidade Quilombola Terreno do Governo
Tel: 75 9 92443013

Centro Cultural e Social Santa Bárbara

O Centro Cultural e Social Santa Bárbara, foi criado em 1º de agosto de 2018 com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a preservação da cultura de São Félix. O espaço físico onde está sediado o centro foi doado pela família da idealizadora Lucineide Santos, em homenagem à memória do seu pai Donato Alves que cuidou por mais de 20 anos da Gruta Milagrosa, localizada na Ladeira do Milagre.

O Centro desenvolve atividades multidisciplinares e colabora com a promoção da igualdade étnico racial e de gênero, privilegiando os campos da cultura, da arte e da educação. Desde a fundação já foram realizados, saraus, oficinas de educação ambiental, seminários e exposições. O público alvo são mulheres, mulheres negras, crianças, adolescentes, jovens e adultos.

O espaço é administrado pela própria comunidade e demanda apoio financeiro para sua manutenção e o desenvolvimento de novas ações. Outro ponto crítico para o centro é a situação da estrada que dá acesso ao local, que necessita de melhorias.



Contatos:
 Lucineide Souza
 Tel.: 71 9 91524013
 Facebook: Centro Cultural e Social Santa Bárbara

Dedinho do Pandeiro

Dedinho do Pandeiro é o nome artístico de Adrivan Alves. Nasceu em Uruçuba, mas foi trazido pela família para São Félix, com apenas seis meses de idade. Em 1989, começou sua carreira artística no grupo de Teatro. Em 1990, fez o curso de radialista, se tornou locutor, apresentador e animador. É um destaque na arte, através da linguagem do teatro, e na rádio com narração de histórias. Na música, Dedinho já gravou um CD e faz um trabalho percussivo, tocando ritmos tradicionais como o samba de roda e o forró. Participou de alguns programas de televisão como percussionista. Sua dificuldade está em conseguir apoio financeiro para tocar os seus projetos. É o idealizador do projeto Superando Obstáculos através da Arte. Em 2000, recebeu o título de cidadão sanfelixta.



Contatos:
Dedinho do pandeiro
Tel: 75 92577861
Facebook- Dedinho Do Pandeiro

Edna Cerqueira Macêdo

Edna Cerqueira Macêdo, professora aposentada, artesã desde 2003, realizou cursos de Artesanato na Casa Vincetino, onde aprendeu o vagonite, bainha aberta, ponto cruz. Na mesma época, frequentou o curso de Fuxico na Casa de Cultura de São Félix. Hoje, participa do coletivo de artesanato do município, de feiras expondo seu artesanato em diversos lugares como Feira de Santana, Salvador, Cruz das Almas, Cachoeira, dentre outras. Suas necessidades são espaço para a confecção de suas obras e apoio financeiro para a participação nas feiras de artesanato.



Contatos:
Edna Cerqueira
Facebook: Edna Macedo Cerqueira

Fanfarra do Colégio Estadual Rômulo Galvão – FANFACERG

A Fanfarra do Colégio Estadual Rômulo Galvão – FANFACERG, surgiu em 1973, com o objetivo de compartilhar a Cultura de São Félix e aproximar a família da escola. Foi fundada por Rogério César Almeida que tinha um enorme amor pela Banda Marcial e foi o primeiro instrutor, até o ano de 1981, quando foi transferido para trabalhar na cidade de Cachoeira - BA. A banda já se apresentou em diversas cidades como: Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio, Cachoeira dentre outras. Com ensaios constantes ao longo dos anos, prepara seu repertório especial para os desfiles cívicos da Bahia.



Durante seu percurso, a fanfarra adquiriu um grande legado na formação musical de adolescentes e jovens de São Félix que tiveram a oportunidade de aprender um instrumento musical e, hoje, muitos deles vivem da música. Em 2000, conquistou o título de Vice-Campeã nível 1 pela Federação Baiana de Fanfarras. Para continuidade de suas atividades, a fanfarra necessita de recursos para a compra de novos instrumentos.

Contatos:
 Herson Peixoto
 Tel.: 75 3436-3818
 e-mail: hmetoapinto@gmail.com
 Rua São João Velho N° 23

Festa da Consciência Negra do Quilombo de Santo Antônio e Vidal

Cartões:
 ☎ Odara
 Tel.: 719 92899883
 Facebook: Quilombo S Félix

A Festa da Consciência Negra é realizada pela comunidade quilombola Santo Antônio e Vidal, na zona rural de São Félix. Durante o mês de novembro, são realizadas homenagens a Zumbi dos Palmares, através de uma programação em áreas diversificadas da cultura, tais como: roda de conversa, confrontando a história dos quilombos com a contemporaneidade, oficina de dança afro, roda de conversa sobre a estética afro e a auto estima da mulher preta, oficina de poesias, peça de teatro (produzida por jovens e crianças da comunidade) mesas temáticas com palestrantes e debatedores com temas diversificados (direito quilombola, masculinidade tóxica, sustentabilidade e coletividade, agricultura, artesanato, turismo local, saúde da mulher, direito da mulher, avanços e retrocessos para mobilidade do quilombo).

Como parte da programação, são realizadas contação de histórias locais, através da oralidade (griô) e oficinas de artesanato, de fabricação caseira de licores, de turbantes e de feitura farinha, produtos que são comercializados numa feira, cuja renda é destinada aos alunos de cada oficina. O público da festa também pode degustar, gratuitamente, produtos da culinária local, composta por iguarias provenientes da agricultura sustentável. Já os participantes das oficinas de dança, teatro e poesia, concorrem a prêmios com apresentações de trabalhos com temática quilombola.

Tudo em nome da preservação do legado cultural, combate ao racismo e valorização da cultura afrodescendente. Para a realização dessa atividade diversificada e extremamente importante para a valorização da cultura e da identidade quilombola, o grupo enfrenta desafios na captação de recursos, necessitando de apoio financeiro.



Festa de Nossa Senhora de Santana

A Festa de Nossa Senhora de Santana é celebrada todos os anos, no dia 26 de julho. É organizada com muito louvor, muita fé e união, por professores que festejam sua Padroeira, Nossa Senhora Sant'Ana e buscam, através da fé, dias melhores para Educação.

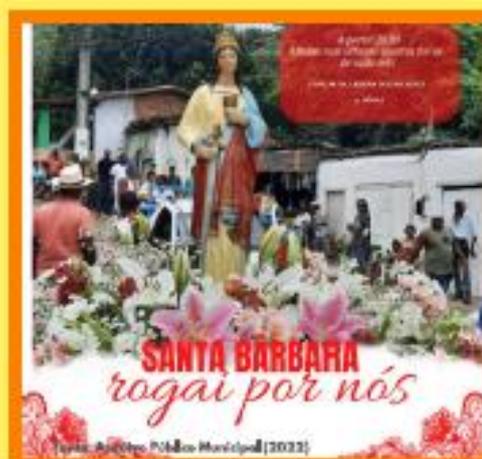


Contatos:
Helena Maria
Tel.: 75 9 99633504

Festa de Santa Bárbara

A Festa de Santa Bárbara acontece desde dezembro de 1971, na fonte da água milagrosa, localizada na Ladeira dos Milagres, como ficou popularmente conhecida. Os festejos movimentam um grande público no município de São Félix. Fiéis de toda a região vem beber da água milagrosa.

Desde o primeiro dia do mês de dezembro, são realizadas manifestações populares em louvor à Santa. Como parte da programação da festa, tríduo em honra a Santa Bárbara, missas, procissão, lavagem e apresentações musicais.



Durante os festejos, adeptos das religiões de matrizes africanas que também consideram reconhecem a Fonte dos Milagres como um lugar sagrado, realizam celebrações em homenagem a orixá Iansã.

Apesar de contar com o esforço de féis e o apoio da Prefeitura Municipal de São Félix, os desafios enfrentados são referentes à necessidade de recursos para manter a festa ativa. Fé não falta.

Contatos:
E-mail: info@saofelix.gov.br
Telefone: 75 9 82191282
Facebook: Departamento Municipal De Turismo De São Félix

Fundação Hansen Bahia - Fazenda Santa Barbara

A Fundação Hansen Bahia, foi criada em 19 de abril de 1976 por iniciativa do próprio artista Hansen Bahia, projetando a preservação de seu legado artístico e tornando-o base para a formação de novos talentos da xilogravura.

Atualmente, a Fundação está instalada em Cachoeira no pavimento térreo do prédio da rua 13 de Maio, onde dispõe de galeria e sala multiuso. A Fundação também possui um prédio próprio, situado na Rua Manoel Vitorino que abriga diversas atividades de cunho sociocultural e educativo. Em São Félix, na Fazenda Santa Bárbara, última residência do artista, funcionam o museu casa e o memorial póstumo. Na fazenda, aberta à visitação, são realizadas oficinas de xilogravura.

A Fazenda Santa Bárbara foi adquirida para ser a residência do casal Hansen Bahia e Ilse Hansen. Após a morte do artista, em 1978, cinco anos depois Ilse vem a falecer e a fazenda foi incorporada ao patrimônio da Fundação Hansen Bahia, de acordo com o Testamento de Ilse. Localizada em São Félix, a fazenda possui 25 hectares total (6,2 hectares de área utilizada pelo museu).

A instituição desenvolve e apoia projetos socioculturais nesses municípios, além de apoiar outros grupos, coletivos e manifestações culturais que realizam as suas atividades nos seus espaços, contando com parcerias institucionais como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

O desafio constante da instituição é a captação de recursos para a realização de suas atividades e manutenção dos seus equipamentos culturais.



Contatos:
Jansen Lima:
Tel: 75 9 42486311
Facebook: Fundação Hansen Bahia

Grupo de Capoeira Raça



O Grupo de Capoeira Raça está presente na cidade de São Félix desde 1993, através do trabalho do contramestre Valmir Ferreira, aprendiz orgulhoso do mestre Vovô. O objetivo do grupo é levar a cultura para todos os lugares, evitando que os jovens vão para as zonas de risco. A capoeira exige do aluno o comprometimento, o respeito e a valorização da família, trabalhando o corpo e a mente. Para Valmir, a importância da capoeira está em ensinar a humildade e o respeito ao próximo, além de ensinar aos jovens sobre a cultura negra em um município onde a grande maioria da população é negra. O grupo necessita de apoio financeiro para a realização de suas atividades, já que cobra uma taxa simbólica para seus alunos, destinada à aquisição do fardamento.

Contatos:
Valmir Ferreira
Tel: 75 9 81602204
IFacebook: Valmir Ferreira

Grupo de Baianas Sanfelixtas

O Grupo de Baianas Sanfelixtas, realiza apresentações nos principais eventos da cidade como nas lavagens, levando elegância e fé com seus trajes brancos. Foi fundado por Maria José Fontes, no ano de 2000, e é composto por adolescentes, jovens e adultos. Maria José, convidou algumas pessoas para se apresentarem na Lavagem de Nosso Senhor São Félix. O resultado motivou a continuidade do grupo que permaneceu ensaiando para se apresentar nos festejos do município. O principal papel do grupo é difundir a cultura e fortalecer a importância do respeito à ancestralidade. Atualmente, o grupo se apresenta em outras cidades, como Salvador, Muritiba, Castro Alves e Cruz das Almas. Com 23 anos de existência, o grupo não possui espaço próprio e necessita de apoio financeiro para a realização de suas atividades.



Contatos:
Maria José
Rua Luís Gonzaga
Tel.: 75 9 88401105

Grupo Cultural Afoxé Omin Ladê

O Grupo Cultural Afoxé Omin Ladê foi fundado, em 1954, pela lalorixá Nilza Pereira de Souza, a partir do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Otalac. É formado por crianças e adolescentes de São Félix.

O grupo nasceu a partir do momento em que Mãe Fia, como é popularmente conhecida na cidade, confeccionou uma roupa indígena para seu filho sair no desfile do 2 de julho. Várias mães pediram para ela criar um grupo onde fosse possível passar ensinamentos de cultura, respeito ao próximo, confeccionar suas próprias vestimentas e ensinar a dança de referência ancestral.

A manifestação cultural acontece nas festas cívicas, em especial nos desfiles em comemoração à Independência da Bahia, no dia 2 de julho. Junto às imagens da Cabocla e do Cabodo os Caboclinhos Omin Ladê representam o elemento indígena na formação de nossa identidade cultural.

Além dessas atividades, o grupo Cultural também desenvolve ações voltadas para o fortalecimento da comunidade.



Contatos:
 Antônio Jaime
 Tel.: 71 9 96925119
 Rua Aço do Hospital- São Félix BA
 Facebook: Afoxé Omin Ladê

Grupo de Dança Ouro Negro



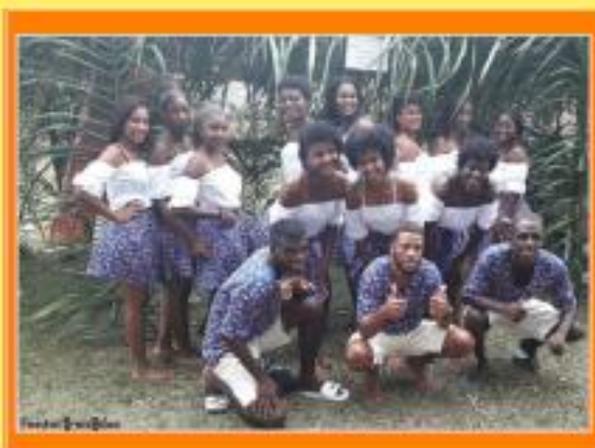
O Grupo de Dança Ouro Negro foi fundado por Maurine Almeida, em 2015, com o objetivo de fomentar em crianças, adolescentes e jovens de São Félix a conscientização, o pertencimento, a valorização da cultura ancestral, através da dança afro, além de disseminar essa cultura no município, com apresentações em espaços abertos. O grupo realiza ensaios e apresentações de danças, além de rodas de conversa com os familiares dos integrantes. Conta com o apoio da Casa de Cultura Américo Simas, que oferece seu espaço para a realização de ensaios, encontros e demais atividades. Os maiores desafios são a sustentabilidade do grupo e a construção de uma sede própria, visto que muitas das apresentações não são remuneradas. O grupo depende do apoio da sociedade civil e do poder público local para a sua sobrevivência.



Contator:
Maurine Almeida
Tel: 75 9 83192192
Facebook: Grupo de Dança Ouro Negro

Grupo Raízes Afro

O Grupo Raízes Afro é um grupo de dança que nasceu quando a comunidade foi reconhecida como Quilombola pela Fundação Cultural Palmares, em 2 de maio de 2016. O grupo já ensaiava antes disso e com a vitória do reconhecimento, os membros se reuniram e decidiram que a comunidade de Subahuma teria um grupo artístico organizado. Logo em seguida, foram convidados para realizar uma apresentação na comunidade Quilombola Santo Antônio e Vida, o que fortaleceu e motivou o grupo a permanecer unido.



O Raízes Afro realizou apresentações na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, em Cruz das Almas e na própria comunidade. A idealizadora do grupo, Irenildes Francisco, mulher preta, nascida e criada em Subahuma, trabalhou durante toda a infância e adolescência com agricultura familiar, vendendo nas feiras livres das cidades de Muritiba, Cachoeira e São Félix e atualmente, está cursando Bacharelado em Museologia, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira - BA.

O maior desafio enfrentado pelo grupo é a necessidade de apoio financeiro para a confecção de figurinos e a compra de equipamentos musicais para que possam continuar se apresentando.

Grupo Transforma

O Grupo Transforma foi fundado por Edneia do Nascimento, em 2014, com o objetivo de atuar para promover a elevação da auto estima e fortalecer o empoderamento de crianças e adolescentes do município de São Félix. Através da realização de ações como o concurso Miss Primavera, incentivar essas crianças e adolescentes a perceberem, valorizarem e mostrarem a sua beleza natural. O grupo enfrenta dificuldade de captação de recursos para a realização das atividades.



Contato:
Edneia do Nascimento
Rua Cel. João Severino da Luz Neto
Tel: 70 9 91346333
Facebook: Grupo Transforma

Instituto Cultural Danneman

O Instituto Cultural Danneman é uma iniciativa social da fábrica de charutos Dannemann, fundada pelo alemão Gerhard Dannemann, em 1873, em São Félix. As atividades industriais da fábrica provocaram profundas transformações socioeconômicas na vida da população Sanfelixta.

Em 1990, foi inaugurada o Centro Cultural Dannemann, na parte da frente da fábrica de charutos, que manteve as suas atividades. O Centro Cultural abrigava exposições e recebia, diariamente, visitantes de todo o país. O espaço foi palco de grandes eventos como o Festival de Filarmônicas do Recôncavo (FESTIFBR) e a Bienal do Recôncavo. Por questões técnicas, o Centro Cultural Dannemann precisou encerrar suas atividades, pois o Ministério da Saúde (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA) proibiu que fossem realizadas atividades culturais em ambientes ligados ao fumo.

Após o cumprimento de todas as exigências, em 10 de junho de 2013, foi fundado o Instituto Dannemann. Em 2016, tiveram início as atividades do projeto social, que visa atender jovens da comunidade local, com a oferta de atividades de reforço de leitura, escrita e matemática e oficinas de música, pintura, capoeira e dança.



Contatos:
Judite Ferreira
Tel.: 75 9 98267852
AV Salvador Pinto, n° 29

Iraildes Francisca Soares

Iraildes Francisca Soares, parteira, conhecida por todos como Dona Irá, é moradora da Comunidade Quilombola de Subhauma. Adquiriu o saber, a partir da necessidade de ajudar as gestantes nas comunidades. Parteira por mais de 30 anos, lembra, como se fosse hoje, o primeiro parto que realizou, na casa de Dona Albertina. A partir daí, não parou mais de realizar sua missão. Para estimular as gestantes na hora do parto, colocava um balde de água quente para a gestante se banhar e assim, acontecia com a naturalidade a chegada de mais um ser ao mundo dos homens, como diz ela em toda sua sabedoria. Dona Irá é uma referência dentro da sua comunidade.



Contato:
Iraildes Francisca
Tel.: 75 9 9333-6960

Lavagem do Beco do Fuxico

A Lavagem do Beco do Fuxico é um festejo da cidade que acontece desde 2001. Um beco em São Félix, a Rua Manoel Passos, sempre foi um ponto de encontro de amigos. Em 1994, o beco foi transformado em calçadão. Só em 2001, foi criada então a Lavagem do Beco do Fuxico, que acontece sempre no segundo domingo do mês de maio, homenageando as mães, no dia delas. Uma característica da marcante festa da lavagem é que os homens saem todos vestidos de baianas, acompanhado por uma fanfarra animando a cidade com seu ritmo.



Contatos:
Augusto César Soares
Tel: 75 9 9250982
Facebook: Lavagem do Beco do Fuxico



O nome Beco do Fuxico foi dado por Pascoal do Rosário, frequentador do beco, devido, segundo ele, a existência de muita fofoca no local.

A Lavagem Beco do Fuxico foi idealizada por Augusto César, Pascoal do Rosário e Guilherme Magalhães. A Lavagem do Beco do Fuxico, foi criada uma associação para realizar trabalhos ligados ao esporte com crianças e adolescentes, palestras e doações de cestas básicas para famílias necessitadas.

A última lavagem contou com participação de 120 baianas. Para os seus realizadores, o maior desafio encontrado para manter a festa é o engajamento de novas pessoas para dar continuidade à tradição.

Madalena Conceição

Madalena Conceição, é rezadeira da Comunidade Quilombola de Subhauma, onde mora. Conta que adquiriu os saberes da reza e das plantas com a sua família. A mãe era rezadeira, assim como a avó que também rezava. A reza foi passada de geração em geração. Com o poder da reza e do uso das plantas medicinais, Madalena cura alguns tipos de enfermidades tais como: ventre caído, olhado, dor de cabeça e cobreiro. Sua cura é através da fé. Rezar e curar as pessoas é um dom. Dona Madalena tem como referência na reza as benzedadeiras dona Isaura, Maria Fabiana e Maria Grande. Elas contribuíram muito para hoje ser quem é.



Contatos:
Ivândea Francisco
Tel.: 75 9 9232-0980

Núcleo Teatral Expressão

O Núcleo Teatral Expressão foi criado pelos amigos Magno do Rosário, Tatiane Ramos, Marlene Isidoro, Antônia de Araújo, Rafael de Oliveira, Maria Cristina e Bruno Erlon, que se reuniam para ensaiar alguns espetáculos. Hoje, o núcleo é reconhecido pelo trabalho que desenvolve. Seu registro aconteceu em 16 de abril de 2004, tendo como carro chefe o espetáculo Fuga e Dor Escrava, levado para Simões Filho, Cachoeira, Castro Alves, Governador Mangabeira, Muritiba, Fortaleza (CE) e Natal (RN). Em 2008 recebeu o título de ponto de Cultura do Governo do Estado da Bahia.



Núcleo Teatral Expressão enxerga como seu maior desafio a captação de recursos para a realização dos seus espetáculos, que demandam cenários, figurinos, maquiagem, dentre outras estruturas e profissionais que são necessários. As apresentações não são cobradas, exceto quando contratadas para eventos específicos.



Contatos:
 Magno do Rosário
 Rua Manoel Vitorino, nº 74
 Tel: 75 9 92327092

Ponto de Cultura Grupo Afrodescendentes

Fundado em 2013, pelo músico Aramis, o Grupo Afrodescendentes tem por objetivo aproximar, por meio da música, jovens que vivem em condição de vulnerabilidade social de atividades de reforço escolar e discussões sobre temáticas relacionadas a questões sociais variadas. Vem sendo convidado para participar de diversos eventos culturais, sobretudo no receptivo a turistas. Hoje, o carro chefe do Grupo Cultural é o repertório, de herança afrodescendente, que pulsa nas veias de seus ritmistas. Além de realizar apresentações musicais, o grupo também participa de palestras em escolas, incentivando assim outros jovens a carreira musical, realiza oficinas de percussão para alunos de escolas públicas. Em 2020, foi certificado pela Secult-Ba como ponto de cultura. Seus desafios se concentram na captação e gestão de recursos para o desenvolvimento de suas ações.



Contatos:
 Aramis de Oliveira
 Tel.: 75 9 982346318
 Ladeira de Misericórdia - São Paulo - BA
 Facebook: Ponto de Cultura Grupo Afrodescendentes

Puxada de Rede

A Puxada de Rede é uma manifestação Cultural de caráter religioso e popular, criada com o objetivo de homenagear Oxum, a deusa das águas, o Rio Paraguaçu e a Pesca.

A primeira apresentação, criada por Claudio Reina e Beatriz da Conceição, aconteceu em 2001. O grupo é composto por, aproximadamente, 25 pessoas, incluindo pescadores, lavadeiras, marisqueiras e mulheres de pescadores que levam a oferenda para a dona das águas, em agradecimento pela boa pescaria.

As apresentações acontecem a partir do toque dos instrumentos. Com muito respeito e devoção, o cortejo anda pela cidade, encantando a todos com seu ritmo e fé.

Os principais desafios da manifestação são a necessidade de uma sede própria para o grupo, que desde sua fundação realiza suas atividades na Casa da Cultura, e a captação de recursos para a produção e realização de suas apresentações.



Quadrilha Fogo Junino

A Quadrilha Fogo Junino surgiu diante da necessidade de manter a tradição da manifestação cultural dos festejos juninos, no município de São Félix. Antigamente, existiam várias quadrilhas no município e, no período de junho a julho, eram realizadas competições entre elas, o que, com o tempo, foi se perdendo. Em 2018, um grupo de amigos adolescentes se reuniam para ensaiar uma coreografia para apresentação no evento São João da Praça. Com o sucesso da apresentação, o grupo foi chamado para exibições nas cidades vizinhas de Cachoeira, Muritiba e Cruz das Almas. Os convites motivaram os participantes, surgindo, então, a Quadrilha Fogo Junino, que nos meses de junho a agosto realiza diversas apresentações. O grupo busca motivar novos participantes para manter viva a essência da quadrilha que é animar a todos com suas lindas vestimentas e sua impecável performance. Para Elton Lopes, líder do grupo, essa é uma tradição que não pode morrer em São Félix.



Samba de Roda Unidos do Salva Vidas

O Samba de Roda Unidos do Salva Vidas foi fundado pelo músico Luiz Reis, no dia 15 de agosto de 2002. Sr. Luiz nasceu na cidade São Félix, no ano de 1955, começando a tocar, ainda garoto, o timbal e o repique. Com o tempo, passou a se interessar pela cultura de São Félix e ainda mais pela música, tendo a ideia de fundar o grupo de Samba, na comunidade onde mora, o bairro Salva Vidas. Os primeiros músicos a integrar o grupo foram: Luís Reis, Ana Gilda, Antônio, Vau, Viana, Binho, Eduardo, Gui, Luciano, Dede, Gilvan e Neto.

A primeira apresentação do grupo foi na comunidade da Ladeira da Misericórdia em São Félix, convidado pela senhora Maria José, moradora local. O Samba de Roda do Bairro Salva Vidas se apresenta em várias cidades do Recôncavo Baiano. Com seu ritmo peculiar, leva alegria por onde passa e muito samba no pé.



Sociedade Filarmônica União Sanfelixta

A Sociedade Filarmônica União Sanfelixta, entidade fundada em 07 de setembro de 1916. São 106 anos de atividade no segmento da música, que visa levar a cultura em todas as classes sociais e todas as idades.

Faz um trabalho social no ensino da música, inclusive para crianças e adolescentes. Além da filarmônica, com mais de 50 músicos, mantém uma escolinha de música fonde atendo aproximadamente 120 alunos. Em 2015, iniciou o projeto Música nos bairros, realizando apresentações musicais e formando núcleos de ensino, fora da sede.

Fundada por amantes da música, Amâncio Francisco, João Maurício, Carlos Marcos, Hermelino Ferreira, Aristides Bruno, João Amaral, Plínio Carlos, Urbano Soares, Artur Barbosa e Tarçilo Brito, atualmente é presidida pelo músico Hadson Oliveira. Possuindo um prédio com excelente estrutura para realização das atividades, a instituição tem como desafio a captação de recursos para aumentar o seu corpo técnico e atender um público maior.



Contatos:
Hadson Oliveira
Tel: 75 9 9250445
Rua Ladaina da Misericórdia, n° 8
Instagram: Sociedade Filarmônica União Sanfelixta

São Félix Rock Festival

O São Félix Rock Festival é uma idealização do produtor musical Marcos Moura, e acontece desde 2019. Com o bellissimo cenário do Rio Paraguaçu, o festival que acontece anualmente, durante dois dias de shows, faz um trabalho de conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental, além de movimentar a cidade com o estilo musical. Para Marcos, o desafio da realização do festival é a captação de recursos, seja para conseguir financiamento privado ou de instituições públicas.



Contatos:
Marcos Moura
Tel.: 75 9 81223014
Facebook: [Marcos Moura](#)

São João na Praça



O São João na Praça é uma iniciativa do Departamento de Turismo da Prefeitura de São Félix- Ba. O objetivo é levar para a população local e para os turistas as atrações juninas, nos períodos matutino e vespertino, preservando seus aspectos tradicionais como apresentações de grupos de forró, quadrilha junina, vendas de comidas típicas, samba de roda e trança fitas, dentre outras. O primeiro São João na Praça foi realizado em 2010. O evento acontece todos os anos entre os dias 22 e 24 de junho, sendo um sucesso, trazendo diversão para toda a família, com muito forró e alegria. A realização da festa é por conta do município e o apoio financeiro do Governo do Estado é limitado, colocando em risco a sua continuidade.

Terezinha de Jesus Oliveira

Terezinha de Jesus Oliveira é artesã. Descendente de negros escravizados, nasceu em 1936, na cidade São Félix. Participou do Encontro Intelectual Negro promovido pelo Centro Cultural Negro. Conquistou o prêmio tapeçaria, na Bienal do Recôncavo. Aperfeiçoou seu artesanato com o aprendizado adquirido em várias oficinas. Como atriz, esteve em seriados como Jubiabá, Tenda dos Milagres e outros. Trabalhou como costureira na TV Globo e também no Canal Futura.

Em São Félix, participa de feiras, encontros, oficinas e reuniões. Faz parte do Conselho de Cultura. Tem registro de artesã pelo Sebrae e pelo Governo do Estado. Com mais de 60 anos de experiência, Dona Terezinha é sinônimo de Cultura e referência para toda cidade com seu artesanato e seus doces caseiros de tamarindo, jenipapo dentre outros que adoçam a vida de todos que a procuram.

Apesar do reconhecimento pela sua importância para a cultura do município, os desafios de Dona Terezinha, assim como dos demais trabalhadores da cultura do município, estão ligados à necessidade de apoio financeiro para manter o seu trabalho.



Contatos:
Terezinha de Jesus
Tel.: 75 34383195
Facebook: Tereza De Jesus

Trança Fitas



O grupo Trança Fitas nasceu como uma iniciativa de Albertina da Conceição de Jesus, professora da rede municipal de ensino. Albertina aprendeu Trança Fitas na cidade de Cachoeira, na década de 1990, realizando apresentações na Feira do Porto e na Festa da Boa Morte. Teve como referência Dona Vanda, que ensinou tudo sobre a manifestação cultural. Com o objetivo de resgatar a tradição ensinada por Dona Vanda, Albertina criou em 1995 o grupo de Trança fitas na cidade de São Félix, desde então vem ensinando a crianças e adolescentes a dança e a importância da tradição que tanto representa a cultura popular. Além de ensinar a dançar a Trança Fita, Albertina também busca por meio de rodas de conversas fortalecer e valorizar a cultura negra e incentivar crianças e adolescentes a se apropriarem de sua origem por meio de atividades lúdicas. Os ensaios do grupo acontecem na Escola Arlindo Rodrigues.

Contatos:
Albertina Conceição
Tel: 72 9 82856763

Terreiro Ilê Axé Ogunjá

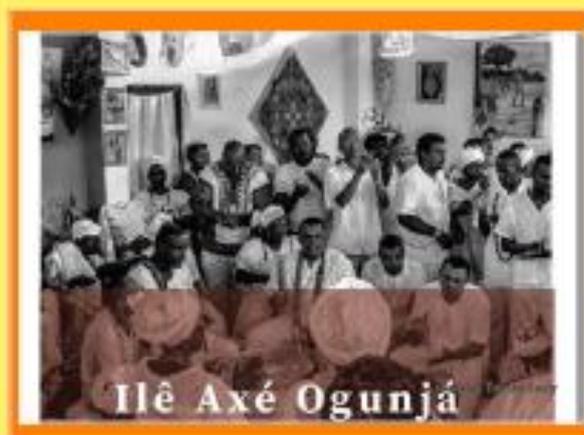
O Terreiro Ilê Axé Ogunjá, localizado no bairro Cento e Trinta e Cinco, em São Félix, foi fundado em 1982 por Antônio Carlos Santos da Silva, no bairro do Caquende, na cidade de Cachoeira. Após uma grande enchente do Rio Paraguaçu, no ano de 1989, e consequente inundação do terreiro, seus membros se viram obrigados a migrar para o endereço onde está localizado até os dias de hoje, na cidade de São Félix.

Pertencente à Nação Nagô Ijexá, além de homenagear os orixás, o Ilê Axé Ogunjá também reverencia os caboclos. Hoje, quem está à frente deste terreiro é Idelson da Conceição Sales, o Pai Idelson.

Seu calendário de festas acontece nos meses de janeiro, fevereiro e agosto, além das festas religiosas o Ilê Axé Ogunjá também oferece para a comunidade oficinas de Capoeira e corte costura. Essas e outras iniciativas carecem de apoio financeiro, ocorrendo de maneira voluntária pelos membros da comunidade. É Patrimônio Imaterial da Bahia, desde 2014, inscrito no Livro do Registro Especial de Espaços de Práticas Culturais Coletivas



Foto: Facebook/ Terreiro Ilê Axé Ogunjá



Ilê Axé Ogunjá

Contatos:
Pai Idelson
Tel.: 75 9 91167802
Avenida Jovino Lucas
Facebook: Terreiro Ilê Axé Ogunjá

Terreiro Raiz de Ayrá

O Terreiro Raiz de Ayrá foi fundado em 1917, pelo Babalorixá João Balbino dos Santos, conhecido como “João Três Toras”, em uma localidade conhecida como ‘310’. Deslocado devido a construção da Barragem Pedra do Cavalo, o Terreiro Raiz de Ayrá, estabeleceu-se na Baixa do Tubo, no bairro de Cosme de Farias, na cidade de Salvador. Por motivações espirituais, o Babalorixá precisou fundar outra sede, no bairro de Belford Roxo, cidade de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Na época, quem ficou à frente das atividades religiosas no terreiro, localizado na Baixa do Tubo, foi a lalorixá Raimunda José Santana dos Santos, casada com o Babalorixá João Balbino dos Santos. Assim, o reconhecido Terreiro, possuía na época duas sedes que eram conduzidos por João Balbino dos Santos, no Rio de Janeiro e, na Bahia, por Raimunda dos Santos, que contava com o apoio do Pejigã Irineu Ferreira e sua irmã, na época a Ekede, Mariá Ferreira, que, após o falecimento do Babalorixá, passou a conduzir o terreiro, posto que ocupa até os dias de hoje como lalaxé.

Após assumir o posto, Mãe Mariá Kacy percebe a necessidade de retornar ao Recôncavo e, com o apoio de seus irmãos, o Pejigã Irineu Ferreira e sua irmã Tomásia Ferreira, reabre em 9 de maio de 1976, com o nome “Raiz de Ayrá”, às margens do Rio Paraguaçu, na sua cidade de origem, São Félix, onde está localizado atualmente. O terreiro é o espaço de encontro entre irmãos e irmãs de santo, que entre uma obrigação e outra cantam e dançam repertórios referentes a adoração aos orixás cultuados por essa religião de matriz africana. Em 19 de novembro de 2014, o Terreiro Raiz de Ayrá foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial através do Registro Especial, Decreto n° 15.678, inscrito no Livro de Registro Especial dos Espaços destinados a Práticas Culturais Coletivas.



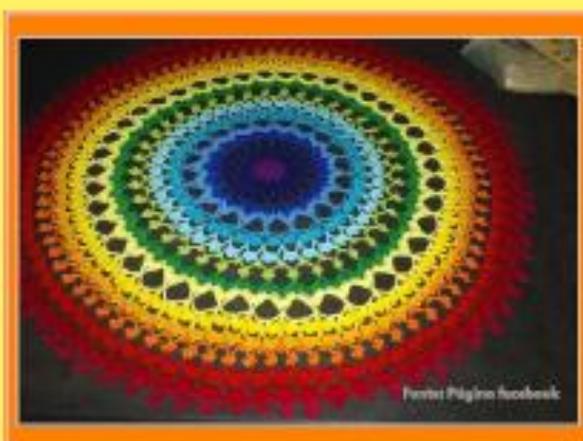
Contatos:
Mãe Mariá Kacy
Bairro 105

Vânia Moura



Vânia Moura, artesã de profissão, aprendeu a fazer crochê aos sete anos de idade. Nasceu em Salvador, mas mudou-se para São Félix com 10 anos. Na cidade, foi criando e recriando produtos feitos de crochê, bordado em tecido xadrez, bordado em chita, bolsas com material reciclado e bolsas com imagens de São Félix. Busca sempre aprimorar seus trabalhos através da participação em cursos. Seu carro chefe é a confecção de roupas feitas em crochê, já tendo realizado desfiles com seus produtos nas cidades de São Félix e Cachoeira.

A artesã, que participa de feiras no município e em cidades vizinhas, integrou o Grupo Mãos Talentosas, um coletivo de mulheres reunidas na Casa da Cultura para criar produtos diferenciados. Seu desejo é ter um espaço para expor seus produtos e apoio financeiro para possibilitar a comercialização dos trabalhos em eventos diversos.



Contatos:
Vânia Moura
Instagram: Vânia Glória de Castro

Colcha de Retalhos da Cultura de São Félix-Ba

Bloco V Questão 36	O que os atores da cultura de São Félix entendem como cultura
Nº do Formulário	Respostas
01	A Cultura Educa, faz parte de todo o processo de vida
02	A Cultura é o nosso dia a dia.
03	É o fazer de povo
04	É tudo que é feito por um grupo e passa a fazer parte do cotidiano
05	Cultura é a nossa realidade é carregar em nosso peito nossos ancestrais.
06	Cultura é o que fazemos diariamente
07	Cultura é o conhecimento de um lugar é tradição é a construção de uma história
08	É o nosso dia a dia, é o que estamos tentando passar para nossos filhos.
09	Cultura transforma, educa muda vidas
10	Cultura é identidade
11	Cultura é nossa sobrevivência
12	É um ato de ensinar e aprender

Colcha de Retalhos da Cultura de São Félix-Ba

Bloco V Questão 36	O que os atores da cultura de São Félix entendem como cultura
Nº do Formulário	Respostas
13	Cultura é nossa vida, nossa alma
14	Cultura é minha vida é que sei fazer de melhor
15	Manifestação de um povo
16	Cultura é educar é transmitir o que sabemos para não perder essa tradição
17	Cultura é sabedoria é vida
18	Cultura é manter a tradição
19	Cultura é o que fazemos todos os dias
20	É a tradição de um povo
21	Cultura é a nossa sobrevivência
22	É um ato de ensinar e aprender
23	É nossa história
24	É o que ensinamos todos os dias
25	Cultura é tudo e merece ser mais divulgada
26	É a valorização e reconhecimento

Colcha de Retalhos da Cultura de São Félix-Ba

Bloco V Questão 36	O que os atores da cultura de São Félix entendem como cultura
Nº do Formulário	Respostas
27	Cultura é aquilo que vivemos, ela é importante para as pessoas conhecer cada região.
28	Cultura é tudo o que somos
29	A cultura são modos como vivemos e passamos para as outras pessoas
30	Cultura é aquilo que nós fazemos em nosso dia a dia e a importância é saber valorizar nossa cultura
31	Cultura é nossa rotina e não acaba nunca
32	Cultura é sentir o cheiro da farinha como fazemos
33	Cultura é festa é samba e muito respeito
34	É nossa forma de expressão e de vida
35	É resgatar algo tão importante que está esquecido
36	Cultura são nossos valores e precisamos manter isso vivo. Salve a Cultura
37	Cultura é arte é fundamental para conhecer o próximo
38	É o reconhecimento do fazer
39	Cultura é vida

Há um potencial cultural da cidade de São Félix, revelado nas mais diferentes manifestações mapeadas nesse trabalho. Os atores estão dispostos a manter a cultura viva, mesmo nas mais difíceis condições. A formulação e execução de políticas públicas capazes de alcançar esses grupos, em todos os níveis, federal, estadual e municipal, pode transformar esse potencial em uma relação concreta entre cultura e economia. Identificamos, dentre as políticas públicas necessárias, a capacitação dos agentes e a aproximação da esfera estadual com os atores locais.

Desafios:

• Departamento de Cultura do Município de São Félix:

Fomentar a criação de uma rede que debaterá às demandas e proporá ações conjuntas que facilitarão a resolução das dificuldades enfrentadas pela cadeia cultural;

É imprescindível criar e organizar dados de indicadores culturais com vistas a conhecer a realidade dos trabalhadores da cultura de São Félix e seus impactos na economia local;

Criação de mais equipamentos culturais no município, como forma de suprir a demanda das manifestações existentes, bem como de incentivar as futuras gerações no engajamento cultural, formando públicos e novos atores que deem continuidade às tradições;

Dialogar com a Secretaria de Cultura do Governo do Estado para inserir as manifestações culturais no calendário cultural do estado da Bahia;

Manutenção do Mapeamento, afim de permitir uma visão mais ampla da cadeia cultural, facilitando a construção de políticas culturais;

Estimular a formalização e regularização das instituições culturais, possibilitando, desta forma, o acesso a mecanismos de fomento à cultura;

Realizar conferências municipais da cultura para criar um plano municipal com a escuta dos atores da cultura;

Desenvolver estratégias que venham alcançar as instituições das zona rural, considerando-se o nível de dificuldade por elas enfrentadas.

Desafios:

● Atores da Cultura de São Félix

Conhecer e apropriar-se das políticas culturais, ocupando os espaços representativos da cultura, como os conselhos de cultura municipal e estadual, e, de maneira ativa, cobrar a execução do Plano Nacional de Cultura e dos sistemas nacional, estadual e municipal.

Evidenciar o papel fundamental da cultura para a vida das comunidades.

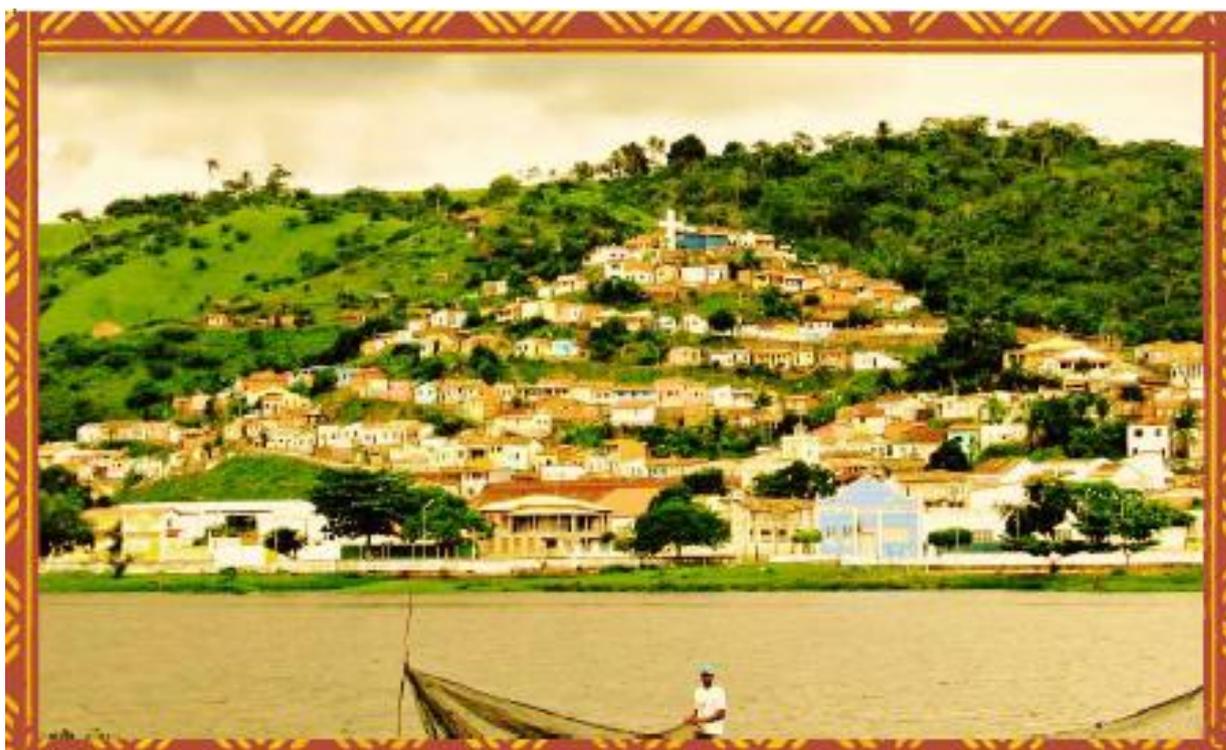
Reafirmar, sempre que necessário, que a cultura é o “dia a dia”, o “fazer do povo”, é “ancestralidade”, “conhecimento”, “identidade”, “sabedoria”, “tradição”, “educação” e “sobrevivência”. É a “forma de expressar a vida”, é “festa”, “samba”, “respeito”, “história”, são “valores”, é “arte”, é “vida” e é sua “maior riqueza”. E como riqueza, merece ser valorizada.

Diante de incentivos como os que preveem a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo, os agentes devem estar atentos às suas implementações para que a cultura de São Félix possa ser beneficiada de maneira justa e democrática.



“É a identidade cultural que nos serve de bússola para que possamos navegar por tantas outras culturas, sem nunca esquecermos de quem somos, nesse processo constante de autodescoberta e auto invenção”.

Reis (2006, p. 97)



AGRADECIMENTOS

Ao iniciar esse curso, parecia-me que haveria um longo caminho pela frente. E houve, em termos de desafios e aprendizados. O tempo passou tão rápido.

Lembro, como hoje, da minha insegurança no momento da inscrição para participar do edital. Pensei várias vezes em desistir, acreditando não ter chances, em meio a tantas pessoas inscritas. O sentimento maior é de gratidão. Primeiro, a Deus, que diante de tantos desafios e impedimentos, abriu caminhos e me sustentou até o fim.

Aos meus pais, principalmente a minha mãe, exemplo de coragem e força, um incentivo para seguir na busca dos meus objetivos e por sempre me parabenizar pelas conquistas. Aos meus irmãos Dedeu, Minha, Shi e ao meu sobrinho Vitinho pelo amor e apoio incondicional.

Ao meu marido Roberaldo Galiza, com quem tanto aprendi e aprendo, agradeço imensamente pelo companheirismo, por ter você ao meu lado todos os dias, nos bons momentos e também naqueles que eu estava bem estressada e ansiosa, e você, com sua praticidade e paciência, me ajudava a enxergar tudo com clareza e sempre dizia “calma, vai dar tudo certo... pare um pouco” – e realmente dava certo. Pelas diversas vezes em que seu e contribuiu na escrita deste trabalho, pelas renúncias feitas para que fosse possível a minha completa dedicação a esta pesquisa. A sua torcida constante, seu carinho e amor, com certeza, fizeram a minha caminhada ser mais esperançosa, esta conquista é sua também. Te amo...

Aos trabalhadores da cultura do município de São Félix/BA, pela atenção, disponibilidade e apoio. Não foi fácil esta construção. Sempre serei grata pela generosidade. Ao Departamento de Turismo do município de São Félix/BA, pela disponibilidade nas diversas vezes que busquei informações.

A todos os professores, vocês deixaram marcas e exemplos que servem de inspiração para aprofundar ainda mais o conhecimento adquirido. Em especial, ao meu orientador Sérgio Monteiro, pela leitura sempre atenta e criteriosa, pela paciência, dedicação, sabedoria, atenção, competência e carinho com que me conduziu nesta realização; por acreditar e partilhar seus conhecimentos, e, sobretudo, por trazer leveza a todos os momentos que, por vezes, foram turbulentos, angustiantes e dolorosos, tornando essa experiência viável e bem sucedida.

A todos, o meu muito obrigada!